



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL Nº 0001/AM/23, de 28/02/2023

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício do Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Luís Renato Guardado Marques, Fátima Ferreira Gonçalves, João Paulo Antunes dos Santos, João André Varela Coelho, Carla Marisa Marques Guerra Fernandes Pereira, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, Marlene Vaz Matias, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues, Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa, Aires Cardoso Moreira, Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, Edite Maria Pascoal da Silva, Fernando Rodrigues Matias, Licínio Marques Cintrão, Felismino Conceição Neves Carreira, António João Venâncio Carvalho, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Pedro Manuel Neves da Silva, Sofia Amado Gonçalves, José Manuel Pedrosa Marques, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Daniel de Brito Ferreira e Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:**

**Ponto 1.1.** Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 14/12/2022;

**Ponto 1.2.** Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

**Ponto 1.3.** Intervenções na generalidade.

#### **Ponto 2 - Período da ordem do dia:**

**Ponto 2.1.** Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

**Ponto 2.2.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e GOP's 2023/2027

**Ponto 2.3.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2022 - Lei 08/2012 de 21/02

**Ponto 2.4.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de procedimentos concursais para provimento do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau - Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau - Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde - Designação de Júris;

**Ponto 2.5.** - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de novo Procedimento Concurral para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Chefe da Unidade de Turismo - Designação de Júri;

**Ponto 2.6.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Concurso Público para a cessão de exploração do Café Concerto - Informação de abertura;



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Ponto 2.7.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira;

**Ponto 2.8.** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central das Meirinhas;

**Ponto 2.9.** Apresentação da proposta da Câmara sobre Envio de processos de aquisição de bens e serviços para conhecimento à Assembleia Municipal ao abrigo da autorização Genérica, deliberada em 20.12.2021;

**Ponto 2.10.** Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se verificado a falta do Presidente da Junta da UFSSAD, Manuel Henriques Nogueira Matos.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição:

### **Do Partido Social Democrata:**

- De Maria Adelaide Pereira da Conceição, tendo sido substituída por Edite Maria Pascoal da Silva;
- De Nicolle Lourenço, tendo sido substituída por Felismino Conceição Neves Carreira;
- De Ilídio Manuel da Mota, tendo sido substituído por Aires Cardoso Moreira;
- De Alexandre Filipe Fontes dos Santos, tendo sido substituído por António João Venâncio Carvalho;
- De José Gomes Fernandes, tendo sido substituído por Licínio Marques Cintrão;
- De Elisabete Gameiro João, tendo sido substituída por Fátima Ferreira Gonçalves.

### **Do Partido Socialista:**

- De Pedro da Silva Moreira, tendo sido substituído por Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues;
- Aníbal Henrique Guerreiro Cardona, tendo sido substituído por Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa.

Mais informou que o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã, comunicou que em sua representação, estaria presente Maria José Rodrigues Marques.

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*"Quero dizer que, como primeiro ponto, deram entrada na Mesa quatro votos de pesar, ou um voto de pesar pelo falecimento de quatro municípios, que eu queria aqui começar por ler, antes de passar ao PAOD.*

*É um documento intitulado "Votos de Pesar", que foi apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, e que diz o seguinte:*

*"O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que seja expresso um voto de pesar pelo falecimento dos seguintes municípios:*

- *José França Marques da Rosa, de oitenta e oito anos de idade, antigo empresário e ex-Presidente da Direção e da Assembleia Geral do Sporting Clube de Pombal;*
- *Manuel da Cruz Lote, de oitenta e seis anos de idade, que foi Presidente da Junta de Freguesia da Redinha;*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Cónego Américo Ferreira, de oitenta e nove anos de idade, natural da Freguesia de Vermoil, distinguido com a medalha de mérito municipal (prata) em 2006, e medalha de prestígio e carreira (ouro) em 2018;*

- *Maria Luís Roldão Brites, de oitenta e oito anos, pombalense de coração, distinguida com a medalha de mérito cultural (prata) em 2014, poetisa e escritora que desempenhou um papel ativo na política local.*

*Propõe-se ainda que seja respeitado um minuto de silêncio em memória dos cidadãos acima mencionados.”*

**Colocados os Votos de Pesar a votação, foram os mesmos aprovados, por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio em memória dos referidos cidadãos.**

### **Período de antes da ordem do dia:**

***Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro de 2022.***

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Como habitual, nós consideramos que a leitura é feita através do envio.*

*Pergunto se há intervenções ou se podemos votar esta ata da sessão de 14 de dezembro de 2022.”*

*Não se tendo verificado qualquer inscrição, passou-se à votação da ata em apreciação.*

***A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco abstenções, dos membros Nuno Oliveira e Rodrigo Escapa, do PS, Henrique Mota, Felismino Carreira e Sofia Gonçalves, do PSD, por não terem estado presentes na referida sessão, aprovar a ata da sessão de 14 de dezembro de 2022.***

***Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.***

Relativamente à correspondência recebida o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, referiu o seguinte:

*“Em primeiro lugar, tenho um ponto que diz respeito à própria composição da Assembleia Municipal, e com aquela participação que, na sequência de requerimento de um membro da Assembleia Municipal, foi dirigida ao Ministério Público.*

*Foi recebida uma comunicação da Comarca de Leiria – Núcleo de Pombal, assinada pelo oficial de justiça, dizendo:*

*“Em relação ao assunto a que se refere o ofício supra referenciado, informo V. Exa. que por ordem do Digno Magistrado do Ministério Público, o expediente foi remetido à Comissão Nacional de Eleições.”*

*Portanto, foi remetida esta participação à CNE, é essa a informação que temos da situação desse processo que foi enviado ao Ministério Público. Isto foi recebido no dia 23 de janeiro de 2023.*

*Em segundo lugar, tenho aqui também a informação de que foram recebidos os relatórios relativos ao ano de 2022 e o extrato da ata de aprovação dos mesmos, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Pombal.*

*Isto foi recebido no dia 31 de janeiro de 2023, em cumprimento do art.º 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que diz que o respetivo relatório é remetido à Comissão Nacional e à Assembleia Municipal, até 31 de janeiro.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Foi cumprido, o relatório está disponível – não sei se foi enviado a todos os membros, mas se não, está disponível para consulta, caso seja o caso.*

*Eu penso que quem quiser ter acesso a ele, pode pedir e será enviado. Posso circulá-lo, uma vez que é para ser enviado à Assembleia Municipal, não é só enviado à Mesa, peço que seja circulado pelos membros da Assembleia, pelos deputados municipais.*

*Isso não foi feito automaticamente, eu quis trazer isso aqui primeiro, dar essa informação, mas será circulado, e se houver depois questões, na próxima reunião podemos discutir isso. Acho que, realmente, isso é algo que se deve fazer, e não deve ser só a pedido, deve ser circulado.*

*E depois, tenho aqui, em terceiro lugar, também uma comunicação que me foi dirigida, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no dia de hoje, pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da PMUGest, Dr. João Cordeiro, que enviou um ofício relativo a esclarecimentos do processo de extinção do posto de trabalho do Diretor Executivo da PMUGest, e foi solicitado que estes esclarecimentos fossem trazidos ao conhecimento da Assembleia Municipal, que isto fosse lido, e é o que eu vou fazer, uma vez que houve essa solicitação.*

*É um ofício de 27 de fevereiro de 2023, e que diz o seguinte:*

*“O Conselho de Administração da PMUGest, no âmbito do Processo n.º 5017/23, entretanto tornado público, vem por este meio, a bem da verdade, prestar esclarecimentos aos membros da Assembleia Municipal sobre o processo de extinção do posto de trabalho do Diretor Executivo, com o intuito de permitir uma cabal apreciação dos factos.*

*Sendo certo que à Assembleia Municipal de Pombal não compete fiscalizar a gestão da empresa local, considera, porém, o Conselho de Administração que, não obstante esse facto, a partilha de informação é útil para o entendimento do processo ora tornado público.*

*O colaborador Manuel Carreira foi contratado como Diretor Executivo em 2001 para a PMU, sendo que, à data, os acionistas da empresa, Município de Pombal e ADILPOM, optaram por não designar um Administrador Executivo remunerado.*

*Mais tarde, em 2004, com a alteração da estratégia de gestão da empresa local, Manuel Carreira é nomeado Administrador Executivo. Nos mandatos em que Manuel Carreira foi Administrador Executivo (2004 – janeiro de 2022), o cargo de Diretor Executivo nunca foi provido; aliás, foi inclusivamente a Administração da qual Manuel Carreira foi parte integrante que retirou a função de Diretor Executivo do organograma da PMUGest. Ou seja, durante dezoito anos, foi evidente para Manuel Carreira que não se justificava a existência dos dois cargos executivos em simultâneo.*

*O Conselho de Administração da PMUGest E.M., nomeado em janeiro de 2022, após alguns meses de avaliação da organização, considerou que a linha de pensamento da anterior Administração, de não provimento de dois cargos executivos, era adequada, e como tal, encetou as negociações com o colaborador.*

*O Conselho de Administração envidou todos os esforços para chegar a um acordo com o colaborador Manuel Carreira, quando se concluiu que estávamos perante um esvaziamento de funções que indiciava a necessidade de se proceder à extinção do posto de trabalho.*

*Infelizmente, o valor proposto pelo colaborador revelou-se inadequado para a situação em causa, tendo como referência valores iguais associados à indemnização compensatória por extinção do posto de trabalho.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Numa época em que tanto se censura o despesismo e a má gestão de dinheiros públicos, é evidente para o Conselho de Administração que manter o posto de trabalho em apreço, onerando a organização em cerca de 42.000€/ano, e criando um desequilíbrio entre os restantes colaboradores da empresa local, é inadequado, ainda que se reconheça que seria o caminho mais fácil.*

*Naturalmente que foi uma decisão difícil, ponderada e partilhada com os Partidos políticos que integram o órgão executivo do acionista e com os membros da Assembleia Geral da PMUGest.*

*O Conselho de Administração empenhou-se para chegar a um entendimento, mas concluiu que o colaborador Manuel Carreira, que enquanto Administrador Executivo eliminou o posto de trabalho de Diretor Executivo, hoje pugna por valores diferentes, e o que o move é apenas e só o montante de compensação. Se o Conselho de Administração tivesse acordado pagar o valor proposto, de aproximadamente 50.000€ de indemnização, quando a Lei determina cerca de 28.500€, estaria hoje a ser fortemente criticada por má gestão de dinheiro público.*

*O Conselho de Administração tomou a decisão ponderando todos os fatores e tendo por base a melhor defesa do interesse da organização. A empresa local tem cerca de 70% dos colaboradores com remunerações ao nível do SMN. Como tal, não pode a PMUGest ter um recurso com funções esvaziadas com um vencimento superior a três vezes o SMN. O Conselho de Administração encontra-se desde a primeira hora empenhado em enveredar por um acordo com o colaborador, no pressuposto de que o valor da compensação indemnizatória é aceitável e enquadrável na gestão de uma entidade pública.*

*O Conselho de Administração pretende neste mandato aumentar a eficiência da PMUGest, dotando a empresa de equipamentos modernos, estando paulatinamente a renovar o parque de máquinas que herdou, na sua maioria com mais de vinte anos, com lacunas de funcionamento, manutenção e elevados tempos de paragem. Com novos equipamentos, a PMUGest pretende melhorar as condições de trabalho dos colaboradores, aumentar a eficiência e melhorar a qualidade dos serviços prestados.*

*2022 foi um ano de transição, adaptação e implementação de medidas de melhoria, que têm já reflexo nos resultados do exercício, que oportunamente o Conselho de Administração remeterá para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal.*

*A PMUGest conta com uma equipa de colaboradores experiente, empenhada e motivada, e o Conselho de Administração irá pugnar por proporcionar aos colaboradores melhores condições de trabalho, e aos clientes, um serviço de excelência.*

*Apresentando os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,*

*O Presidente do Conselho de Administração”*

*Foi-me solicitado que desse este esclarecimento aqui, que lesse. É claro que estas afirmações e esta carta, responsabilizam quem assina e não a Mesa, apenas estou aqui como mensageiro deste esclarecimento.*

*Depois, sobre este ponto, ou sobre outros pontos, quem quiser intervir, haverá aqui também um ponto antes da ordem do dia para intervenções na generalidade.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto n.º 1.3. Intervenções na generalidade.***

#### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Deu também entrada na Mesa, anunciando que será apresentado, nos termos do art.º 28.º, n.º 2, alínea a) do Regimento da Assembleia Municipal, um voto de censura, apresentado pela Bancada do Partido Socialista, mas não me vou antecipar e vou deixar que seja apresentado.*

*A primeira inscrição que tenho, correspondente a esta apresentação, é da Bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista, e é de Rodrigo Escapa. Por favor, tem a palavra.”*

#### **Rodrigo Escapa (PS):**

*“Muito obrigado, Senhor Presidente.*

*Começo, naturalmente, por cumprimentar esta Assembleia, na pessoa de V. Exa.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal:*

*Em nome da Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, venho, ao abrigo do art.º 22.º, n.º 2, alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal de Pombal, repudiar, sob a veste formal de um voto de censura, as infelizes declarações prestadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas a um órgão de comunicação social nacional, e que foram noticiadas no passado dia 16 de fevereiro de 2023.*

*A Bancada do Partido Socialista, Senhor Presidente, crê que não só o incidente em si, mas também as referidas declarações, merecem a reprovação desta Assembleia, enquanto órgão democrático de um Estado de Direito, pelo que lhe solicitei, Senhor Presidente, que fossem distribuídas cópias do voto de censura a apresentar por esta Bancada, e lido o mesmo por V. Exa., ou por quem V. Exa. indicar – poderei ser eu – e que seja o mesmo submetido a votação, o qual genuinamente se espera que resulte na aprovação do mesmo por unanimidade, atendendo à evidência do circunstancialismo.*

*Como eu vinha a dizer, tais declarações, que foram verdadeiramente censuráveis, na medida em que desvalorizaram um incidente grave ocorrido num estabelecimento de ensino do Concelho de Pombal, devem merecer o repúdio de todos nós, mais ainda, e em particular, de todos aqueles que, de algum modo, têm responsabilidades políticas.*

*Nessas declarações, o Senhor Presidente da Junta de Meirinhas – que cremos, também não se revê no que inadvertidamente disse – considerou normal que um adolescente agredisse outro. Considerou igualmente que um jovem que bata noutra faz parte, e passo a citar, “do viver da juventude”.*

*O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas desvalorizou o que não pode ser desvalorizado, e se não estava preparado para prestar declarações sobre o assunto, por eventual falta de informação que ainda pudesse ter, deveria ter-se absterido de o fazer, por falta desses mesmos elementos.*

*Note-se ainda que, com tais declarações, todos ficámos a perder. Ficou a perder, naturalmente, o jovem agredido, que viu ser considerado normal que lhe batessem; ficou a perder a educação do jovem alegadamente agressor, que viu o seu comportamento ser normalizado, ao contrário do que certamente lhe é ensinado pelos responsáveis pela sua educação; ficaram a perder todas as vítimas de situações como esta, que depois destas declarações, ficaram a saber que em vez de denunciar, devem antes ficar caladas, porque são coisas normais; ficou também a perder a Direção do Estabelecimento de Ensino em causa, que lhe viu ser avocado publicamente o modo de lidar com uma situação, que se crê ser pontual, e que, com toda a certeza, saberia lidar melhor do que lidou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Dizer primeiro não é dizer melhor, falar alto não é sinónimo de falar com propriedade, e saber ficar calado é muitas vezes uma virtude.*

*Por tudo isto, e sem necessidade de ulteriores considerações, crê esta Bancada que este voto reflete o sentimento de toda esta Assembleia, inclusivamente do próprio Presidente de Junta, com quem não confundimos as palavras que lamentavelmente pelo próprio foram ditas, devendo, pois, nesse sentido, o mesmo ser aprovado por unanimidade.”*

*Disse. Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigado.*

*Há aqui um pedido de submeter à votação o voto de censura, mas eu pergunto, antes disso, evidentemente, se há mais intervenções sobre este ponto, se algum dos inscritos pretende também tratar deste ponto, ou se devemos passar à votação.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, nas vossas digníssimas pessoas cumprimento todos os presentes.*

*Sem prejuízo da discussão sobre a matéria do que versa neste voto de censura, eu julgo que o mesmo não deve ser admitido, uma vez que há aqui uma inaptidão daquilo que é apresentado, dado que é aqui invocado o art.º 28.º, n.º 2, alínea a) do Regimento da Assembleia Municipal, não o que está aqui no título do voto de censura, que é art.º 28.º, n.º 2, alínea a) da Assembleia Municipal, que diz que “constituem ainda direitos dos membros da Assembleia participar nas discussões e usar da palavra nos termos do Regimento.*

*Ou seja, parece-me que este voto de censura que aqui é apresentado não tem respaldo nesta alínea do Regimento, e, portanto, nem sequer deve ser admitido, ser discutido, nem tampouco votado.”*

### **Rodrigo Escapa (PS):**

*“Senhor Presidente.*

*É evidente que se tratou de um lapso de escrita, tanto que, quando eu li, eu falei na alínea d), e não na alínea a). Portanto, o lapso considera-se manifestamente resolvido.*

*Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Ou seja, onde se lê “alínea a)”, deve ler-se “alínea d)”. Há uma correção ao voto de censura.”*

*Senhores Deputados Municipais, pergunto de novo se há mais intervenções sobre a matéria do voto de censura, ou se devemos votar.*

*Por favor, Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas.”*

### **João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, ilustres membros da Assembleia Municipal:*

*Primeiro que tudo, como benfiquista, quero dar um voto de parabéns ao Benfica por mais um aniversário.*

*Depois, indo ao facto em concreto, quero agradecer ao Partido Socialista a importância que me atribui, nomeadamente ao fazer este trabalho, que demonstra cuidado, que demonstra empenho. E eu tenho uma mágoa profunda, de este dedo que me acusa não ser usado para as coisas realmente importantes. E as coisas realmente importantes são outras, que não isto.*

*As coisas realmente importantes são o número significativo de alunos dos Agrupamentos de Escolas, das escolas secundárias e dos ciclos com sintomas depressivos; são o número de alunos das nossas escolas e de jovens com tentativas falhadas de suicídio, o número aumenta; são o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*número de alunos das escolas que realmente se suicidam, que tem acontecido. Isto, sim, é que era trabalho para o dedo que me acusa, usar a inteligência e o dedo para tratar destes assuntos. Por outro lado, esta é a prática socialista habitual, é o atropelo. É o atropelo em Lisboa pelo Governo de Costa comunista, é o atropelo em Pombal, dos senhores candidatos à Câmara do Partido Socialista A e do Partido Socialista B, e o atropelo é de quem desconhece. E eles não conhecem, não conhecem a Constituição da República Portuguesa, não conhecem a Lei n.º 75/2013, não conhecem a separação e autonomia do Poder Local, não conhecem que a Assembleia Municipal e o Município são um órgão independente e autónomo das Juntas de Freguesia, que são um órgão independente e autónomo.*

*Senhor Presidente, estes senhores não têm competência legal para apresentar este voto aqui hoje, não tem enquadramento legal. Este voto é ilegal.*

*Os senhores do Partido Socialista, se querem apresentar um voto de censura ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, que por acaso sou eu, que no próximo ato eleitoral se apresentassem a eleições à Junta de Freguesia de Meirinhas, e se conseguirem ser eleitos para a Assembleia de Freguesia, aí sim, na Assembleia de Freguesia vão lá apresentar este voto – se conseguirem ser eleitos, porque eu me vou candidatar, e desafio-vos a todos, saiam do conforto e venham lá, ali para o terreno, e vamos ver que censura é que temos que fazer.*

*Senhor Presidente, a legalidade tem que ser reposta.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Só queria chamar à atenção para dois pontos.*

*Primeiro, que estas intervenções são intervenções no PAOD que contam para o tempo de cada formação aqui representada. E, portanto, chamo à atenção que há um limite global – nós temos isto aqui dividido por cada Grupo, mas, evidentemente, quanto mais cada interveniente sobre este ponto intervier, menos tempo ficará disponível.*

*Em segundo lugar, uma vez que foi aqui suscitada uma questão formal, e que ela foi também objeto de uma correção, eu queria dizer que a alínea d) do art.º 28.º, n.º 1, diz que é direito de um membro da Assembleia Municipal apresentar moções – estou a ler, passo a citar – “apresentar moções ou votos de louvor, censura, congratulação, protesto ou pesar, respeitantes a acontecimentos relevantes, ações ou omissões dos órgãos ou agentes da administração local.” Não diz que seja só de membros da Assembleia Municipal, ou só do Município. Da administração local, é o que diz o artigo.*

*E, portanto, eu entendo que a Mesa tem aqui um papel de tutela e de defesa também dos direitos consagrados no Regimento. Com toda a frontalidade digo isso.*

*O voto deu entrada, foi admitido pela Mesa.*

*Se houver alguma objeção à sua votação, eu peço que ela seja formalizada e dita à Mesa, para que a Mesa entenda em que é que se baseia essa objeção – ou seja, qual é, juridicamente, evidentemente não pode ser uma mera objeção política à votação, porque é um direito de cada membro da Assembleia Municipal apresentar votos de censura. Portanto, lamento, mas por razões políticas não se podem limitar direitos consagrados no Regimento ou na Lei.*

*Penso que é meu dever, como membro da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, também consagrar, deixar isso claro, defender todos os membros da Assembleia Municipal.*

*Portanto, se não houver expressão dessa objeção, a Mesa admitirá o voto a votação, a não ser que seja realmente clarificada qual é a interpretação para que ele não seja admitido. Eu digo isto porque me pareceu resultar – houve primeiro uma invocação de um problema formal, e agora foi dito, ou pareceu-me entender, que o voto seria ilegal. Eu não digo que seja ou que não seja, mas desde que entenda que norma é que é violada pelo voto.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“A minha dúvida é só uma, que era a dúvida que estávamos aqui a discutir. Eu penso que a prática neste mandato tem sido, sempre que existem votos de censura – de censura, não sei se já existiu algum neste mandato, – normalmente, o Senhor Presidente tem colocado à votação a admissão do voto.*

*Neste caso, a Mesa não colocou à votação a admissão do voto. Não sei se o deveria fazer ou não deveria fazer, porque aí tínhamos uma votação prévia, que julgaria a pertinência de se discutir efetivamente esta matéria.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“É o seguinte: a apresentação do voto é um direito de cada membro da Assembleia Municipal. Portanto, não há uma votação prévia sobre se o voto pode ser apresentado ou admitido. Eu não me lembro nunca de ter submetido – diz que é a prática, mas não me recordo, a não ser que houvesse alguma dúvida de legalidade, pode acontecer que tenha havido algum caso em que houvesse alguma dúvida de legalidade ou de admissibilidade do voto. E nesse caso, evidentemente, até para não correr o risco de haver recurso das minhas decisões para a Assembleia Municipal e ser derrotado – que é algo que nenhum Presidente da Mesa pretende, como é evidente – nesse caso, a minha prática e a minha orientação será sempre devolver à Assembleia Municipal, nesses casos em que há dúvidas.*

*Mas, sinceramente, neste caso, não percebi – além da objeção formal, não estou a perceber onde é que está, digamos, o obstáculo legal ou regulamentar à admissão. Se ele houver, e se houver dúvidas quanto a isso, a Mesa decidirá, reuniremos os três, e depois, se continuar a haver dúvidas, evidentemente, a Assembleia é soberana e decidirá.*

*Mas, não me lembro de ter sido essa a prática, com toda a franqueza. Eu tenho um bocado de receio que isso possa ser objetivamente visto – com certeza não é essa a intenção – como cortar, por razões políticas, o exercício de direitos previstos no Regimento.*

*De hoje para amanhã é apresentado um voto por algum membro, e a maioria diz que não pode apresentar, ou que não pode ser admitido. Eu penso que não deveríamos ir por aí, acho que isso seria realmente algo que diminuiria o papel desta Assembleia Municipal. É a minha pré-compreensão, digamos assim, deste problema, também como jurista. Mas, se houver outros argumentos, eu estou aberto a eles, claro.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Só para justificar aquilo que eu, há pouco, disse, eu tinha a convicção – mas, posso estar confundido, efetivamente, com o mandato anterior – de que já, mais do que uma vez, em situações semelhantes, se tinha votado a admissão do voto, mas, posso estar equivocado, eventualmente, com moções que não foram apresentadas tempestivamente – e agora também não tenho aqui as atas à mão, também não posso confirmar. Mas, certamente haverá aqui outras pessoas que têm tanto ou mais conhecimento do que eu, em termos daquilo que é a prática da Assembleia Municipal. Daí eu estar a fazer essa questão.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Eu posso desfazer a confusão. É verdade, agora estou a lembrar-me da distinção.*

*Realmente, nos corpos colegiais, a votação por uma Assembleia, de voto de censura a um membro do corpo colegial, enquanto tal – aprovação, por exemplo, pelo plenário da Assembleia de um voto de censura a um deputado, por uma intervenção que fez, enquanto tal, digamos assim, na Assembleia, não deve ser permitido. E já houve casos desses, até houve o caso – recordo-me disso – numa Assembleia, ainda ali na biblioteca, onde isso foi proposto, e nós discutimos sobre*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*se deveria ser admitido, se podia haver um voto da Assembleia, de censura, a um membro por intervenções que ele fez.*

*A complexidade aqui é que, realmente, o objeto do voto é um Presidente de Junta, que é membro da Assembleia, embora não seja invocada nenhuma intervenção que ele fez na Assembleia, e penso que na qualidade de membro da Assembleia.*

*Realmente, há aqui um ponto que é duvidoso, porque, realmente, o Presidente da Junta é membro por inerência da Assembleia Municipal. Mas, não foi assim que eu interpretei o voto, não está aqui em causa nenhuma censura à atuação do membro da Assembleia Municipal, nessa qualidade, designadamente a um voto, a uma livre expressão de uma posição política, ou qualquer declaração produzida nesta Assembleia.*

*Isso é que eu acho que a Assembleia não deve admitir, e é nossa prática, porque isso, no fundo, significa limitar também a livre expressão dos membros da Assembleia. Aqui é um pouco fora, isto é algo que foi expresso fora, embora também por inerência o Presidente da Junta seja membro da Assembleia. É uma distinção fina, não é muito clara, mas não sei se ficou clara esta distinção. Seria por aí que eu traçaria a fronteira.*

*E o problema não é só daqui da Assembleia Municipal; isto já tem acontecido também no Parlamento, na Assembleia da República. Todos nós nos lembramos de há tempos, um deputado de um Partido – aliás, não representado nesta Assembleia Municipal – ter proposto um voto de censura ao Presidente, ou um voto de censura a outro deputado, e não foi admitido, porque a ideia é essa, a ideia é a de que a Assembleia não deve censurar tomadas de posição políticas, designadamente na qualidade de membro dessa Assembleia. Ali, o que estava em causa era a forma como tinha sido conduzido o plenário, declarações que ele tinha produzido.*

*Eu interpretei isto de uma forma diferente, ou seja, que a declaração não foi produzida enquanto membro da Assembleia Municipal, foi fora da Assembleia, e enfim, diz-se aqui, “acontecimentos relevantes, ações ou omissões dos órgãos ou agentes da administração local”.*

*Portanto, enfim, a minha tendência, devo dizer – não falei com os meus colegas – é não se pôr o problema da admissão, sem mais. Agora, se houver um requerimento para que ele seja votado, não sei o que é que podemos fazer.*

*Realmente, a minha posição é de admitir o voto.*

*Estas intervenções sobre questões procedimentais da votação, peço que suspendam a contagem do tempo, porque não estamos a tratar do fundo, nem do voto; estamos a tratar do procedimento.”*

### **Renato Guardado (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente, peço desculpa, não me tinha inscrito no período de antes da ordem do dia. A minha intervenção, se calhar, não será tanto da prática procedimental, será mais uma observação política, e, portanto, acho que faz sentido ser contabilizado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Vamos lá ver, quem quiser tratar sobre a submissão ou votação, diga, e vamos dar prioridade a essas inscrições.”*

### **Henrique Mota (PPD/PSD):**

*“Antes de mais, os meus agradecimentos.*

*Ou seja, eu não posso votar aquilo que desconheço, e essa é a minha questão relativamente à apresentação deste voto de censura. É referido no voto que o mesmo censura as declarações proferidas, neste caso, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas.*

*Eu desconheço-as, não as ouvi.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E, portanto, o documento em si não releva nada, do ponto de vista objetivo e material, e de fundamentação do mesmo voto, que me leve a retirar uma conclusão, ou que me leve a poder votar ou não, este mesmo voto de censura.*

*Portanto, do ponto de vista formal e do ponto de vista material, ou é esclarecido o que é que está colocado em causa, que declarações é que são ditas...*"

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*"Mas, isso é uma intervenção sobre o fundo, já não tem a ver com a admissão do voto.*

*Há intervenções sobre a admissão do voto e sobre o procedimento? Se não há, vamos voltar a contar o tempo, e vamos seguir a ordem.*

*Quer ainda falar sobre a admissão do voto? Por favor."*

**João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*"Sim, Senhor Presidente.*

*Tenho a apresentar então, à Mesa, um requerimento para se votar a admissão ou não admissão deste voto de censura."*

**João Varela Coelho (PS):**

*"Senhor Presidente, sob pena de se cometer aqui um atentado à democracia, eu gostava de chamar à atenção de que o que se trata, tão só e simplesmente, é de um direito de um membro desta Assembleia Municipal – aliás, já bem verificado por V. Exa. – de apresentar um voto de censura sobre uma expressão usada fora deste órgão – e portanto, não está em causa o exercício do direito de outro membro da Assembleia de exercer as suas funções políticas dentro deste órgão, mas sim sobre um facto que aconteceu fora, e que não releva aqui para a questão o conhecimento que os membros da Assembleia Municipal possam ter dele, ou não, porque está sempre à disposição de qualquer membro desta Assembleia o voto contra, o voto a favor, a própria abstenção, ou outro tipo de posicionamento que alguns dos digníssimos membros desta câmara queiram tomar.*

*Portanto, ou o Senhor Presidente assume que o que está em causa é um direito de um membro da Bancada do Partido Socialista, de apresentar este voto de censura, tal qual está prescrito no regulamento, ou então estamos perante uma tentativa de condicionamento, com alguns artifícios de retórica – não mais do que isso – mas que não têm qualquer fundamento legal, e eu chamo a atenção do precedente que se pode estar aqui a abrir, grave, para o futuro, e isto é extensível a qualquer um dos membros desta Assembleia Municipal, de qualquer Bancada aqui representada. Muito obrigado."*

**Renato Guardado (PPD/PSD):**

*"É, então, procedimental, com base num exemplo, que é o seguinte: sobre esta discussão que estamos aqui a fazer, este voto de censura que é aqui apresentado, eu vou só dar um exemplo, para ser mais perceptível para todos a "caixa de Pandora" que aqui abrimos, ou seja, neste momento, nós podemos tornar a Assembleia Municipal uma caixa de ressonância da intervenção política de qualquer membro noutra órgão que esteja fora desta mesma Assembleia.*

*Imaginemos, a título de exemplo, que o deputado João Coelho, ou que o deputado Rodrigo Escapa, escrevem num artigo de opinião num jornal determinada observação sobre feminismo, sobre machismo, sobre uma questão social, e eu chego aqui, na semana seguinte, e inscrevo um voto de censura sobre o artigo que aquele deputado escreveu no jornal. Imaginemos que é na rede social, que é na rádio, que seja. E será a minha posição, e daí a explicação relativamente àquilo que o deputado que me antecedeu, João Coelho, dizia, não se trata propriamente de um bloqueio à livre manifestação de opinião, que está sobejamente demonstrada, relativamente a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*este tema, por este deputado e por essa Bancada que tem esta proposta; trata-se, isso sim, de tentar dignificar a discussão na Assembleia Municipal sobre os temas que aqui se tratam.*

*E, nesse aspeto, acho que pelos exemplos que dei perceberíamos todos que seria uma “caixa de Pandora” que se abriria aqui, um voto de censura sobre as declarações que qualquer destes membros fizesse no trimestre que antecede a mesma Assembleia.*

*E, portanto, é nesse sentido que surge a proposta de propormos a admissão deste voto de censura, porque não nos parece fazer sentido, o que nada tem a ver com o conteúdo do mesmo. Disse.”*

### **Rodrigo Escapa (PS):**

*“Senhor Presidente, ainda relativamente à questão que o deputado Renato Guardado estava a tentar exemplificar, a ser como o deputado que me antecedeu diz que é, então perdia-se todo o efeito destes votos de congratulação, protesto, pesar, censura ou louvor. Qual é que seria a função deles?*

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal destrinçou muito bem as duas situações – na perfeição, aliás. E, portanto, não vejo qual é que é aqui o tema.*

*E para responder àquilo que o deputado Renato Guardado acabou de dizer, apenas dizer que, a ser como ele diz, então estes votos seriam letra morta.*

*Muito obrigado.”*

### **João Varela Coelho (PS):**

*“Senhor Presidente, já agora, só para tentar ajudar ao raciocínio, dizer que o facto que está aqui a ser discutido é um facto comum em muitas outras Assembleias Municipais do país, nomeadamente aquelas que têm muito mais sessões do que as sessões que nós temos, as cinco que são previstas por Lei. E, portanto, se o problema é do normal funcionamento da Assembleia Municipal para encaixar estes factos como normais e correntes, então façamos as alterações devidas à organização nesse sentido, para que isto tudo seja encarado como normal.*

*Infelizmente, em Pombal, o que é normal é sempre tido como extraordinário, o que obriga a estas confusões. É um facto, normalmente nós queremos reescrever aquilo que um dia acordámos que era normal, que é o que está no regulamento.*

*Portanto, se nós precisamos de algum conforto para o que estamos aqui a fazer, vamos procurar os bons exemplos de outras Assembleias Municipais e replicamo-los aqui, que acho que era o salutar – Assembleias Municipais onde o PSD é poder, onde o PSD é minoria, estamos a falar de algo que é extensível a todos os Partidos políticos, por todo o país.*

*Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Não sei se há mais intervenções sobre este ponto.*

*Eu queria dizer o seguinte: nós, aqui na Assembleia, temos já um precedente que diz respeito a ter sido submetida à votação a admissão de votos relativos a intervenções de membros da Assembleia, produzidas na Assembleia. Sobre isso, estamos de acordo, isso já foi votado.*

*Temos aqui uma situação nova, porque ela diz respeito a um voto sobre intervenções de um agente da administração local, Presidente de uma Junta de Freguesia, que é também, por inerência, membro da Assembleia Municipal. Como eu já disse, eu interpreto o voto e entendo que o que está em causa não são declarações produzidas na Assembleia Municipal, e enquanto tal.*

*E por isso, anúncio desde já que, se for submetido à votação, votarei no sentido de ser admitido, mas, entendo – e penso que esta posição é comum também à Mesa – que a Mesa não deve impedir a votação do requerimento de admissão, até porque se o fizesse, poderia haver recurso da*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*decisão da Mesa para o plenário, e a Mesa ser derrotada, porque é, realmente, uma situação em que há uma dupla qualidade do objeto da censura.*

*É claro que o voto não se dirige à atuação dele na Assembleia Municipal, e penso que também não enquanto membro da Assembleia Municipal, mas admito que seja difícil distinguir os dois chapéus, que seja difícil distinguir as duas qualidades. E por isso, admito também que haja opiniões da Assembleia Municipal, segundo as quais, esta não deve limitar ou censurar a intervenção dos seus membros, mesmo quando têm outra qualidade. Não será essa a minha posição, mas eu entendo que não devo – e penso que essa posição também é acompanhada na Mesa – não devo não admitir o requerimento de admissão à votação.*

*É esta a posição que aqui tenho – sendo certo, aliás, que a Assembleia é sempre soberana, a Mesa pode sempre ser derrotada por deliberações do plenário, mas neste caso, nem sequer é o caso e, portanto, vamos votar isso.*

*Podemos fazer essa votação? Votação do requerimento feito pelo membro da Assembleia Municipal, João Antunes dos Santos, de admissão do voto de censura, para ser votado, por dizer respeito a um membro da Assembleia Municipal.*

*Eu já fundamentei por que é que admito, porque embora até já tenha anunciado qual é o meu sentido de voto, entendo que a Mesa não deve impor uma certa interpretação sobre a qualidade em que foram feitas as declarações, sobre quando um membro da Assembleia Municipal também tem outra qualidade, se a Assembleia Municipal deve poder, ou não, censurar a sua atuação.”*

**Colocada a admissão do Voto de Censura a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com sete votos a favor e quatro abstenções.**

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Portanto, a Assembleia Municipal é, por maioria, do entendimento de que não deve ser admitido este voto, que diz respeito a declarações produzidas por um membro da Assembleia Municipal, embora na qualidade de membro de uma Junta de Freguesia. É esta a interpretação que se faz do segmento onde diz “votos sobre órgãos da administração local”, e que, portanto, neste caso, são órgãos da administração local que não coincidam com a pessoa que está aqui representada na Assembleia Municipal.”*

**João Varela Coelho (PS):**

*“Em nome da Bancada do Partido Socialista, se me permite uma intervenção a apensar ao nosso voto, como declaração de voto, do veemente protesto em relação ao momento aqui vivido, neste momento, por esta tentativa de menorizar a independência e a autonomia de cada membro da Assembleia Municipal, de exercer os seus direitos previstos no regulamento, e inclusive protagonizando a Bancada do Partido Social Democrata um momento que é claramente ilegal, e que merecerá, da parte do Partido Socialista, toda a condenação, e o envidar de todos os esforços para a confirmação da sua ilegalidade, pelos meios que estão ao alcance.*

*Muito obrigado.”*

**João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente, utilizando a figura da declaração de voto, dizer que, efetivamente, votamos contra a admissão deste voto de censura, uma vez que os factos reportados no mesmo reportam há vários dias, várias semanas, pelo que a Bancada do Partido Socialista podia ter optado por agendar este ponto, como regularmente o faz, na respetiva ordem de trabalhos, e não o trazer aqui, desta forma intempestiva, procurando passar uma rasteira aos membros da Assembleia Municipal que não tinham conhecimento da matéria do voto de censura, e tinham que se pronunciar sobre o mesmo, mesmo que não tivessem conhecimento dos factos reportados no mesmo.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Daí, o PSD não se rever nesta forma de fazer política, e daí termos votado contra a admissão deste voto de censura.”*

**Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):**

*“Boa tarde, Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente e restantes membros.*

*Só dar aqui nota, também em jeito de declaração de voto, obviamente, e tendo sido a pessoa agredida, de Vermoil, estou totalmente contra a violência e fico triste que a maior preocupação seja votar declarações e não votar censuras contra a própria violência.*

*Tenho dito.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhores Membros da Assembleia Municipal, a Assembleia tomou uma posição clara sobre a admissão do voto, não vamos agora aqui abrir a discussão sobre os factos que eram objeto do voto, uma vez que a Assembleia decidiu não o votar.*

*Era o que mais faltava agora, não admitirmos, mas, afinal, discutimos. Pedia que passássemos à frente, até porque temos outras matérias também relevantes a tratar.”*

**Luís Couto (OI):**

*“Boa tarde a todos.*

*Antes de mais, só aqui uma nota prévia. Mesmo que não concordemos com a intervenção, ou a forma de intervenção de cada um dos agentes políticos nesta Assembleia Municipal, naturalmente respeitamos qualquer ponto de partida, mesmo que não concordemos com a abordagem, ou com a forma de estar, ou com a forma de jogo político, ou o que seja, e muito menos questões que visem essencialmente uma pessoa e questões de pessoas. Acho mais importantes as questões de causas, e efetivamente o drama que existe atualmente.*

*Não é segredo para ninguém, temos trazido muito à baila a questão da saúde mental, relativamente à Assembleia Municipal, e isto está ligado, naturalmente, é uma questão que nos preocupa sobejamente, e acho que é por aqui que temos que continuar a trabalhar. Esperemos que a parte do relatório que venha do Conselho Municipal de Juventude sobre as propostas de saúde mental depois tenham eco, relativamente também aqui à Assembleia Municipal, e que se possa ter ações preventivas, acima de tudo, relativamente ao ambiente que se vive atualmente nas escolas.*

*Eu gostaria de trazer aqui mais três assuntos, especificamente na generalidade.*

*O primeiro tem a ver com o Projeto “Sons do Bracejo”, este projeto aconteceu – é preciso reconhecê-lo, que foi com o apoio da Câmara, é um projeto muito singular, porque vem na sequência histórica de um trabalho cultural e de preservação cultural das capacheiras da Ilha, vem depois também do repositório cultural, a longo prazo, dos próprios semibreves, há mais de trinta anos, e que, naturalmente, é com prazer e orgulho que este projeto evolui para projetos como o “Sons do Bracejo”, que é uma adaptação jazz da música tradicional portuguesa, e neste caso, música tradicional cantada nesta aldeia.*

*Este projeto foi aprovado pela Casa Varela, isto é um fator importante. Deixava aqui duas solicitações, que me parece, pela singularidade e pela qualidade, que faz todo o sentido haver aqui um apoio relativamente à questão da gravação do álbum e de poder perdurar este projeto no futuro – apesar de que pode parecer tão singular, ou tão pequeno, mas, de facto, tem aqui uma importância cultural para o concelho, na sua globalidade, tendo em conta que abrange todo um aspeto socioeconómico, inclusivamente da originalidade do bracejo a nível nacional.*

*A segunda, naturalmente, é que este tipo de experiências, que têm sido comuns dentro da Casa Varela, que efetivamente comecem a ser, por sistema, documentadas. Foi documentada no*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*evento da Ilha, mas não foi documentada na Casa Varela, e acho que era importante, quer em termos de repositório cultural e de exemplo para o futuro, que todas as iniciativas culturais nesta instituição sejam documentadas, e que se planeie esse assunto.*

*Finalmente, mais dois pontos:*

*Gostaria de voltar novamente a um assunto que nos traz desde o início do mandato, que é o PomBus e o alargamento às freguesias limítrofes, nomeadamente, através da otimização de rotas às freguesias da Ilha, da Mourisca, de Almagreira, da Pelariga – que nós apresentámos. Já tivemos duas reuniões, nesta Câmara, sobre este assunto, era nossa expectativa que, no mês de janeiro, após a questão da regularização do concurso público de adjudicação de transporte público escolar, pudesse voltar a haver aqui uma proposta da Câmara para validação e, neste momento, ainda não temos mais nenhuma informação relativamente a isto. É importante planear, se nós quisermos realizar.*

*Por último, queria que o Senhor Presidente da Câmara se pronunciasse relativamente ao nosso parecer jurídico apresentado no último Conselho Municipal de Juventude.*

*Já são públicas as suas declarações – aliás, no próprio Conselho Municipal de Juventude, relativamente ao seu posicionamento – mas, acresce aqui, dentro deste último Conselho Municipal de Juventude, houve o acréscimo de informação jurídica, que o Senhor Presidente, naturalmente, não teve oportunidade de observar em detalhe, mas seria importante que se pronunciasse sobre ela, até porque representaria, na minha opinião, um sentimento de abertura, de liberdade, de inclusão, de igualdade, de democracia, e mais importante que tudo é que não tem qualquer poder vinculativo este Conselho Municipal de Juventude, e portanto, penso que não será uma matéria difícil de aceitar, esta proposta, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude e do Oeste Independente, tal como as outras juventudes partidárias, que por Lei têm direito a voto, neste Conselho Municipal de Juventude.*

*Obrigado.”*

### **Marlene Matias (PS):**

*“Endereço os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, à Mesa, aos Senhores Vereadores, aos caros colegas membros da Assembleia e aos munícipes aqui presentes e em casa.*

*O Programa “Primeiro Direito”, programa de apoio ao acesso à habitação, visa reconhecer o direito à habitação como direito primordial e assegurar o acesso a uma habitação adequada a pessoas que residem em condições habitacionais indignas.*

*O programa assenta na concessão de apoios financeiros aos atores públicos e assistenciais locais, em especial destaque para os Municípios, de forma a garantir a disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais a preços acessíveis ao universo dos destinatários, exigindo-se previamente a elaboração de um diagnóstico da população.*

*Aos Municípios é exigida a aprovação de uma Estratégia Local de Habitação, que além de identificar qualitativamente os agregados familiares abrangidos, estabelece as medidas a implementar.*

*Em Pombal, o diagnóstico constante da Estratégia Local dá conta de duzentos e noventa e cinco agregados familiares em carência habitacional, prevendo-se naquele documento respostas adequadas para os mesmos.*

*Neste sentido, o Município de Pombal aprovou, em Assembleia Municipal de dezembro de 2021, a Estratégia Local de Habitação, cujo principal objetivo com a concretização da sua Estratégia Local é garantir a todos o efetivo direito à habitação condigna, assegurando a melhoria da*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*qualidade de vida da população, consciente de que a habitação é um aspeto fundamental para a coesão e integração social.*

*Incompreensivelmente, estas pretensões não saíram do papel. Do cronograma de execução previsto, apenas se cumpriu com a aprovação deste documento pelos órgãos autárquicos. Não se cumpriu com a nomeação de um Diretor de equipa técnica, não se cumpriu com o recrutamento da equipa técnica, não se cumpriu com a instalação de equipa técnica, não se cumpriu com a elaboração e aprovação do plano de atividades plurianual e dos planos de atividades anuais, não se cumpriu com a resolução de problemas prioritários, não se cumpriu com os acordos com outras entidades, nomeadamente o IHRU, a Segurança Social e IEFP – e poderia continuar a enumerar muitos outros incumprimentos.*

*Tendo em conta o horizonte temporal de seis anos para cumprir o objetivo de proporcionar uma resposta habitacional aos agregados identificados no diagnóstico inicial, já perdemos um ano e meio, e se levarmos em consideração o Orçamento de 2023, já perdemos três anos.*

*Tendo em conta que este documento foi desenvolvido ainda pelo anterior Executivo, deixando tudo preparado para que se avançasse, e que o diagnóstico inicial apontava para duzentos e noventa e cinco agregados familiares identificados, a viver em condições indignas, e que continuam à espera de soluções, perguntamos quantos agregados serão os de hoje, os de 2023. Perguntamos ao Executivo, e particularmente ao Senhor Presidente, os motivos para esta inação e ausência de esclarecimentos públicos acerca da situação. Será que nos quer continuar a dizer que a responsabilidade é do Governo, ou do PRR, quando o Município, além de meios próprios para acudir aos casos mais emergentes, continua a desperdiçar tempo e financiamento que o próprio programa preconiza? Onde está a capacidade de decisão, sensibilidade social ou simplesmente cumprir as promessas?*

*Para além de desrespeito para com os Pombalenses em geral, e aos duzentos e noventa e cinco agregados em particular, consideramos que trazer documentos para aprovação, e depois não os colocar em prática, é outra forma de desrespeito para com os órgãos autárquicos que os analisaram e aprovaram.*

*Terminando, explique a esta Assembleia, não só os motivos deste atraso, mas para quando é que finalmente põe em prática a Estratégia Local de Habitação, aprovada há mais de um ano.”*

### **Manuel Serra (PPD/PSD):**

*“Exmos. Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas de Assembleia, funcionários do Município e público que assiste à nossa sessão, os melhores cumprimentos a todos e um ano pleno de sucessos para todos nós, uma vez que estamos na primeira reunião de Assembleia de 2023.*

*O assunto que hoje aqui quero trazer é questionar o Senhor Presidente sobre a evolução provável dos areeiros do Oeste, tanto junto à IMOSA, quanto em Fonte da Cova, e como é que a Câmara Municipal está a acompanhar estes assuntos, já que se tratam de indústrias extrativas minerais, com enormes impactos ambientais e visuais, em que, já desde 2014, a Câmara Municipal tem tentado ser ouvida pela Direção Geral de Energia e Geologia, organismo central que tradicionalmente gosta pouco de partilhar a sua liberdade de decisão, e infelizmente, muito pouco sensível para as consequências que os que cá vivem têm ou terão de enfrentar.*

*As explorações minerais são essenciais à economia, como essencial é a economia para o bem-estar das populações. Como sem população, ou com população desprezada, de pouco vale a economia, a menos que se trate de explorar e prejudicar lá para beneficiar cá, num oásis livre de consequências que, contudo, não se livra dos vizinhos menos confortados e dos longínquos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*furos de captação aquífera ameaçados lá, que por acaso também abastecem a população em todo o concelho.*

*A IMOSA acabou de ter um aumento da área de exploração, que lhe dará mais uns anos de existência. E não tenhamos dúvidas de que, entretanto, irão surgir novas tentativas de alargar essas áreas, com o argumento da subsistência da atividade. E, Senhor Presidente, estes tipos de atividade já sabem que têm uma zona limitada de concessão, e que um dia termina, e há que saber conter os efeitos prejudiciais, e isso é responsabilidade dos governantes em funções, no seu período de vigência.*

*Portanto, alerta para a necessidade de não se olhar somente para as atividades que já ninguém se lembra como começaram, com um horizonte definido, mas que agora se tolera que se prolonguem até ao infinito, em nome dos interesses maiores da economia.*

*Os governantes eleitos pelo povo governam para o povo, em seu nome e acautelando os seus interesses, estabilidade e justas expectativas, nas quais a qualidade ambiental e consequentemente de vida deve ser a principal preocupação de quem decide. E a zona florestal do Oeste está a transformar-se paulatinamente numa paisagem lunar, de enormes lagos e crateras, jamais recuperáveis, tais os volumes de material de lá exportados.*

*Mas, os governantes por vezes perdem esse rumo do povo, porque à mercê de pressões, de influências e de desejos de aportar investimentos, facilitam-se, ou até mesmo se promovem iniciativas nos locais cada vez mais inapropriados, pelos impactos negativos nas populações vizinhas, como será o caso da Lusiaves, cujo PIP foi recentemente aprovado, a que acresce uma potencial instalação de uma central de compostagem, com desconhecidos, mas preocupantes, efeitos.*

*Senhor Presidente, muitas vezes ao estarmos a permitir e facilitar num lado a instalação de equipamentos que, sem dúvida, vão colidir com a evolução e bem-estar de quem lá está há muito tempo, resolve um problema no imediato, mas cria outros muito maiores no médio prazo. Há que não nos esquecermos que somos governantes eleitos pelo povo e para o povo, e se não cuidamos de assegurar em primeiro lugar o seu bem-estar e segurança, é garantido que quem esteve connosco, deixará de estar, e os mais incomodados serão também os mais ativos na contestação, que tanto maior será quanto maior o seu receio.*

*As iniciativas tomadas a Oeste, a criação de uma associação na Guia, principalmente por esta razão, governantes que não avaliaram a tempo as consequências, verificam agora que inúmeras ações populares de desagrado já tiveram lugar, e mais ainda se irão seguir, onde não é nada estranha a massiva votação pela desagregação na Guia, onde se expressaram principalmente os descontentes e incomodados, que são sempre aqueles que se mexem.*

*Eu apoio este Executivo desde a primeira hora, mas faz parte da minha obrigação alertar para os rumos que se permitem ou não se acautelam. A política, Senhor Presidente, serve para irmos discutindo de forma informal as melhores orientações, decisões e opções públicas, onde tudo pode e deve ser posto em causa, principalmente quando parte do povo se indigna ou manifesta. As decisões passadas têm uma função meramente orientadora daquele tempo, mas jamais devem ser grilhetas que nos prendam a decisões e ações que se podem vir a tornar muito prejudiciais. Senhor Presidente, exorto a Câmara a ouvir mais e melhor as dores do Oeste, a encontrar soluções mais consensuais para as minorar, e tomar iniciativas que corrijam rotas de desenvolvimento erradas. Resolver as coisas consensuais e fáceis, qualquer um é capaz; já sobre as difíceis, de negociações aturadas, só os reais líderes lá conseguem chegar. E como dizia Zelensky, que não precisava de boleia, também eu não estou aqui para dar boleia ao Executivo para sair das situações complicadas; antes, sim, para os ajudar e acompanhar nas ditas, a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*encontrarmos em conjunto um verdadeiro caminho de felicidade para todos, dos quais o Oeste também faz parte.*

*Disse.”*

**Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):**

*“Mais uma vez, muito boa tarde a todos.*

*O assunto que me leva a intervir é a requalificação do IC2. E estando esta obra, ou uma grande parte, dentro da Freguesia de Vermoil, teria de falar um bocadinho sobre o assunto.*

*Já foi dito muitas vezes, mas dar os parabéns aqui a este Executivo e ao anterior, pela audácia de se ter sobreposto ao nosso Governo e à Infraestruturas de Portugal para desenvolver o projeto, sem o qual seria impossível o Governo tê-lo colocado no PRR.*

*Eu sou engenheiro civil de formação e, para mim, o asfalto é todo preto, mas, pelos vistos, não é isso que acontece, há várias cores de asfalto e, no nosso concelho, o asfalto não é da cor que se costuma pôr nos concelhos limítrofes.*

*Assim, gostava de salientar que este projeto, que deve rondar os € 20.000.000,00, está a fazer imensa falta ao nosso concelho e tendo em conta que o Município faz um projeto a rondar os € 105.000,00, mais IVA, estamos a falar de um bom investimento vs. aquilo que vai ser implementado.*

*Desde 2001, a Freguesia de Vermoil tem acompanhado o projeto. Dar nota de que foi apresentado na nossa Assembleia de Freguesia, pelo menos o troço do anteprojecto que está para ser executado na nossa freguesia, onde houve, obviamente, várias pessoas que tiveram possibilidade de o consultar e de o ver.*

*Dar nota aqui, também, que a IP, através do Município de Pombal, solicitou todos os contactos das pessoas que iriam ser afetadas com esta reabilitação. E do feedback que eu tenho, as pessoas já têm estado a falar comigo e, efetivamente, isto tem estado a acontecer – em alguns casos inclusive já estão assuntos resolvidos – pelo que estou ansioso para que a Infraestruturas de Portugal, a parte do património, consiga concluir este processo e chegar a entendimento com todos, para tentar avançar com a obra o mais rápido possível.*

*Obviamente, não estarão todos ainda contactados, porque alguns são difíceis de conseguirmos chegar até eles, mas acho que era importante deixar aqui esta nota, porque este é um processo que está a levar os seus trâmites normais, e acho de louvar todos nós termos sido envolvidos, todos os Presidentes de Junta que têm esta obra a passar pela freguesia, todos foram ouvidos e a todos foi solicitada essa colaboração.*

*Dar aqui nota de que estamos a falar de um projeto que tem nove rotundas, quatro meias rotundas, uma passagem inferior, começa no quilómetro 136.7, e acaba no 148.5 – estamos a falar de quase doze quilómetros de intervenção. E não é só apenas asfaltar; estamos a falar de mudar significativamente o tráfego nestas zonas – ou seja, não vai ser permitido fazer eixo de via, não vai ser permitido atravessar a via de um lado ao outro, vamos fazer apenas entradas à direita, o que melhora significativamente todo este tráfego.*

*E agora, deixo aqui umas perguntas e um pedido. Eu acho que após todo o processo estar concluído da parte da IP, e no momento em que é possível afirmar que o projeto vai ser aquele a ser aplicado, deixo a sugestão ao Município de fazer uma apresentação pública deste projeto, onde estariam, obviamente, os membros das freguesias, para podermos conhecer todos a plenitude deste projeto.*

*Questiono qual a previsão que a IP tem para lançar este concurso, quando está previsto o início destes trabalhos, e solicito também que a Câmara faça um pouco de força junto da IP para que,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mesmo de carácter provisório, seja possível reparar o estado do IC2 neste momento, porque em determinadas zonas está impraticável.*

*Muito obrigado.”*

**Nuno Oliveira (PS):**

*“Boa tarde, Senhor Presidente.*

*Quero cumprimentá-lo a si, e, na sua pessoa, os demais membros da Assembleia Municipal e as pessoas que assistem a esta sessão, quer aqui, quer em casa.*

*Eu asseguro-vos que a minha intervenção não foi articulada com a do Senhor Deputado Manuel Serra, embora tal venha a parecer, tal a similitude que se verifica no tema tratado.*

*Mas, eu gostava de começar essa intervenção precisamente lembrando algum histórico, e lembrando, por exemplo, aquilo que têm sido as votações sucessivamente nesta Câmara, desta Bancada do PS, contrastando, por exemplo, com aquilo que foi a votação relativa à aprovação de um estatuto de utilidade pública municipal para aquele caso concreto que o Manuel Serra falou, da IMOSA, e as justificações que o PSD à data deu para aprovar esse voto – o mesmo poderia falar em relação à Lusiaves, mas em relação a esse caso concreto, parece-me importante sublinhar esse facto.*

*O tema da exploração de inertes é recorrentemente trazido a esta Assembleia pela Bancada do PS, uma vez que isto se trata, efetivamente, de uma autêntica praga que já prolifera no nosso concelho, com os danos ambientais e os incómodos à população que são sobejamente conhecidos. E esta situação torna-se ainda mais gravosa quando não se verifica qualquer contrapartida para o Município, do ponto de vista coletivo, a não ser algumas vantagens individuais, mas que beneficiam apenas alguns.*

*A última situação de que nós temos notícia, relativa a este tema, ocorre agora na União de Freguesias de Albergaria dos Doze, Santiago e S. Simão de Litém, com um pedido de exploração mineira a acontecer muito próximo do aglomerado urbano dessa localidade de Albergaria dos Doze, e que mereceu, por parte do Município, um parecer favorável condicionado.*

*Nós não colocamos em causa a competência técnica do parecer, até porque nós temos total confiança no trabalho dos técnicos do Município e sabemos do rigor e preocupação da Eng.<sup>a</sup> Túlia e da Dra. Sílvia, e temos consciência também de que este parecer favorável condicionado é aquele que tecnicamente melhor responde à questão e, portanto, isso não estamos a colocar em causa.*

*O que colocamos em causa, sim, é o sinal político forte que é importante transmitir às populações, para que elas tenham a certeza de terem os seus representantes ao seu lado. E esse sinal não pode ser dado pelas técnicas, mas sim por alguém com legitimidade política. E, portanto, é o Senhor Presidente e a sua equipa quem tem que dar esse sinal à população. Portanto, esperamos que não faça como fez ainda recentemente, em reunião de Câmara, quando coloca um técnico a responder por si, por uma responsabilidade que é politicamente apenas sua. Nós temos um caso paradigmático, também recente, com o pedido de exploração da Fonte de Cova. Aí, o Município, e bem, deu esse sinal e colocou-se ao lado da população, de facto, e de forma visível. É certo que o fez a reboque da Câmara Municipal de Leiria e da Junta de Freguesia de Monte Redondo, é certo que o fez apenas depois de uma forte contestação da população – eu também estive na sessão de esclarecimento, com o Vereador Pedro Navega, e percebi que a inflexão, ou a evolução – chamemos-lhe assim – da posição do Município, percebeu-se mais claramente depois de verificada a indignação dos residentes, e que estes não admitiam outra coisa que não fosse o vínculo do poder político às suas reivindicações.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*O seu antecessor, Senhor Presidente, o antigo Presidente, Diogo Mateus, também o fez, ultrapassando algumas vezes aquilo que eram as competências mínimas da Câmara para melhor fiscalizar estas atividades. Por que é que não o faz em outras situações, Senhor Presidente? Tem dúvidas sobre qual é o sentimento das populações da Guia com os areiros de que ouvimos ainda agora uma manifestação pelo Senhor Deputado Manuel Serra? Ou do Lourical no caso do tripoli? Ou agora, no caso de Albergaria dos Doze, só para dar alguns exemplos? Então, aja como a população espera que o faça, sem meias tintas e sem se esconder atrás de formalismos. Nós sabemos que há poderes mais determinantes no licenciamento destas atividades – a DGEG, órgão estatal que tem agora um Governo do PS, a CCDR Centro, que tem a presidi-la uma social democrata, a Isabel Damasceno. Pois bem, então juntemos estas forças para reclamar junto destas entidades aquilo que a população deseja, que é ser ouvida e que os seus interesses sejam acautelados. E já agora, reivindicuemos também maior participação e meios de ação para o Município nestes processos. Pode contar com o apoio desta Bancada para essas iniciativas.*

*Eu deixo também um outro pedido, Senhor Presidente, que este é mais estrutural: é que se apresse a revisão do PDM. Nós sabemos que estas entidades fazem estes pedidos e que a Câmara tem poucos meios para atuar, por culpa do desajuste desta ferramenta, que é essencial para o desenvolvimento do concelho – como até o Senhor Presidente afirmou quando estava em campanha. Este foi um PDM construído por maiorias confortáveis do PSD, e portanto, sem qualquer constrangimento político; um PDM que, mesmo quando não permite algumas ações, vê o Executivo do PSD pedir excecionalidade por conta de um suposto interesse público, que depois não consegue demonstrar – como este caso da IMOSA, porque comecei a falar – e um PDM que também deixa de sua má memória um concelho repleto de crateras – parece uma superfície lunar, como dizia o Manuel Serra, e bem – e que não deixe que a inação deste Executivo seja algo que restrinja e que constanja a população na defesa daquilo que são os seus interesses.*

*Disse.”*

### **Fernando Matias (PPD/PSD):**

*“Obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, e também cumprimento o público presente, e os que nos seguem nas redes sociais.*

*A minha intervenção vai no sentido de me congratular com o apoio dado pela Câmara à Unidade de Cuidados de Convalescença do Centro Hospitalar de Leiria – neste caso, requalificação do primeiro piso do Hospital Distrital de Pombal. Esta unidade representa também um investimento de mais de €950.000,00 nos cuidados de saúde, financiado por fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020, reforçando a oferta de saúde do nosso concelho e região.*

*Este investimento, para além do seu objetivo primário de servir as pessoas e melhorar a oferta, também permite requalificar o Hospital Distrital de Pombal, criando novas unidades, num reforço que deve sempre ser, entre outros, aumentar a oferta em consultas externas e meios auxiliares de diagnóstico.*

*Mas, permitam-me que sublinhe que as instalações, a assunção de novos modelos de gestão, a certificação ou o efeito de escala criado através do aumento das áreas de influência, nunca serão, por si só, sinónimo de cuidados de excelência. A excelência na prestação de cuidados de saúde assenta sobretudo na adequação dos recursos humanos disponíveis, nos meios de apoio à decisão terapêutica existentes, e na relação das infraestruturas com a dimensão do território.*

*Permitam-me que termine, afirmando que estamos no bom caminho, mas não devemos perder o foco. O nosso foco deve estar nas pessoas.*

*Obrigado.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, mais uma vez, nas vossas digníssimas pessoas, cumprimento todos os que nos acompanham presencialmente e também através das redes sociais.*

*De forma regular, a Bancada do PSD – mas, sobretudo, a Bancada da Oposição, e bem, porque é o seu papel – vem aqui sinalizar aquilo que por vezes é a vontade que a população tem em que alguns investimentos e algumas obras aconteçam o mais rapidamente possível, porque são investimentos e obras importantes para a cidade e para o concelho. E, portanto, penso que também é justo falar dessas obras quando elas efetivamente já se iniciaram, já estão a decorrer, e também tentar perceber qual é que é o posicionamento da Câmara sobre o futuro desses investimentos, ou de outros investimentos que possam vir a acontecer.*

*Isto para falar daquilo que, obviamente, é o contexto que nós vivemos, que todos sentimos, que é um contexto transversal a todo o país, onde, efetivamente, os Municípios também sofrem com aquilo que é a inflação, a falta de mão de obra, a dificuldade também em entregar algumas empreitadas.*

*Mas, destacar aqui duas obras que, desde a última Assembleia Municipal até então, se iniciaram, e perguntar, naturalmente, ao Executivo, como é que está a correr a execução destas obras. E falo-vos da requalificação da zona do interface rodoviário junto à Biblioteca Municipal, que, efetivamente, é uma intervenção que vai melhorar bastante aquilo que é uma zona da cidade que, a meu ver, tem um dos melhores edifícios, mais bonito, mais aprazível, da nossa cidade, um edifício do tempo do Eng.º Narciso Mota, mas que ainda hoje se mostra como um edifício moderno e que merece, efetivamente, ter ali uma envolvência mais condigna e mais condizente com a dignidade que esse edifício tem, e perguntar, obviamente ao Executivo, como é que essa empreitada está a correr, se está a correr dentro daquilo que são também, naturalmente, os prazos e se, efetivamente, já temos uma perspetiva de quando é que pode vir a ser inaugurada, e estar ao dispor dos Pombalenses.*

*Depois, falar também da requalificação da Rua da Indústria, na zona industrial da Formiga, um tema que já várias vezes veio a esta Assembleia Municipal, e bem, porque, efetivamente, era uma grande necessidade para esta zona da cidade, e perguntar, também, naturalmente, como é que está a correr a empreitada, mas perguntar se, efetivamente, o Município tem já planos, tem já projetos, tem já intenções para continuar a desenvolver e a requalificar esta zona da cidade que, a meu ver, sendo nas últimas décadas uma zona industrial, é naturalmente uma zona de excelência para ser um parque de comércio e serviços de Pombal. Perguntar também ao Município se, para além desta requalificação que já está em curso, existem outros projetos que possam dignificar esta zona, e, obviamente, responder àquilo que são as necessidades diárias de todos os empresários que ali desenvolvem a sua atividade profissional.*

*No plano mais imaterial, falar-vos também de um tema que eu já aqui trouxe várias vezes, até antes de a iniciativa existir em Pombal, que teve que ver, desde o início do mandato, com a abordagem que eu fiz à necessidade de Pombal receber bem todos aqueles, sem exceção, que procuram o concelho para trabalhar e viver, ajudar a integrar no mercado laboral, na sociedade, e prevenindo-se dessa forma também eventuais riscos de exclusão social, discriminação ou problemas sociais. E falo-vos, naturalmente, do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que eu penso que está a ser um caso de sucesso, porque dos dados que eu tenho aqui, de 19 a 31 de janeiro – e estamos a falar em apenas quatro dias, porque o CLAIM só está aberto às quintas e sextas-feiras – houve catorze atendimentos, ou seja, uma média de sete atendimentos diários. E nestes atendimentos, trata-se de vários assuntos, desde*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*autorizações de residência, regularização por reagrupamento familiar, prorrogação de permanência no país, pedido de nacionalidade, certidão de antecedentes criminais, informações sobre início de atividade – o que demonstra também que os nossos imigrantes estão interessados também em desenvolver atividade profissional na nossa cidade e no nosso concelho – e informações sobre regularização, procura de trabalho, entre outros temas que, efetivamente, demonstram que esta iniciativa, que este CLAIM está a ser um sucesso no caso de Pombal. E acho que estas iniciativas, a par de outras, são extremamente importantes para continuarmos a receber, a acolher e a integrar todos aqueles que escolhem, e bem, o Concelho de Pombal para trabalhar e viver.*

*Muito obrigado.”*

**Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):**

*“Muito obrigado, Senhor Presidente.*

*Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros deputados, público, técnicos do Município, comunicação social.*

*Eu venho aqui deixar duas notas de agradecimento ao Executivo Municipal, porque, efetivamente – e o Luís já pegou aqui num assunto, que tem a ver com um projeto que foi dinamizado, implementado e apresentado no concelho, que é o “Sons do Bracejo”, e que consolida, efetivamente, uma aposta não só das freguesias, mas também do concelho, nas nossas dinâmicas culturais, e no fundo, passando um pouco das palavras aos atos, apostando efetivamente, apoiando e acarinhando este tipo de projetos. Estamos a falar de um projeto – o Luís já falou praticamente tudo – falamos aqui de um grupo de jovens talentos, jovens músicos, a maior parte deles da freguesia, e que através de um estilo musical alternativo para aquilo que são os nossos hábitos, nomeadamente o jazz, não fizeram só dois grandes concertos, fizeram muito mais do que isso, homenagearam o nosso património cultural, homenagearam os nossos agentes culturais locais, e isso tem muito valor, é um património que vai ficar imortalizado – o Luís falou, e bem, que deve ficar imortalizado, trabalharemos em conjunto para que isso seja, efetivamente, uma realidade.*

*No fundo, é este o papel que nós, no concelho, temos que ter para este tipo de iniciativas, é acarinhar e apoiar estas iniciativas, porque, de facto, são estas ações que valorizam o nosso património cultural.*

*Dizer também que são estas ações e são estes eventos que – e eu vou falar mais uma vez sobre este assunto, porque considero urgente – por outro lado, também agudizam as nossas necessidades no concelho. E a Oeste do concelho, como sabem, faltam equipamentos que possam albergar atividades culturais e desportivas.*

*E é por isso que eu venho, Senhor Presidente, mais uma vez, solicitar que se olhe para esta necessidade e que se pense num projeto, um pavilhão multiusos, nomeadamente na União de Freguesias, em função deste volume de atividade, que só é possível porque vamos, ainda assim, tendo a sorte de podermos contar com espaços alternativos que nos vão sendo emprestados. E eu acho que temos, efetivamente, que olhar para o concelho como um todo, e o Oeste do concelho, nomeadamente a União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca já provou, e vem provando cada vez mais, que este é um investimento que tem forçosamente que acontecer.*

*Depois, Senhor Presidente, dizer também que iniciámos ontem a pintura de um mural em homenagem a esta arte do bracejo, que teve também esta leitura de imortalizar o património cultural da freguesia, em concreto na Ilha. Valorizamos a arte do bracejo, as nossas queridas capacheiras que, de facto, são um símbolo da nossa freguesia. E por ter havido uma abertura*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*da Câmara Municipal no sentido de apoiar este projeto da Junta desde o início, queria aqui também deixar o devido agradecimento, porque, como eu disse, há pouco, estes projetos que visam imortalizar o nosso património só são possíveis, efetivamente, porque temos quem nos vá apoiando.*

*Muito obrigado.”*

**Maria José Marques (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):**

*“Ora, apresento desde já os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, Professor Mota Pinto, e nele, permita-me que cumprimente os restantes membros da Assembleia, e bem assim os Senhores Vereadores e demais aqui presentes.*

*A minha intervenção prende-se com o dia 3 deste mês, em que aconteceu a primeira visita de trabalho às freguesias, e este ano, depois de todos os anos anteriores em que isso aconteceu, fomos a primeira a ser visitada, tanto pelos Senhores Vereadores, como pelo Senhor Presidente, e também pelos técnicos do Município.*

*Agradecer, em primeiro, pela excelente organização na visita, e bem assim na planificação da mesma, fazendo desde já votos de que esta visita de trabalho, a breve trecho, possa efetivamente ser uma mais valia no desenvolvimento e concretização dos projetos e obras a que nos propusemos, sendo certo que os nossos projetos, enquanto Executivo da Junta de Freguesia de Vila Cã, são também, em larga medida, aqueles a que o próprio Executivo Camarário se propôs no seu plano eleitoral. E por isso, acreditamos que serão muito em breve uma realidade na nossa freguesia, até porque – e aproveito também para agradecer o apoio que o Município deu à Junta de Freguesia na aquisição dos terrenos para o nosso futuro Parque Verde, que há muito é perspectivado na freguesia, mas que, de alguma forma, tem sido dificultado pela localização e pela aquisição dos terrenos onde nós queríamos que se situasse o parque, e neste momento já é uma realidade, já são propriedade da Junta, e o Município também aqui deu o seu contributo muito importante.*

*E bem assim, relativamente à requalificação do centro sede de freguesia, que já merece, há largos anos, que esta seja uma realidade. Mas, na verdade, sempre foi uma luta, porque tanto este Executivo da Junta de Freguesia de Vila Cã, como os anteriores, nunca pensaram aquela requalificação sem que se pensasse na aquisição dos terrenos que eram propriedade da Caixa Agrícola de Pombal, e bem assim do imóvel que ali está. E o Município foi incansável nestas negociações, e já neste mandato conseguiu concretizar o negócio, e assim poderemos também, muito em breve, desenvolver o projeto que certamente muito agradará a todos os nossos fregueses, e muito a nós, que será uma obra que pensamos ser uma realidade, enquanto executivo, nestes próximos tempos.*

*Deixo ainda um agradecimento em nome do nosso tecido empresarial, e em nome do tecido associativo, que tiveram, ao final desse dia, a possibilidade e a oportunidade de reunir na Junta de Freguesia, na sede, tanto com a Vereação, como com o Senhor Presidente e com o corpo técnico da Câmara, e que viram algumas das suas dúvidas ali esclarecidas, e que foi bastante participado, o que nos agradou muito, é nós vermos as pessoas da nossa freguesia interessadas nos assuntos da freguesia, e isso foi demonstrativo em termos a sala cheia.*

*Sem dúvida que uma das coisas que mais foi questionada foi em relação ao parque industrial, que, neste momento, na Freguesia de Vila Cã, é inexistente, embora na freguesia vizinha tenhamos uma zona industrial, mas que já não tem a capacidade que nós gostaríamos de ver, e também está pensado projetar uma zona industrial que sirva as duas freguesias – ou seja, uma parceria que a Junta de Vila de Cã, o Município de Pombal e a Junta de Abiul, querem levar a cabo, e que será muito importante, tanto no desenvolvimento económico, como social, destas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*duas freguesias e das populações que ali residem, até porque necessitamos cada vez mais que ali se fixem pessoas, e essa será com certeza uma grande mais valia, porque pensada no modo como nós a temos, temos a certeza que o povo serrano irá agora ver o desenvolvimento das suas povoações. É isso que nós pretendemos.*

*Também outra coisa que nos deixou muito agradados é o empenho que a Vereação e o Senhor Presidente têm em arranjar forma de termos uma alternativa de acesso à pedreira da Sicó, que prejudica, há muitos anos, aquelas populações, e que agora vemos, no fundo, uma luz ao fundo do túnel, para que se possa, num futuro próximo, mudar aquele acesso – esperemos nós que não haja pedras na engrenagem, e este seja um projeto em que tanto nós, como o Executivo da Câmara, nos empenhemos.*

*Deixo aqui o meu agradecimento público.*

*Tenho dito.”*

### **Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):**

*“Boa tarde a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente de Câmara, também cumprimento todos os presentes aqui na sala, e todos os que nos ouvem lá em casa.*

*E o meu assunto aqui, hoje, neste ponto, é enaltecer o Serviço de Proteção Civil e a cultura de Proteção Civil do Município de Pombal. E é muito simples, para quem não está atento, ou pelo menos ainda não percebeu, está a ser celebrada aqui a Semana da Proteção Civil, no Município, começou no dia 26 de fevereiro e terminará no dia 11 de março, com um conjunto de ações das mais diversas áreas nesta matéria. Só para vos dar um exemplo, e também do orgulho em dizê-lo aqui publicamente, já estive em vários Municípios, no mesmo tipo de iniciativas, e é com muito orgulho que o digo aqui, que tivemos neste fim de semana, aqui no Salão das Atividades Económicas, uma demonstração de meios, uma exposição de meios táticos, e no fundo, os simulacros, também no Largo do Cardal, e no próprio Rio Arunca, em dois exercícios que fizeram lembrar, e muito, a necessidade que temos – e era esse o toque que eu queria dar aqui – desta necessidade de vermos a Proteção Civil todos os dias nas nossas vidas, porque não podemos esquecer – e depois, vemos na televisão também todos os dias – que o sismo na Turquia ou na Síria também pode acontecer aqui, uma catástrofe pode acontecer no nosso território. E esta cultura de Proteção Civil tem que ser trabalhada todos os dias.*

*Neste momento – e tenho também que o dizer – a equipa do Município – o Hugo, o David e a Ana – estão a fazer um trabalho exemplar nesta matéria, conseguiram montar esta semana – também para terem uma ideia, e aí está, com o apoio também das próprias freguesias – e também vou já a este ponto – nesta área, porque só com pessoas conhecedoras da matéria e motivadas conseguiremos aqui obter êxito nesta matéria.*

*Deixo esse desafio também ao Município, estamos a preparar e temos que preparar já a época crítica de incêndios, temos as faixas de gestão de combustível para tratar, temos os caminhos florestais, temos os pontos de água, e temos aqui um assunto complicado: temos os nossos voluntários das freguesias que durante todo o ano – e friso aqui, durante todo o ano – de uma forma voluntária e muito proativa, nos têm ajudado a todos – e quando digo “a todos”, é a toda a comunidade – sem qualquer remuneração. O que eu peço aqui, uma vez mais, é um pequeno gesto, que é a questão do seguro, ou seja, que todos aqueles elementos que dão o seu tempo em nossa ajuda, em prol de uma comunidade, que pelo menos o seguro seja garantido durante todo o ano. Ele é garantido na época crítica, e bem, e o meu apelo é esse, é um pequeno gesto, acho que de nós todos, que não será por esse valor que certamente todo o trabalho que eles fazem, conjuntamente com todos os outros ativos da Proteção Civil, nos ajudarão.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Outra palavra também para o Município – e não querendo aqui me sobrepor a ninguém, também uma palavra para os Bombeiros de Pombal. Ou seja, é a força viva da Proteção Civil em todos os concelhos, e aqui no nosso concelho ainda mais, é um corpo de bombeiros voluntários. Mas, o meu apelo é este, ou seja, que a Câmara Municipal também faça um esforço para conseguir ter mais homens – porque é um dilema que temos todos os dias, em vários territórios, e no nosso concelho não vai fugir à regra certamente, pessoas no Quartel de Bombeiros. E eu sei que o Município está a delinear uma estratégia para resolver este problema. Sei que há uma injustiça – e depois, o Senhor Presidente de Câmara poderá também explicar, e a Senhora Vereadora, a nível nacional – com a atribuição das EIP's, as Equipas de Intervenção Permanente, aos corpos de bombeiros, que o nosso concelho, por apenas ter um quartel, o corpo de bombeiros está a ser prejudicado face a outros Municípios que têm várias corporações dentro do mesmo concelho, apesar de o nosso concelho ser dos maiores, ou é o maior a nível do Distrito de Leiria, e está a ser prejudicado com essa atribuição, a nível nacional, dessa EIP.*

*O que é uma EIP? É uma equipa de cinco homens, com uma viatura, que estão disponíveis durante o horário normal de serviço no quartel, para qualquer intervenção.*

*E, portanto, é esse apelo que eu faço, e também convidar – e deram-me, há bocadinho, ali à entrada o flyer, que tem um conjunto de medidas que vão desde o que temos que fazer em casa, a parte da floresta, os kits de emergência, e também os números, que muitas vezes não sabemos os números de emergência.*

*Por isso, agradeço desde já, porque esta informação, num pequeno flyer, tem tudo, ou pelo menos quase tudo o que precisamos de saber, a nível de Proteção Civil.*

*Portanto, parabéns a quem fez e a quem trabalha nesta matéria. Obrigado.”*

**José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente de Câmara.*

*Quería aqui aproveitar esta oportunidade, até porque passados dois anos de pandemia, há uma atividade que se desenvolve no Louriçal há cerca de trinta anos, falamos dos Serões Culturais. Falamos de uma atividade imensa, que se desenvolve de dois em dois anos, e no apelo que nós fizemos – porque também tem o apoio da Câmara Municipal de Pombal, e também tem a presença dos Senhores Vereadores e do Senhor Presidente, durante os serões – é importante também aqui deixar um desafio, até mesmo aos colegas Presidentes de Junta e membros da Assembleia, que se um dia quiserem visitar, de quinze em quinze dias, um serão cultural, eles desenvolvem-se em dez associações diferentes. Começou no dia 28 de janeiro, sempre ao sábado à noite, a partir das vinte e uma horas, de quinze em quinze dias, e terminará numa sessão de finalíssima, no Cineteatro de Pombal, apresentando o melhor que ali se desenvolve, na questão cultural, musical e recreativa.*

*Também agradecer à Câmara Municipal a possibilidade que temos de, depois, vir até Pombal apresentar o melhor que se faz na cultura no Louriçal.*

*Aquilo que acontece, e que nós temos que destacar, é que depois desta pandemia – como eu ia dizendo – desafiar as associações para participar num evento destes, achávamos que seria algo complicado, que as pessoas não estariam disponíveis. E na verdade, para dizer que vale a pena o investimento que se tem feito no associativismo, nas sedes das associações, porque reflete que, neste momento, a motivação é extraordinária, as sessões têm-se desenvolvido com casa cheia – aliás, os Senhores Vereadores têm estado presentes, têm presenciado isto.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E aquilo que queria dizer é o seguinte: isto, de quinze em quinze dias, movimentando dez associações e dez instituições, a nível musical, próprias da freguesia, faz com que mais de quinhentas pessoas se envolvam aqui nesta questão cultural. Sendo ela uma tradição que traz de cada um, das suas aldeias, o seu melhor, tanto no teatro, como na música, como em atividades, desde as perguntas e respostas de âmbito histórico e associativo, onde envolve também aqui o Instituto, no trabalho que desenvolve nas perguntas e respostas, um colégio sempre de portas abertas, neste trabalho também da cultura e do associativismo.*

*Queria dizer que é aqui também de salientar e de agradecer ao Município por termos inaugurado as obras de requalificação da escola que serve de Associação do Piquenique, também é uma associação que não só está presente nesta vertente cultural, como também numa equipa de futsal sénior, e que tem pelo menos ali a disponibilidade de ter uma sede requalificada, sendo a escola um património da Câmara, mas cedido à Associação Piquenique.*

*Portanto, aqui quero deixar os agradecimentos, finalmente, depois de ser uma obra adjudicada ainda pelo anterior Executivo, foi concluída recentemente, e bem, porque põe ao serviço de uma localidade, de S. João das Tábuas e Casais do Porto, que são terras de uma população imensa. Também dizer que temos uma associação que também conseguiu pela primeira vez participar nos Serões Culturais. Dizer que a Associação de Foitos, que também participou nestes serões, e está a participar pela primeira vez, precisa de terminar as obras. Deixo aqui também um pedido ao Senhor Presidente, a ver se conseguimos concluir as obras.*

*Também dizer que é um objetivo nosso que o Centro Cultural – ou seja, a requalificação das obras da EPAC – neste projeto que temos em mente, possamos conseguir concluir essas obras, para podermos finalmente ter o espaço polivalente para todas as associações, numa grande organização que se pretende ser nas comemorações dos duzentos anos da Filarmónica Louricalense, que se realizará em 2025, que essa obra esteja concluída.*

*Muito obrigado pela atenção, e obrigado por tudo, Senhor Presidente. E estamos aqui sempre a trabalhar juntos também neste aspeto cultural e associativo.”*

**João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente, eu, como educado que sou, não posso fazer a intervenção que iria fazer, porque o elemento do Partido Socialista, Nuno Gabriel Oliveira, não considera oportuno estar aqui nesta reunião, neste momento.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigado.*

*Então, estão terminadas as intervenções no período de antes da ordem do dia, salvo a intervenção e prestação de eventuais esclarecimentos, na intervenção da Câmara. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer usar da palavra sobre pontos que foram ditos.*

*Por favor, Senhor Presidente, tem a palavra.”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado.*

*Boa tarde a todos. Cumprimentar, naturalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Assembleia, os meus colegas Vereadores, todos os membros da Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, quem nos acompanha também nesta sessão.*

*E permitam-me, naturalmente, e nós já o fizemos em sede de reunião de Câmara, mas associar a Câmara Municipal de Pombal aos votos de pesar do José França, do Padre Américo Ferreira, do Senhor Manuel Lopes, pessoas que já mereceram esse voto por unanimidade em reuniões de Câmara – o Senhor José França, enquanto ex-dirigente desportivo, para além de empresário, e*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*uma pessoa que quem conviveu com ele percebe o humanismo que tinha; o Padre Américo Ferreira, que era incontornável, e em todas as paróquias por onde ele passou deixou a sua marca muitíssimo positiva; e o Senhor Manuel Lopes também, que foi Presidente da Junta de Freguesia da Redinha, que também se dedicou à causa pública na Redinha.*

*Hoje, infelizmente, tivemos uma notícia que nos apanhou de surpresa, com a morte da Dra. Maria Luís Brites, e creio que a Assembleia Municipal prestou uma singela, mas boa e merecida homenagem a uma cidadã que era completamente singular. Não há dúvidas nenhuma, quem conhecia a Maria Luís Brites reconhece, para além das qualidades dela, da ligação à componente cultural, que era uma poetisa – nós editámos alguns livros dela – e toda a maneira de ser dela, irreverente, mas sempre com um sentido grande de preservação da liberdade de expressão e da igualdade.*

*E, portanto, hoje nós emitimos já um voto de pesar público, para além de ter sido já esse mérito reconhecido, com a atribuição da medalha de mérito cultural, precisamente porque a Dra. Maria Luís Brites era, realmente, uma personalidade verdadeiramente incontornável da nossa comunidade, e por isso, em boa hora também esta Assembleia Municipal se associou – e a Câmara Municipal, naturalmente – a este voto de pesar.*

*Queria também assinalar – uma vez que também esta é a primeira Assembleia Municipal depois de perfazer um ano sobre o início da guerra na Ucrânia, também manifestar, do ponto de vista da Câmara Municipal, a nossa solidariedade com a população ucraniana, e sobretudo com os refugiados e com todas as pessoas que têm sofrido nas suas vidas as consequências de uma guerra que teima em não terminar, e cujas consequências, não só do ponto de vista humano – e esse é o principal – mas também do ponto de vista económico-financeiro, têm muitas repercussões a nível global. Mas, hoje queria centrar-me também nessa solidariedade para com as pessoas que foram e ainda são, infelizmente, vítimas desta guerra. E realmente apelar, dentro das nossas limitações, a que esta guerra termine o mais rápido possível, porque não beneficia ninguém.*

*Senhor Presidente, com a sua permissão, vou tentar, então, dar as explicações possíveis, ou que me são permitidas, aos membros da Assembleia Municipal, começando, naturalmente, pelo Luís Couto, que abordou aqui a importância deste projeto cultural denominado “Sons do Bracejo”. O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca também salientou a mais valia deste projeto, porque estes são aqueles projetos que tocam as pessoas, e que valorizam as comunidades. Eu não tive a oportunidade de acompanhar, porque estive fora, mas acompanhei à distância, mas, realmente, o André Ramalhais merece esse reconhecimento, que é um jovem irreverente, um amante da cultura, e conseguiu também, no seio da comunidade, com o apoio e a participação do Grupo Semibreves, e também de todo o relatório que os Semibreves também têm, na promoção da música popular tradicional, nomeadamente no Lugar da Ilha e limítrofes, e também depois com as capacheiras, que são mulheres extraordinárias – e o Gonçalo, Presidente da Junta de Freguesia, fez menção a uma obra que com o nosso apoio também vai ser promovida na Ilha, e que vai imortalizar para sempre (espero eu), e imortalizar também todo este património, que é um património cultural altamente importante que nós temos no nosso concelho.*

*Nós, neste momento, como vocês sabem, estamos também a terminar aqui a preparação do Posto de Turismo do nosso concelho, onde também a arte do bracejo vai ter aqui um papel de destaque, porque não há dúvidas nenhuma de que isso também, tal como outras dimensões culturais no nosso concelho, essa é uma das dimensões que nós temos de valorizar, preservar, fazer com que se transmita para as novas gerações, e que faz a diferença.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E, portanto, esse apoio que nós damos à dinamização desses projetos merece esse reconhecimento.*

*E depois, também a valorização da Casa Varela, isso é muito importante. É que a Casa Varela, nestes dias – naquele dia de espetáculo, em particular, e depois no Salão Paroquial da Ilha, encheram-se estes espaços, e a Casa Varela é precisamente isto, a Casa Varela é um centro de experimentação artística, para valorizar tudo aquilo que também é o nosso talento local, o nosso ADN – e existe, como ficou bem provado neste projeto, como existem outros projetos – no sábado, a Iolanda deu um espetáculo extraordinário, e está a afirmar-se internacionalmente também, por mote próprio. E nós temos tantos talentos, como eu já falei aqui em várias sessões da Assembleia Municipal e na reunião de Câmara, em todas as reuniões de Câmara valorizamos sempre algum agente cultural, alguma iniciativa – podíamos falar do Festival de Teatro que vamos ter agora no nosso concelho, com dezassete peças em nove freguesias, e com peças de âmbito nacional, com uma expressão extraordinária. E eu falava aqui na área cultural largamente, porque existe muita coisa e coisa boa. E a Casa Varela é precisamente também esse espaço de valorização da inovação artística, de promoção dessa inovação artística, e também de valorização dos nossos agentes locais, e esse reconhecimento é muito relevante.*

*E naturalmente que eu espero, e assim trabalharemos, para que estes projetos culturais continuem a ter dimensão, e também estamos sempre – e isso é algo que eu quero também frisar – estamos sempre recetivos a novos projetos, a novos desafios, seja na área cultural, seja noutra área qualquer. Na área cultural temos este projeto em particular também, de criar oportunidades e de dar condições para que os nossos agentes culturais possam dinamizar as suas iniciativas e serem criativos, que é isso que é o Projeto “Sons do Bracejo”, é um projeto criativo, porque é envolvente da comunidade e vai muito para além do jazz em particular, e consegue realmente ter aqui uma mistura de sons muitíssimo interessante. E, portanto, fica esse registo muito positivo.*

*Relativamente ao PomBus, com a Senhora Vereadora, no âmbito da mobilidade, estamos a analisar – uma vez que a CIM está neste momento com o projeto-piloto do transporte a pedido na zona norte do nosso distrito, e como sabem, a CIM é a autoridade de transportes na nossa região, e nós estamos a trabalhar no sentido de ir avaliando esta experiência, e depois perceber de que forma é que nós conseguimos implementar aqui este alargamento que nós queremos do serviço público de transportes às freguesias, por iniciativa municipal. E estamos a trabalhar nesse sentido.*

*Em relação ao Conselho Municipal de Juventude, nós falámos no Conselho Municipal de Juventude, hoje posso dar a minha opinião pessoal e enquanto Presidente de Câmara – mas, essa discussão, já a tivemos no Conselho Municipal de Juventude, acho que é um bocado redundante, mas eu posso dizer qual é que é a posição da nossa unidade jurídica, a quem pedimos parecer, relativamente à integração dos membros das organizações de juventude de Partidos políticos sem assento na Assembleia Municipal, ou movimentos independentes com assento na Assembleia Municipal.*

*E a nossa unidade jurídica disse-nos que nos termos do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009, que é a Lei que estipula o regime dos Conselhos Municipais de Juventude, devem fazer parte do Conselho Municipal de Juventude membros de cada um dos Partidos eleitos em Assembleia Municipal – e isso fazem, ou seja, no Conselho Municipal de Juventude estão representantes do PPD/PSD, do Partido Socialista e do Movimento Oeste Independente, e isso, nos termos da Lei, é assim que estipula, e é isso que está concretizado. E depois, há outra alínea do mesmo art.º 4.º que diz que devem também estar – podem ou devem – com direito a voto – e essa é a parte que nos diverge*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

– devem estar no Conselho Municipal de Juventude os membros das organizações de juventudes partidárias. E organizações de juventudes partidárias aqui, é entendido o PPD/PSD (JSD), e o Partido Socialista (Juventude Socialista). E o membro do Movimento Oeste Independente, Luís Couto, entendia que como também os jovens da Iniciativa Liberal, e outras estruturas juvenis que não estão organizadas dentro dos Partidos, entendia ele que deviam ter assento com direito de voto.

O que é que a Lei diz? A Lei diz, e é tácita nisso, o que diz um parecer – e foi um parecer que chegou, um parecer de um jurista, de um ilustre colega, mas o parecer do jurista o que diz é que não há critério legal para definir aquilo que é “organização de juventude partidária”, e é por isso que também devem estar os jovens das estruturas juvenis, mesmo que não formalizadas, dos movimentos independentes, e de outras organizações partidárias. É mais ou menos isto que diz o parecer. Mas, o que é certo é que a Lei não diz isso, e o que a Lei diz é que devem estar as juventudes partidárias que estejam legalmente constituídas, ou formalmente constituídas. É isso que nós fazemos.

Não obstante, o que é que nós fizemos? Como não podiam, nos termos da Lei, ter assento estas estruturas juvenis de movimentos independentes ou de Partidos políticos que não têm estruturas juvenis organizadas, como é o caso da Iniciativa Liberal, ou do Bloco de Esquerda, o que nós propusemos é que estes membros tenham assento como observadores permanentes, permitindo que estejam nas reuniões todas, tenham o direito de participar, o direito de dar a sua opinião, propor moções, fazer propostas, só não têm direito a voto, porque a Lei não o permite. Mas, a tudo o resto têm direito.

Isto significa que, no caso em concreto do Movimento Oeste Independente, no nosso Conselho Municipal de Juventude, têm assento duas pessoas, que é o dobro da participação na Assembleia Municipal.

Portanto, em caso algum, eu, enquanto Presidente de Câmara, e por inerência, Presidente do Conselho Municipal de Juventude, posso ser acusado de estar a limitar ou a obstruir a participação democrática, porque é isso que eu quero, eu quero que as pessoas participem, e que os jovens participem. E é por isso que – e creio que o Luís Couto também reconhece isso – o Conselho Municipal de Juventude tem sido muito dinâmico, muito participativo, superinteressante – e a Marlene Matias, que aqui está, também faz parte desse órgão – temos tido discussões e partilha de contributos muitos interessantes, e até criámos, por iniciativa do Luís Couto e da Mariza Ferreira, que eu saúdo, um grupo de trabalho sobre saúde mental, precisamente para discutirmos e no final apresentarmos propostas nesta área.

Portanto, aquilo que eu quero, enquanto Presidente de Câmara, é o máximo de participação. Há aqui uma questão jurídica que nos separa, mas essa questão não nos separa, pelo contrário, acho que nos aproxima, porque o objetivo não é afastar ninguém, a única coisa é cumprir com a Lei. E essa parte jurídica diferencia-nos, a nossa parte jurídica que emitiu este parecer, e depois o outro parecer do nosso colega – mas, isso é uma questão de interpretação jurídica, mas que em caso algum deve obstar, ou deve dificultar a participação e a dinamização deste órgão, que eu acho que é muitíssimo relevante, e vocês percebem as dinâmicas que temos tido a nível de juventude, que são fruto deste órgão. E também agradeço ao Luís Couto a forma participativa como também tem trabalhado neste órgão, e com contributos, naturalmente.

Em relação à Marlene Matias e ao “Primeiro Direito”, foram-nos pedidos vários esclarecimentos, ou clarificações, do ponto de vista daquilo que era a nossa candidatura, que é uma candidatura complexa – estamos a falar, só no nosso caso, de um procedimento que abarca cerca de € 8.000.000,00 de investimento, estamos a falar de um investimento significativo.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Eu não vou falar aqui dos esclarecimentos todos, depois podemos fazer chegar esta informação sobre os esclarecimentos cabais que demos no final do ano passado ao IHRU. No dia 8 de fevereiro, o IHRU mandou-nos um pedido para avaliação final dos dados, e nós, no dia 14 de fevereiro, remetemos o nosso “ok” final à avaliação de todos os dados. E a partir de agora, estamos à espera que do IHRU nos digam, estando tudo conforme, quando é que vamos assinar o protocolo, o acordo com o IHRU, e a partir desse momento podemos implementar o processo. Portanto, esse é o ponto de situação.*

*Mas, para além disso, nós não ficamos parados – e eu creio que até era importante a Assembleia Municipal se pronunciar sobre isso. Nós fomos dos poucos concelhos a nível nacional que vimos aprovada uma candidatura única na habitação colaborativa, que é fruto do empenho de uma instituição social – em particular, o Lar da Felicidade, nas Meirinhas – e do trabalho dos nossos técnicos, que apoiaram essa instituição na parte de projeto, e conseguimos que essa candidatura fosse aprovada, e foi essa cerimónia pública de aprovação da candidatura, e naturalmente, depois, divulgação da candidatura, foi dito pela própria Ministra do Trabalho e Solidariedade Social que é um exemplo, um dos melhores exemplos a nível nacional de habitação colaborativa, no sentido de criar respostas inovadoras para a problemática da habitação, nomeadamente também direcionada à população mais envelhecida, também com salvaguarda da sua autonomia, e isso é extraordinário.*

*Ainda hoje, de manhã, tivemos uma reunião, que eu posso também partilhar, com outra instituição – no caso, da Guia, Ilha e Mata Mourisca, da Obra da Sagrada Família, que também tinha submetido um projeto com o nosso apoio, com o nosso suporte de projeto, e esperamos nós que de acordo com o PRR, possa ainda – apesar de não ter sido aprovada nesta primeira fase, porque havia questões técnicas que não estavam bem esclarecidas – possa ainda vir a ser aprovada. Ou seja, podemos ter, a curto prazo, mais uma resposta inovadora, diferente das Meirinhas, mas também inovadora na componente de habitação, e habitação também para a população envelhecida, e para a população que realmente precise desse tipo de respostas.*

*Isso significa que nós continuamos a trabalhar, e estamos a trabalhar muito, com os nossos técnicos, com os autarcas de freguesia – que também aproveito para saudar o seu envolvimento – e com as instituições sociais, para criar respostas diferenciadoras.*

*Em relação ao Manuel Serra, e às preocupações do Manuel Serra, naturalmente que a competência de aprovação – e o Manuel Serra, experiente como é, sabe disso – é da Direção Geral de Energia e Geologia, naturalmente, mas nós não nos demitimos das nossas responsabilidades. E aqui respondo em conjunto também ao Gabriel Oliveira, agradecendo também as preocupações que manifestou, e que são similares, são parecidas.*

*Há sempre aqui um equilíbrio entre a componente ambiental e componente económica, mas nós estaremos sempre, primordialmente, a favor da componente ambiental e da sustentabilidade do nosso território, não tenham dúvidas disso. E o Gabriel falava de termos um papel mais ativo. Aquilo que nós fizemos foi integrarmos o grupo de trabalho – nós, Município de Pombal, o Vereador Pedro Navega – com os responsáveis do Município de Leiria, criámos o grupo de trabalho em conjunto, e emitimos um ofício, enviámos um ofício à DGEG para que nós fizéssemos parte também do processo de fiscalização de cada uma das intervenções no território. Isso quer dizer que nós estamos comprometidos com as populações, com o bem-estar das populações. Sabemos que há aqui interesses em conflito, mas não tenhamos dúvidas – e nisso, somos muito diretos – que as populações nos preocupam, e é pelas populações que nós temos orientadas as nossas preocupações, sendo certo que há aqui responsabilidades e competências que não são nossas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E aqui, vou à parte final da intervenção do Gabriel, que dizia que nós devíamos ser mais ativos e mais participativos, etc., e depois terminou a dizer: “Vocês não têm responsabilidades, mas, se quiserem, nós ajudamos a que façam chegar a vossa voz a quem compete.” Aí, sim, quando falamos em descentralização de competências, por que é que não descentralizam competências em matérias de licenciamento deste tipo de intervenções para as autarquias locais? Vamos defender isso, eu acho que nós estamos disponíveis para fazer, até porque nós, ao contrário de outros concelhos, o que nós fazemos em cada uma destas intervenções é, assim que chega um pedido de exploração, seja ele qual for, nós pedimos pareceres às Juntas de Freguesia, envolvemos os autarcas de freguesia, coisa que a Lei nem sequer diz nada sobre esse assunto – ou seja, a Lei não exige, o parecer também não é vinculativo, como nós sabemos, mas nós, para salvaguarda dos interesses das populações e do território, pedimos esse parecer, para que também seja tido em conta, por quem decide em Lisboa, aquilo que é a vontade e a perspetiva de terreno que os autarcas de freguesia têm.*

*E por isso, dizer que se quiserem exigir mais competências para as autarquias locais, nós estamos disponíveis para assumir mais competências e mais responsabilidades, e não, não nos refugiamos em nada. Não nos refugiamos em nada, damos a cara, damos a cara com responsabilidade, em qualquer uma das matérias, e nesta em particular também.*

*E vou dar-lhe um exemplo de como damos a cara. O Senhor Deputado Gabriel Oliveira disse que devíamos ter feito para Albergaria dos Doze o mesmo parecer que emitimos para a Fonte de Cova, que era favorável condicionado. E o parecer é igual. Repare, o parecer que emitimos para uma situação é o mesmo que o outro, é favorável condicionado – o Senhor Vereador Pedro Navega pode enviar-lhe o parecer que nós aprovámos – porque nós não podemos fazer a coisa de forma diferente.*

*Agora, é fácil dizer para irmos contra os técnicos, ou então dizermos que os técnicos são muito competentes – e no nosso caso, no Município de Pombal, tenho dito isto nas várias áreas, temos técnicos com uma enorme qualidade, e que nos dão também alguma confiança e segurança nas nossas decisões. E no caso, os técnicos emitiam parecer de uma determinada forma, e nós vamos contra o parecer dos técnicos? Isto é valorizar o trabalho dos técnicos? Não me parece.*

*Portanto, aquilo que nós fizemos – e eu acho que bem, nos termos da Lei – aprovámos aquilo que os técnicos acharam que era o que devia ser aprovado, do ponto de vista técnico, porque é uma questão técnica.*

*E, portanto, deixar essa nota, mas naturalmente agradeço a preocupação.*

*Ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia, Daniel Ferreira, em relação ao IC2, é mais um dos assuntos que merece essa atenção, é que é um assunto onde não interessa nada fazer populismo. Há vários assuntos em que é fácil pegar em alguma notícia nas redes sociais e alimentar polémicas; no IC2 ninguém deve alimentar polémicas. Por quê? Porque é uma obra estruturante, é uma obra fundamental. Todas as pessoas que vão de Pombal para Leiria, ou que vêm de Leiria para Pombal, se queixam do estado da estrada.*

*E então, o que é que nós fazemos? Sendo uma responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, com quem temos tido uma relação muitíssimo próxima e de confiança – que isso fique muito bem registado – mas, o que é certo é que é uma responsabilidade há décadas, e não fizeram nada. E nós, o Município de Pombal, quem me antecedeu, e bem, decidiu que nós pagamos o projeto para a obra avançar, os cidadãos pombalenses pagam um projeto de uma responsabilidade que não é nossa, mas como nós entendemos que é muito importante para o território, então nós assumimos os custos do projeto, e foi isso que fizemos.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E, portanto, chegámos até aqui, à fase final do projeto, e naturalmente estamos comprometidos com a sua concretização, e também com o respeito que nos merecem todos os proprietários confinantes com o IC2 – todos nos merecem. E nós estamos empenhados, eu com o Senhor Vereador Navega, e os nossos técnicos do Departamento de Obras estão empenhados em acautelar todas as situações possíveis, dos confinantes com esta intervenção, que alguns deles – e é verdade – em virtude da intervenção, vão ter que ser algo sacrificados. É a intervenção que assim o diz, porque se querem ter uma requalificação do IC2, há sempre alguns efeitos. O que é que nós queremos? Minimizar ao máximo os efeitos e os impactos que possam ser negativos para esses proprietários. Pelo contrário, o que nós queremos é que os proprietários confinantes com o IC2 saiam valorizados, porque naturalmente que a melhoria da infraestrutura vai ajudar a valorizar os terrenos. E é isso que nós queremos, o que nós queremos é segurança rodoviária, e que este IC2, que já se fala há décadas que deveria ser requalificado, possa ser requalificado, e estamos empenhados nesse processo.*

*Naturalmente, quanto à sua solicitação de podermos organizar uma sessão de apresentação pública, remeteremos também – uma vez que a Infraestruturas de Portugal é a dona de obra, neste momento, o projeto, são eles que estão a liderar o processo, vamos sugerir à Infraestruturas de Portugal que possa ser realizada também uma apresentação pública, já da fase final do projeto, para que todas as pessoas tenham conhecimento da intervenção que vai ser realizada, onde é que vão ser as rotundas, etc. E, portanto, tomamos boa nota dessa sugestão. Em relação ao Fernando Matias, agradeço-lhe do fundo do coração as suas palavras, de um profissional de saúde que sabe a mais valia de nós termos no nosso território mais respostas para os cuidados de saúde à nossa população. Isso é muitíssimo importante, porque também tenho visto algumas pessoas que estão a confundir aquilo que está a acontecer. O que está a acontecer é que nós temos um segundo piso do nosso hospital, que estava desativado, não tinha nada, e nós, com o nosso apoio, com o apoio do Município de Pombal, com o apoio dos Pombalenses, criámos condições para que – do ponto de vista dos equipamentos, o Centro Hospitalar de Leiria, com o grosso do investimento – para que este piso que estava inativo – ou seja, não havia nada – possa ter uma finalidade que beneficie a nossa população, a nossa população do concelho e da região, naturalmente, com esta unidade de internamento dos cuidados de convalescença, que é uma resposta que não existe agora aqui no nosso território. Portanto, esta resposta, não tenhamos dúvidas nenhuma, vai ser uma enorme mais valia. Ouvi algumas opiniões a dizer que isso ia pôr em causa o Hospital de Pombal, agora é só um hospital... Não, isso são outras questões, que, naturalmente, podem ser paralelas, mas no caso em concreto, um piso que estava desativado vai passar a ter uma unidade de internamento de cuidados de convalescença de referência na região. Isso é muito positivo. E nós, Município de Pombal, todos os Pombalenses, contribuímos também para que essa realidade seja concretizada. Outra coisa distinta é a nossa luta permanente – e essa luta, eu continuarei a fazê-la – para a valorização do nosso Hospital Distrital de Pombal, do nosso serviço de urgências e das nossas consultas de especialidade, no âmbito do Centro Hospitalar de Leiria. Isso, sim, isso é outra luta, que é paralela, naturalmente, mas que nós continuaremos sempre nela, porque nós também continuamos a lutar para que haja mais e melhores cuidados de saúde de proximidade à nossa população, e o nosso hospital tem essas condições físicas, também tem humanas, e eu continuo, enquanto for Presidente da Câmara, a reivindicar junto do conselho de administração do Centro Hospitalar de Leiria que o nosso Hospital Distrital de Pombal continue a ser uma referência, e que seja cada vez mais eficiente e com mais qualidade na prestação dos cuidados de saúde à nossa população.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E por isso, agradeço esse seu alerta e essas suas preocupações genuínas de quem sabe também as dificuldades por que passam os profissionais no dia a dia.*

*Em relação ao João Santos, queria também destacar o facto de que quando as obras não existem, dizem que não há obras, e quando há obras, também não se valoriza o facto de existirem obras. Eu acho que nós devíamos ficar contentes, porque se a requalificação da Rua da Indústria é uma realidade, e se a obra está a avançar, são € 400.000,00 do nosso Orçamento que estamos a aplicar na melhoria da zona industrial da Formiga, que era reclamada há anos. E, portanto, ainda bem que a obra está a avançar e, Senhor Deputado, está a avançar de acordo também com tudo aquilo que era a intervenção que estava prevista, também de infraestruturas subterrâneas, etc. E, portanto, é uma obra altamente necessária. E o nosso objetivo é pegarmos no projeto para toda a zona industrial da Formiga, que é um projeto de muitos milhões de euros, mas seccionar e perceber o que é que se pode ir fazendo aos poucos, porque, como sabem, temos outras zonas industriais, temos outros investimentos para fazer no concelho, e portanto, temos que ir avaliando aquilo que é a progressão ao longo do tempo.*

*Assim como a interface rodoviária, que essa intervenção já está no terreno, já foram demolidas aquelas que eram as antigas oficinas da CERCIPOM, e portanto, vai ficar um espaço altamente requalificado, e vamos ganhar mais uma zona digna em Pombal, assim como a zona da Várzea está na fase final da sua intervenção – esperemos que no final de abril ou maio ela esteja pronta – como o Centro Escolar da Pelariga, como o Parque da Ilha, que está a avançar.*

*E, portanto, há um conjunto de investimentos que estamos a fazer no terreno, e obras que estamos a fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas, que é o nosso foco.*

*Em relação ao CLAIM, também estranhei não se falar do CLAIM, porque já se falou no CLAIM noutras situações, nesta Assembleia Municipal, e o CLAIM, que é o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, é dito pelas pessoas que acompanham este tipo de projetos que é uma referência. E só no mês de fevereiro, disse-me aqui a Senhora Vereadora que já teve vinte e oito atendimentos. Isso significa que está a ser útil às pessoas que precisam deste tipo de respostas, o que é uma profunda mais valia.*

*Em relação ao Presidente da Junta, Gonçalo, também já salientei a mais valia dessa valorização da tradição e do talento.*

*Em relação à Maria José, agradecer também o trabalho e o empenho dos autarcas de Vila Cã, e de todas as pessoas que nos acompanharam, os dirigentes associativos, os empresários, e perceber que há ali muita ambição de fazerem projetos diferenciadores. O Parque Verde dos Carvalhos vai ser um dos parques verdes mais bonitos do nosso concelho, não tenho dúvidas nenhuma, e estamos empenhados em ajudar, e estamos comprometidos com a futura requalificação da sede da freguesia, e com uma obra, que é uma obra muito ambiciosa, complexa, que vai ser o futuro Parque Empresarial de Sicó, entre Abiul e Vila Cã, beneficiando também do estatuto de baixa densidade de Abiul, e que vai ajudar a contrariar uma tendência de diminuição da demografia, que nós queremos que aumente. E não tenho dúvidas de que estes projetos, a médio e longo prazo, vão fazer a diferença.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Finalizado o PAOD, tenho aqui uma inscrição, do munícipe Telmo Lopes, para usar da palavra. Pedia que viesse aqui à frente, e que usasse da palavra. Tem até cinco minutos, e seguidamente poderá haver também uso da palavra pelo Senhor Presidente, e também dos outros membros, se forem interpelados para o efeito.*

*Por favor.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Telmo Lopes (Munícipe):**

*“Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimentar o Executivo, os deputados e o público lá em casa.*

*A minha intervenção vai ser muito rápida, relativamente às obras que estão a decorrer, de requalificação da Várzea, e mais concretamente no Largo Salgueiro Maia.*

*Pude aperceber-me esta semana – e depois já fui confirmar ao projeto – de uma questão, relativamente à execução, que me parece pertinente aqui colocar, se ainda formos a tempo de fazer alguma retificação.*

*Como todos sabemos, existe o Hotel Pombalense junto ao largo, e não me parece existir nenhum espaço destinado para os autocarros de passageiros que vão para o hotel poderem parar, largar e tomar passageiros.*

*Além disso, o espaço mais à frente, que é suposto ser uma placa circular para as viaturas circularem, não me parece estar dimensionado para que autocarros de passageiros, ou mesmo MiniBus, possam girar junto a essa placa circulatória, não me parece haver espaço para isso, sinceramente. E parece-me uma gafe, não sei se já alguém se tinha apercebido, ou não.*

*Era isso. Obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigado pelo uso da palavra e por esta intervenção. Então, pergunto se alguém da Câmara Municipal pretende usar da palavra, uma vez que foi pedido um esclarecimento. Por favor.”*

### **Pedro Navega (Vereador):**

*“Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos.*

*Relativamente a esta situação, obviamente que é uma situação que foi acautelada em termos de projeto.*

*Relativamente ao hotel, dizer que irá haver na frente do hotel uma zona de estacionamento proibido, mas que possibilite a paragem, quer para cargas e descargas, quer para check-in do hotel, para veículos ligeiros, e que está acautelado o raio de curvatura em direção à estação, e depois, seguindo para o estabelecimento comercial que existe mais à frente, que o autocarro possa fazer essa curva.*

*Imediatamente a seguir à curva irá existir uma zona para paragem, quer para a estação, que poderá servir também para saída de passageiros para o hotel de um autocarro que seja necessário ali circular, e que possa servir o hotel.*

*Ou seja, irá haver um espaço chamado de “kiss & ride” para a estação, mas que poderá servir também o hotel, caso seja necessário. Sabemos que o uso de um autocarro por parte do hotel, para alguns passageiros para o uso do hotel, será uma situação pontual, que não acontece todos os dias, e essa situação está prevista mais à frente – são vinte ou trinta metros mais à frente.*

*Por isso, penso que a situação esteja acautelada, sendo que poderá sempre haver, quer para trasfega, se for necessário, relativamente à CP, em alguma situação pontual que seja necessária, poderá sempre ser utilizado o outro lado, na zona da interface rodoviária, para que mais autocarros possam ali receber passageiros.*

*Obrigado.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### Ponto 2 - Período da ordem do dia:

#### *Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.*

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

**Luís Couto dos Santos (OI):**

*“Obrigada Senhor Presidente.*

*Relativamente à questão da informação do Presidente, há uma questão que nós tínhamos levantado na última Assembleia Municipal, relativamente à questão da suspensão da autorização dos semáforos e a página 77 refere o levantamento de dados e a entrega de um estudo sobre efeitos de sinais luminosos da Cidade de Pombal. Queríamos perceber mais informações relativamente a este estudo, que alterações estão previstas ou se o estudo ainda não está efetivamente realizado.*

*O segundo assunto relativamente à informação do Presidente prende-se, muitas das vezes, com a informação que ainda não está. Trago novamente a questão do alargamento da Zona Industrial à zona norte. Nós temos conhecimento, e o Senhor Vereador teve a hombridade de partilhar connosco, que havia alguns problemas com alguns proprietários, nomeadamente com a questão que um dos proprietários estava em parte incerta e, portanto, impossibilitava, de certa forma, o processo de avanço. A minha pergunta é muito direta: já foram feitas diligências, ou não, relativamente a isto? Já reuniram com a família? Já conseguiram encontrar esta pessoa que está em parte incerta, ou ter alguma ação em termos jurídicos relativamente a esta situação para desbloquear a zona norte da Zona Industrial da Guia?*

*Obrigado”*

**João Coelho (PS):**

*“Obrigada Senhor Presidente.*

*Três conjuntos de dúvidas. O primeiro tem a ver com as informações constantes nas páginas 12 e 13, uma notícia que se refere à reunião tida entre a Câmara Municipal e o Ministério das Infraestruturas, versando o tema do IC2 e, associando-nos ao sentimento expresso pelo Presidente da Junta de Vermoil, também nós nos congratulamos com as obras previstas para a requalificação do IC2, apenas temos que lamentar que não haja um conhecimento cabal por parte da população sobre qual é o projeto de requalificação do IC2 e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara porque é que ele não foi ainda divulgado, integralmente, a toda a população, aos membros desta Câmara, aos membros desta Assembleia Municipal e, acima de tudo, porque não foram envolvidos durante a elaboração do projeto os proprietários confinantes ao IC2 e que se previa que seriam prejudicados direta ou indiretamente por alguma intervenção pontual nalgum ponto mais específico, lamentando que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara aqui veio pedir, que era que não houvesse alarme público sobre as obras do IC2 tenha sido precisamente o Senhor Presidente a levantá-lo com declarações infelizes aos órgãos de comunicação social pombalense, nomeadamente, anunciando expropriações.*

*Eu ouvi as explicações que o Senhor Presidente deu em sede de reunião de Câmara e falou de expropriações, iniciar o processo de expropriações e não a formalidade que o Senhor Presidente da Câmara depois...*

*O alarme público foi lançado pelo Senhor Presidente da Câmara, portanto não há necessidade de pedir aos outros aquilo que ele não consegue cumprir.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Em relação à página 84 e à referência à indústria extrativa e às considerações que foram feitas pelo do Senhor Presidente da Câmara no ponto anterior, nomeadamente aos pareceres que são feitos pelos técnicos. Aquilo que o Partido Socialista aqui mencionou foi a possibilidade de juntar nos pareceres dos técnicos uma apreciação política do impacto daquilo que é licenciado ou daquilo que se prevê que venha a ser licenciado.*

*Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se ele reconhece como sendo possível, em qualquer um desses pareceres, não só me parece possível mas exigível, mas se ele reconhece como sendo possível que os pareceres que são emitidos e aprovados pela Câmara Municipal, baseadas em leituras técnicas, se podem ser construídos, complementados com um parecer político e com uma apreciação por parte da Câmara Municipal de qual é a sua expectativa do impacto concreto do licenciamento de determinadas explorações em determinadas condições e já referimos aqui várias vezes, a Bancada do Partido Socialista e, felizmente, a Bancada do Partido Social Democrata também já se associa, os impactos negativos que estas explorações têm tido ao longo dos anos são já uma marca da governação do Partido Social Democrata, ao longo de 30 anos, no Concelho de Pombal. Aguardo resposta.*

*Em relação à página 93, os processos judiciais em que a Câmara Municipal é réu.*

*Nós fomos hoje interpelados por uma comunicação da PMUGest em relação a um processo que envolve um funcionário da entidade, que depende da intervenção da Câmara Municipal, faço boa nota da intervenção que o Senhor Presidente da Câmara teve no início do mandato em relação a um processo que se arrastava e que envolvia uma disputa de terrenos na zona de Vila Cã e o Senhor Presidente da Câmara, em boa hora, teve uma intervenção que levou a um acordo em sede judicial e impediu que o processo avançasse com prejuízo para os envolvidos.*

*Pergunto se o Senhor Presidente de Câmara, perante o que aqui tem escrito, se revê no procedimento da PMU, em algo que, não sendo da sua responsabilidade direta, será da sua responsabilidade indireta e, portanto, se se revê naquilo que está escrito, nesta ação que a PMU tomou e qual será a posição que tomará, atendendo a exemplos anteriores, quando o processo chegar a tribunal, por iniciativa da pessoa visada.*

*Já agora, atendendo à lista de processos judiciais que aqui estão mencionados, era só, se pudesse, um esclarecimento sucinto, ainda que seja um exercício difícil, de qual é o posicionamento da Câmara em relação a alguns destes processos judiciais, não falo das ações administrativas, mas daquelas que envolvem trabalhadores desta Casa, através dos seus sindicatos, agradecemos que o Senhor Presidente da Câmara desse alguma informação sobre o desenvolvimento destes processos.*

*Muito obrigado.”*

**Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):**

*“Obrigada Senhor Presidente, na sua pessoa quero cumprimentar todos os presentes.*

*A minha intervenção prende-se com uma informação remetida pelo Senhor Presidente, na página 13, tem a ver com a visita do Senhor Presidente da República à Freguesia de Abiul, no passado dia 25 de dezembro, onde este se quis inteirar dos prejuízos decorrentes dos incêndios florestais que deflagraram naquela Freguesia, no passado mês de julho, e queria questionar o Senhor Presidente da Câmara se já tem alguma novidade relativamente à vinda do Senhor Presidente da República ao nosso território, se entretanto o nosso Concelho já tem alguma novidade naquilo que concerne aos dados, dado que recentemente saiu uma portaria onde estão algumas medidas de apoio, nomeadamente, para agricultores e famílias em situação de carência económica, onde mais uma vez, o nosso Concelho, nomeadamente a Freguesia de Abiul, foi excluído.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Também gostaria de saber se o Município, caso não tenhamos nenhum apoio por parte do nosso Governo, se está a pensar em ter algum pacote de medidas para ajudar as famílias mais carenciadas.*

*Já agora, queria também reforçar aquilo que já foi dito aqui pela minha colega de Vila Cã, Maria José, relativamente à Zona Industrial. Gostaria de solicitar o empenho do executivo municipal para a concretização deste projeto que será muito importante para o nosso território, nomeadamente para a fixação de pessoas e para o desenvolvimento económico e criação de riqueza. Peço o vosso apoio e o vosso empenho para que, a curto prazo, consigamos concretizar este projeto de enorme relevância para estas duas Freguesias.*

*Muito obrigada.”*

### **Carla Pereira (PS):**

*“Boa noite Senhor Presidente, boa noite a todos os membros desta Assembleia e aos pombalenses.*

*Eu tenho aqui três questõezinhas a fazer, relativamente rápidas.*

*Uma já passou por esta sala e tem a ver com a questão da mobilidade. Na página 77, o ponto 8.2.1., da Secção de Mobilidade e Trânsito, gostaríamos de saber qual foi a conclusão do estudo da viabilidade de trânsito que o Senhor Presidente mandou fazer, também gostaríamos de saber quem fez o estudo, se foi o departamento de trânsito da Câmara e qual foi essa conclusão.*

*Nós e os pombalenses, tendo em conta que algumas pessoas têm questionado, alguns membros até desta Bancada, sobre quando vai ser a reposição dos semáforos, o que vão fazer e também preocupadas com a falta de iluminação nas passadeiras.*

*Esta questão também surgiu porque tentamos perceber e ouvir as pessoas pombalenses e percebemos que as pessoas se questionam sobre o que vai acontecer ali na zona, se vão voltar a ter semáforos, ou não. Tendo em conta que já concluíram o estudo, nós também queríamos saber qual foi a conclusão desse estudo.*

*Depois, na página 80, o ponto 8.4, que tem a ver com as obras da Interface, queríamos saber qual o planeamento das obras, tendo em conta que estas obras foram fechar as duas entradas para a estação, linha norte e sul, e é uma entropia para as pessoas que apanham o comboio aqui, em Pombal, pombalenses e não só, pessoas de outros Concelhos circunvizinhos e também as pessoas com mobilidade reduzida para chegar e também viaturas de emergência médica, tendo em conta que a obra foi planeada e está a ser efetivada nas duas entradas para a estação. A última questão que eu tinha é nas páginas 85 e 86, tem a ver com a Secção de Urbanismo, o Senhor Presidente fala muito em Parques Verdes, zonas verdes, portanto está a analisar o acompanhamento de projetos, de monitorização, acompanhamento, ampliação e execução de parques verdes, só que percebemos é que, claro que somos pelo ambiente e somos pelos parques verdes, mas tem constantemente ignorado o único jardim que tem em Pombal, que é o Jardim do Vale.*

*Nós gostávamos de saber quando é que a obra de requalificação do Jardim do Vale, que é intransitável no inverno e tem falta de manutenção, nomeadamente no parque infantil e no campo de futebol. Isto também é uma questão sobre a qual já fomos interpelados por alguns pombalenses que nos perguntaram se sabíamos quando é que a Câmara requalificava aquela zona, porque agora é completamente impossível passar naquele jardim, tendo em conta que é o único jardim que existe dentro da Cidade de Pombal.*

*São estas as questões.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **João Pimpão (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):**

*“A minha intervenção vem no âmbito da maneira organizada como foram feitos e organizados os campeonatos distritais de atletismo em pista coberta.*

*Estes são eventos que se vêm realizando, em Pombal, ao longo do tempo, mas penso que está a chegar a altura de assumirmos uma responsabilidade maior, quer regional, quer nacional neste tipo de eventos.*

*Nós temos de decidir o que queremos, se queremos uma pista de atletismo colocada entre quatro paredes, chamamos-lhe Expocentro e fazemos lá feiras porque é um pavilhão multiusos, ou se queremos ter em Pombal uma Expocentro realmente diferente e capacitada.*

*Senhor Presidente estive lá consigo, estive lá com os Senhores Vereadores e custou-me ver que a evolução que houve naquele tipo de evento, na organização e na própria gestão do espaço, continua a mesma nestes anos todos.*

*Pombal tem de assumir regional e nacionalmente a vontade de ter um espaço adequado para a promoção deste tipo de evento. Não me parece que estejamos no tempo de construir uma nave toda nova a pensar num investimento desportivo, ou não, ou em vários eventos desportivos, que custará seguramente 15 ou 16 milhões de euros, como outros Municípios aqui à beira estão a fazer, acho que seria mais inteligente olhar para a Expocentro, olhar para o projeto de requalificação da Expocentro que já está feito, preparar bancadas laterais, uma parte delas amovíveis; construir, no topo norte, um espaço com balneários adequados; um primeiro piso com locais adequados para estúdios de televisão, para estúdios técnicos para os técnicos da Federação Portuguesa de Atletismo, ou outras federações que venham a usar o espaço, para que tenham a capacidade logística e informática, que é um investimento que será seguramente muito mais barato do que construir uma nave nova de raiz, é um investimento que está pensado, nomeadamente no que concerne à remoção daquelas laterais; colocar uma estrutura em alvenaria que permita um corredor a toda a volta da Expocentro, a sair de cima e um conjunto de bancadas; da parte do piso 0 para baixo serem bancadas amovíveis, de puxar, como por exemplo Biscarrosse tem no salão multiusos, era uma maneira de posicionar verdadeiramente Pombal como um palco destes eventos desportivos, sendo muito mais barato do que fazer uma nave.*

*O Estado e o País tem de assumir esse desiderato, o atletismo é uma modalidade que tem trazido muitos títulos a Portugal e se queremos ter atletismo de alto rendimento, temos de dar condições para o alto rendimento, temos de dar condições para as pessoas que vêm usufruir deste espaço, temos de dar condições para os atletas, temos de dar condições para esta logística ser verdadeiramente profissional, porque ela já o é e custa-me ver que o investimento anual que estamos a fazer com recursos humanos, a montar bancadas, quando, se calhar, se olharmos para os últimos 15 anos, o custo total de montarmos aquela infraestrutura já dava para amortizar uma parte importante da obra de requalificação.*

*Está na altura de Pombal e as entidades que gerem o desporto no país assumirem claramente que mais importante do que fazer uma obra de raiz é dar condições às que existem.”*

### **Nuno Oliveira (PS):**

*“Boa tarde mais uma vez.*

*Senhor Presidente, caros colegas,*

*Nas informações do Senhor Presidente podemos encontrar várias apresentações como o Observatório de Desenvolvimento Sustentável ou o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, mas há outras apresentações que, sucessivamente, vão sendo caladas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Eu trago aqui comigo 2 medalhas do Município de Pombal que adquiri recentemente na Internet, isto foi barato, foi o preço de um almoço que poderia até dar sinais do prestígio que tantas medalhas e tão profundamente distribuídas têm, mas não é esse o motivo da minha intervenção. As medalhas que aqui trago são evocativas da figura e do suposto Centro de Estudos Carlos Alberto.*

*O projeto do edifício – pode ler-se nesta segunda medalha – foi apresentado publicamente a 7 de maio de 2010, portanto há quase 13 anos. Eu recordo que a primeira pedra foi lançada em 2013, há 10 anos, pelo então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, também do PSD, já lá vão 10 anos, todo este tempo passado, o que é que nós temos?*

*Temos um prédio devoluto bem no centro da Cidade, numa das zonas mais nobres da Cidade e que representa um projeto que, independentemente de acharmos que o projeto é adequado ou não, ali tem permanecido e ilustra bem o que tem sido a governação do PSD, em Pombal, em que aparece com grande insistência para fazer a festa, para fazer medalhas e distribuir medalhas, mas, na altura de concretizar, os projetos não aparecem.*

*O segundo ponto que queria tratar na minha intervenção tem a ver com a informação do Senhor Presidente relativamente à disponibilização de um questionário para participação no Plano de Desenvolvimento Pombal 2030, a recolha de contributos que apregoa parece-nos uma falácia e não sabemos muito bem como interpretar porque, das duas uma, ou mais uma vez o questionário não serve para nada e é uma tentativa dialogante ou, efetivamente, o Senhor Presidente e este Executivo estão à procura de ideias, quer da população, quer da empresa subcontratada para elaborar o referido plano, e sendo este o caso, é falso o que foi dizendo aos pombalenses sobre ter uma ideia de estratégia de desenvolvimento para Pombal, para esta década.*

*A pergunta que lhe faço é muito clara: Tem, ou não tem, uma estratégia de desenvolvimento para Pombal? Porque se a tem, Senhor Presidente, terá de anunciar e subcontratar menos e concretizar mais essa ideia.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente,*

*Ponto de ordem à Mesa, eu sugeria que, de ora em diante, neste ponto da informação ao Presidente, os membros da Assembleia tivessem que invocar a página onde vem a informação sobre a qual querem pedir esclarecimentos, porque, salvo melhor opinião, a intervenção do Senhor Deputado Nuno Gabriel que versou sobre o Centro de Estudos Mota Pinto não vem, em momento algum, reportada na informação do Presidente, pelo que foi mais um abuso da parte do PS e de violação daquilo que é o Regimento da Assembleia municipal.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Pedia que, futuramente, se referissem à informação do Presidente, uma vez que estamos a discutir essa informação.”*

### **Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):**

*“Boa noite a todos.*

*Cumprimento, na pessoa do Senhor Presidente Mota Pinto, toda a Assembleia e todos os pombalenses que nos acompanham online.*

*Queria só dar nota aqui, da informação do Presidente, do início das obras da reabilitação da Rua da Indústria, realmente era uma obra há muito ansiada e que vai evitar algumas plantações de couves, embora elas fossem precisas, com a problemática do aumento dos custos da alimentação. É uma obra que vai ser muito importante para todos os industriais e comerciantes daquela Rua, mas espero que essa obra não se fique por aí.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Temos logo na área adjacente, na Rua António Champalimaud, na área que ainda não é loteada, em que existe um grande descontentamento por toda a comunidade de industriais e de comerciantes que ali estão, porque aquela Rua António Champalimaud, que tem uma entrada e uma saída na Rua Principal nem sequer iluminação pública tem, o que causa alguma insegurança a todos aqueles usuários.*

*Dar nota positiva à forte intervenção que tem sido feita a terminar o saneamento nos Barros da Paz, nomeadamente na parte da Freguesia de Pombal, na Rua das Sesmarias, com uma infraestrutura há muito ansiada e que permitiu o asfaltamento desta rua que estava num estado ainda pior que a Rua da Indústria e que vai dar uma grande mais-valia, inclusivamente para a circulação dos transportes públicos do nosso Concelho.*

*Dar também nota do asfaltamento dos Vicentes, do trabalho que tem sido feito, em parceria com a Junta de Freguesia, em que foi dando relevo ao asfaltamento da Rua do Vieira que vai fazer com que a população de toda aquela zona poupe alguns quilómetros diários para conseguir aceder a Pombal e que vai trazer uma mais-valia em termos de economia financeira para toda a zona dos Vicentes.*

*Espero que o projeto de intervenção no IC 2 traga melhorias para a zona do Travasso, temos na zona do Travasso uma IPSS, que é o Sobreirinho, e a nossa escola EBI em que temos ali mais de 100 famílias que usufruem daquele espaço, dar nota que é uma via estruturante para toda aquela comunidade, que têm muitos carros a circular e que realmente aquela Rua da Escola, e toda a zona do Travasso e Mancos necessita, em tempo muito curto, de uma intervenção, realmente todas aquelas famílias que são fustigadas não só pelo mau estado do pavimento no IC2, que o Município está a trabalhar muito proactivamente nesse sentido, mas também a Rua da Escola e todas aquelas áreas adjacentes para melhoria da população.*

*Obrigada.”*

### **Carla Leitão (PS):**

*“Muito boa noite Senhor Presidente.*

*Cumprimento todos os presentes e as pessoas que estão a assistir a esta Assembleia.*

*Nas informações do Senhor Presidente, na página 30, nos projetos educativos e de apoio à família, há referência ao Projeto 3ESC-E8G, que, pelo que sabemos, visa um centro de inclusão digital, do qual a Câmara é o gestor. O mesmo é implementado em parceria com a ADILPOM. Gostaríamos que nos esclarecesse acerca do contributo para a planificação e implementação de atividades, no apoio à realização de atividades, mais especificamente, no apoio à realização de trabalhos de casa e de apoio ao estudo. Sendo um centro de inclusão digital, gostaríamos de perceber de que forma e o porquê de estar aqui este apoio à realização dos trabalhos de casa e do apoio ao estudo e como é integrada aqui neste projeto.*

*Dentro do item do desporto, e não constando do mesmo a alteração ao Regulamento de Apoio à Prática Desportiva, aprovado na reunião de Câmara do dia 2 de fevereiro, foi publicitada para análise pública no dia 6 de fevereiro, penso que o prazo para análise pública já terminou e gostaríamos de saber se houve participação pública, se houve alteração e quando preveem que venha à Assembleia Municipal.”*

### **Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):**

*“Obrigada Presidente.*

*Vou tentar ser sucinto. Começo pela saúde, na página 36 é referida uma reunião com o UCSP Vale do Arunca e o Município. Alerto uma vez mais para este assunto, uma vez que, para variar, a Freguesia de Almagreira voltou a ficar sem médica, pelo que sabemos, não oficialmente, mas veio para uma USF da Cidade de Pombal, é um assunto crónico e grave que, uma vez mais,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*publicamente aqui o digo, peço a participação e o apoio do Município para resolver esta situação. Sei que passará pela construção do tal edifício que já foi falado, já foi visto o terreno, do polo de Saúde de Almagreira, Pelariga e Redinha, é este o ponto de situação que peço aqui publicamente ao Município.*

*Na parte da educação, enaltecer o trabalho do Município na gestão da creche da Assanha da Paz, e também tenho de o dizer, o próprio diretor da Segurança Social de Leiria, o João Paulo Pedrosa, tem tido um papel preponderante de acolhimento deste projeto, só para terem ideia, desde que lançámos a ideia no próprio CLAS - e aqui permitam-me um registo de tristeza público porque houve uma abstenção na aprovação deste projeto da APEPI - não imaginam, e tenho dado conhecimento à Senhora Vereadora, do número de inscrições, de fora do Concelho de Pombal, para este equipamento. Quem tinha dúvidas se este tipo de equipamento tinha ou não alguma viabilidade, eu posso fazer chegar o número de inscrições que temos recebido.*

*Portanto, a ação social está ao nosso lado e o Município também está, de certeza, o que eu peço aqui encarecidamente, e não podemos esperar pela aprovação do programa, ou seja, o projeto que foi feito, e aqui tenho de enaltecer o trabalho dos técnicos do Município, do Gabinete de Apoio às Freguesias, porque em tempo recorde conseguiram constituir as duas candidaturas, no caso da Guia e também de Almagreira - Assanha da Paz, e conseguiram fazer as candidaturas. Sabemos que os critérios - e já foi admitido pelo Diretor da Segurança Social -, não eram os melhores e não são os melhores para este tipo de intervenção. Só para terem uma noção, para cumprir todos aqueles critérios da candidatura, temos investimentos na ordem dos €600.000,00 quando, na nossa opinião, conseguimos fazer a obra por muito menos dinheiro e conseguir, que é o nosso objetivo e acho que ninguém vai perceber se não o conseguirmos fazer, ter a creche a funcionar em setembro. Não vamos conseguir depois justificar a ninguém que não o vamos conseguir fazer e o apelo que faço ao Município é que esse trabalho seja feito o quanto antes.*

*Depois, na página 17, o ambiente e a parte do saneamento, quero também enaltecer, na pessoa do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Pedro Navega, todo o trabalho que tem sido feito para terminar esta obra. A nossa Freguesia tem duas frentes, tem duas empresas que também têm feito tudo e mais alguma coisa para resolver problemas que vinham de projeto ou a falta de projeto. Tenho de dar um alerta também: temos situações por resolver, elas são públicas, o Município também as sabe, de ruas que não foram contempladas pela rede de saneamento, temos de arranjar uma solução, há um compromisso com os moradores, ou seja, não vamos ter moradores de 1.ª e moradores de 2.ª, vamos ter pombalenses de primeira e só dou o nome de 4 ruas: Rua dos Netos, no Reguengo; Rua Principal nos Penedos; Rua das Cavadas, na Assanha da Paz; e Rua das Flores, nos Reis de Cima. São ruas que já têm um histórico e que têm moradores que, na minha opinião, e acho que na opinião de todos, merecem também ter uma solução de saneamento básico, e, como dizia aqui alguém, nós não queremos só medalhas nem queremos só bandeiras, queremos obras e estamos cá para ajudar a resolver estes problemas, como todos sabem.*

*Depois, a pergunta é o ponto de situação do tal projeto para os lugares de Chãs, Portela, Carrascos, Vale Nabal, Pingarelhos, Barbas Novas e Espinheiro, ou seja, o que nos preocupa e é essa a preocupação também dos moradores, e eu tenho de ser aqui o veio de transmissão desses moradores que, todos os dias me perguntam como está esse projeto, porque sabemos que, não havendo projeto, obra não haverá de certeza, por isso contem connosco, contem com a Junta para ajudar a resolver também esta situação.*

*Por último, ecopontos. É um pedido que eu tenho feito, há vários anos, porque entendo que todos os lugares devem merecer um ecoponto. Nós trabalhamos e muito, as escolas trabalham muito*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*nas Eco-Escolas, nós, as Freguesias e o Município, temos de o concretizar, e não é o custo daquele equipamento, que são contentores de plástico, que vai fazer com que as nossas aldeias não tenham ecoponto. Eu tenho casos, e posso mostrar uma fotografia de hoje, em que tenho um ecoponto verde, e vocês conhecem, é em Lagares, um antigo estabelecimento comercial, uma marisqueira que só tem o ecoponto do vidro, e as pessoas fazem questão de colocar lá ao lado o cartão e outro tipo de resíduos porque não têm outro contentor. O pedido que faço, uma vez mais, é que esta situação dos ecopontos seja resolvida, eu sei que a Valorlis tem um papel preponderante, mas o Município, como parceiro financiador da Valorlis, tem de ter uma posição de força e dizer “não”, queremos ter ecopontos em todos os lugares” porque, aí está, não podemos ter lugares com ecopontos e lugares com meio ecoponto e outros sem ecoponto. Obrigado.”*

### **Pedro Navega (Vereador da Câmara Municipal):**

*“Muito boa noite a todos, novamente.*

*Só para dar aqui uns esclarecimentos, relativamente à Zona do Interface e da Várzea, dizer que tanto uma intervenção como a outra, junto à estação, estão devidamente validadas pelos Bombeiros, pelas várias entidades, que o acesso é garantido, quer por um lado, quer pelo outro, seja através de mobilidade condicionado ou não, a norte, do lado da Várzea, digamos assim, próximo do hotel, foi construída uma rampa precisamente para o acesso com mobilidade condicionada à estação e do lado poente, pela rodoviária, o acesso é feito por rampa e depois tem o acesso à estação novamente. Relativamente ao prazo, a previsão é que a obra da Várzea esteja concluída nos finais de abril, princípio de maio. Relativamente à zona da interface, a previsão é que esteja concluída no final do primeiro semestre deste ano. São intervenções que causam algum transtorno. A situação do acesso à rodoviária também está acautelada para o peão, e basicamente era esta a informação que queria prestar, ou seja, todos os acessos estão salvaguardados e devidamente validados pelas entidades e por quem o utiliza, inclusivamente a Infraestruturas de Portugal tem acompanhado as várias intervenções.*

*Só dizer à Presidente da Junta de Pombal que, relativamente ao Travasso, obviamente que a situação foi devidamente acautelada, tem lá previsto alguma intervenção no IC2 que, no nosso entender, irá permitir uma melhoria no tráfego naquela zona e em segurança.”*

### **Presidente da Câmara Municipal de Pombal:**

*“Muito obrigado, Senhor Presidente.*

*Telegraficamente, dar então pequenos esclarecimentos sobre as questões que foram dirigidas à Câmara.*

*Relativamente à questão da suspensão da utilização dos semáforos de que o Senhor Deputado Luís Couto falou e também a Senhora Deputada Carla Marisa, a Senhora Vereadora vai fazer questão de vos enviar o estudo que foi feito internamente pelo nosso serviço de trânsito e, naturalmente, daremos conhecimento desse estudo também aos Senhores Vereadores, relativamente àquilo que foi a análise feita do fluxo de trânsito e das medidas que podem ser implementadas, numa eventual suspensão dos semáforos.*

*Para garantir a segurança rodoviária, desligando os semáforos, é necessária uma intervenção na passadeira, sobrelevando-a ou arranjando formas de diminuir a velocidade dos automóveis que circulam junto à rotunda, naturalmente, isto é uma intervenção que tem de ser enquadrada com outras intervenções que estamos a prever fazer nesta zona da Cidade e o estudo é isso que indica. Se quiserem alguma vez falar com os nossos técnicos, para perceber como foi feito o estudo e perceberem as conclusões, há essa total disponibilidade, porque eles estão ao serviço da população.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Relativamente ao alargamento da Zona Industrial da Guia para norte, o nosso serviço de património tem trabalhado intensamente na procura de soluções para as questões que estão ainda controvertidas, nomeadamente, na identificação dos próprios herdeiros deste terreno e de outras situações, em parceria com a Unidade Jurídica – e está-me aqui a confiar a Senhora Vereadora que acompanha esta matéria que poderemos ter uma solução jurídica a curto prazo - para resolver a situação que queremos ver resolvida porque está a condicionar algo que é importantíssimo, que é termos uma nova área de expansão da Zona Industrial com cerca de 21 lotes que vamos ter disponíveis, é naturalmente um investimento grande por parte do Município, mas é um investimento que nós queremos ver concretizado e, depois de ver esta solução resolvida, passamos à fase de execução.*

*Em relação ao Senhor Deputado João Coelho, não percebo qual foi a questão suscitada no âmbito da reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, mas posso-lhe dizer, - eu creio que depois na reunião de Câmara fiz isso – a reunião ainda era com o ex-Ministro, Pedro Nuno Santos, aliás, depois passado uns dias ele demitiu-se do Governo, portanto o compromisso que ele assumiu connosco pode não estar válido, mas, naturalmente, eu acho que estará, prendia-se com a urgência desta intervenção no IC2, com essa importância desta obra e que, no âmbito do PRR, que se mantivesse financiamento no PRR ou noutra instrumento financeiro qualquer, mas que se mantivesse essa dotação financeira para fazer esta obra com o aumento do valor que a obra está a suscitar porque uma obra, ou um projeto que vem desde 2018, naturalmente que, em 2023 os valores são muito mais elevados e era garantir que essa obra se realizasse. Esse é um dos meus principais objetivos, nessa minha ambição, nessa estratégia que nós temos coletiva e que vocês estão alinhados connosco, que esta obra se concretize em 2023, ou pelo menos, que se comece a concretizar.*

*Eu fui junto do Senhor Ministro alertar para a importância que essa obra se realizasse. Paralelamente, falamos também da necessidade de haver a ligação do IC2 à autoestrada, é algo que é ambicionado há muitos anos pela região, pelos nossos empresários, pela nossa população e fomos perguntar ao Senhor Ministro qual é que era a viabilidade do Governo assumir como prioritário, no âmbito do investimento que está a ser feito em mobilidade, a nível nacional, de se fazer a integração desta obra, e o compromisso do Senhor Ministro – que agora vale o que vale – numa reunião que correu muitíssimo bem, não houve o compromisso que a obra ia ser feita, mas houve o compromisso de, no âmbito da renegociação que o Estado ia fazer com a Brisa, e num conjunto de intervenções que a Brisa é obrigada a fazer no âmbito da concessão, que retirassem umas intervenções previstas e colocassem esta dentro das que o Estado vai negociar com a Brisa.*

*E foi esse o compromisso que o Ministro assumiu connosco, que dentro dessas negociações com a concessionária iria colocar esta intervenção no âmbito das prioridades, que existem várias a nível nacional, e sem haver o compromisso que a obra ia ser feita, a curto prazo, mas pelo menos que iria providenciar para que, na renegociação, pudesse ser integrada esta intervenção, o que para nós, já nos deixa satisfeitos, significa que há uma luz ao fundo do túnel e, naturalmente, voltaremos à carga, eu e o Senhor Presidente da Câmara de Leiria e os autarcas de Freguesia de ambos os Concelhos, os empresários e a sociedade civil que também está mobilizada para este efeito, que pode ser uma mais-valia.*

*Em relação ao alarme público, eu disse alimentar polémicas e é diferente do alarme público. Creio que as palavras dizem o que querem dizer e aquilo que eu disse, na reunião de Câmara e aquilo que disse em entrevista ao Pombal Jornal é que o projeto, neste momento, está na fase de expropriações, é isso que lá está e neste momento a especialidade – ainda bem que fez essa*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*pergunta que me permite, mais uma vez, esclarecer – neste momento, na última fase do projetos de especialidades chama-se projeto de expropriação, mas esse projeto de expropriações é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, não é nossa, portanto quem está a contactar os proprietários, quem tem essa obrigação, é a Infraestruturas de Portugal.*

*Naturalmente que nós ajudamos, nós ajudamos com os Presidentes de Junta a identificar as pessoas, a arranjar os contactos porque estamos interessados em que a obra se execute, mas é a Infraestruturas de Portugal que está no projeto de expropriações, que começa com a identificação dos proprietários, dos terrenos, e com uma negociação, não se começa pela parte final. O processo de fase de expropriações não começa pela expropriação, começa pela negociação e depois sim, numa fase final, se não houver negociação, se não houver entendimento, - isto é uma questão jurídica que vocês também conhecem -, aí sim, vai para a expropriação. E eu espero que nenhuma delas chegue à fase final, que se resolva tudo e estamos empenhados em ajudar estas situações todas, não há alarme público nenhum, é uma fase da especialidade.*

*Agora, diferente, é pegarmos em proprietários que ficam alarmados com esta situação e nós galopamos a polémica pública, que não ajuda em nada a resolver o problemas das pessoas, ajuda a que exista mais barulho sobre esta temática, ajuda a resolver os problemas das pessoas nós percebermos qual é o problema – e nem estou a colocar isto em termos partidários, porque há pessoas dos diversos partidos interessadas e genuinamente preocupadas em arranjar soluções - o que ajuda a resolver o problema das pessoas é arranjar soluções não é levarmos os problemas para as redes sociais e a Infraestruturas de Portugal tem uma tutela, o Ministério das Infraestruturas, a nível nacional, para percebermos a escala de competências e de responsabilidades e nós continuamos a estar empenhados em fazer parte da solução e não do problema.*

*Em relação aos pareceres dos técnicos das explorações de inertes, já falámos sobre isso, é logico que se temos um parecer técnico que vai determinar num sentido, nós vamos ser contra o parecer dos técnicos? Nomeadamente em questões destas que são de cumprimento do sistema da Lei, parece-me que não é o mais adequado, mas podemos divergir sobre essa matéria.*

*Em relação aos processos judiciais, podemos ficar aqui horas e horas, eu a falar com o Senhor Deputado João Coelho sobre todos os processos judiciais da Câmara, não me parece plausível nem adequado, creio que foi uma pergunta mais retórica só para falar em algum processo ou ter alguma forma de poder chegar ao assunto que perguntou da PMUGest, que não vem na informação do Presidente, naturalmente porque o Conselho de Administração da PMUGest tem a sua gestão própria e as suas deliberações, que depois podemos, ou não, concordar com elas.*

*Relativamente a este tema, para além do esclarecimento que já foi aqui transmitido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal por sugestão do Conselho de Administração da PMUGest, eu queria dizer que tenho uma posição de princípio relativamente a estas matérias, quando envolvem pessoas, mesmos os assuntos dos processos judiciais que o Senhor Deputado João Coelho falou, eu nunca falei aqui sobre pessoas, nunca falei sobre os processos judiciais, porque acho que não é este o fórum para falarmos sobre essas temáticas.*

*Relativamente a esse assunto, até porque envolve pessoas, acho que devemos ter algum cuidado quando, na praça pública, alimentamos, mais uma vez, algum tipo de polémicas que não ajudam ao bom nome das pessoas em causa, e ainda por cima, são pessoas que merecem todo o meu reconhecimento pessoal, não quero alimentar polémicas, aquilo que posso salientar foi algo que veio agora inscrito no comunicado do Conselho de Administração da PMUGest onde diz que o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Conselho de Administração se encontra empenhado em enveredar por um acordo com o colaborador, em valores que se considerem razoáveis, e eu espero que assim seja.*

*Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sandra Barros, no seguimento da visita do Presidente da República a Abiul, foi muito simpático dedicar o seu dia de Natal para estar com as pessoas que sofreram na pele aquilo que foram os efeitos dos incêndios do ano passado, e foi simpático e deu visibilidade às preocupações das pessoas e dos empresários que não têm respostas e isso é muito importante porque a solidariedade também se vê nestes momentos.*

*Eu continuo a ficar altamente indignado porque continuam a sair portarias atrás de portarias, para ajudar as populações que foram vítimas dos incêndios, e Abiul e o nosso território continua a ficar para trás. A Senhora Presidente da Junta falou agora da Portaria que foi publicada no passado dia 15 de fevereiro, que tem aqui um conjunto de apoios e subsídios na área social, na área económica, para os agricultores, etc., e mais uma vez Abiul ficou de fora, eu lamento e vamos continuar a fazer o que temos feito, que é pressionar as entidades com responsabilidades no sentido de integrar o território de Abiul nesta recuperação.*

*Neste momento a única entidade que tem dado uma resposta, dentro das suas competências, é o ICNF. Nós assinamos um acordo com o ICNF para recuperação da paisagem, mas continua a faltar muito, nomeadamente o apoio à retoma da atividade económica daqueles pequenos empresários, daqueles agricultores, daquela agricultura de subsistência, que precisa desse apoio para se manter viva, e se nós queremos territórios vivos, temos que continuar a reivindicar que esses apoios, do ponto de vista económico, cheguem ao terreno.*

*Em relação aos projetos que falou, nomeadamente o parque empresarial, sabemos que é um projeto delicado, complexo, que vai ter os seus caminhos, mas estamos empenhados, já temos o espaço, o local identificado em consenso, em articulação, com as Juntas de Freguesia, o que é muito importante, e acho o vosso entendimento muitíssimo virtuoso e naturalmente que agora, com os serviços do Município, percorremos as etapas todas, sabemos que vai ser uma maratona, mas estamos empenhados na estratégia de desenvolvimento do território, atração de empresas, atratividade económica, desenvolvimento económico, estamos focados nessa estratégia e em criar condições para que as empresas se fixem em Abiul e Vila Cã e nas Freguesias todas do nosso território.*

*Em relação à Carla Marisa, já dei a resposta e o Senhor Vereador também completou no âmbito das obras da regeneração urbana que estamos a fazer.*

*Nós podemos dizer o que quisermos do Jardim do Vale, agora que não está cuidado, não é verdade. A Senhora Deputada Carla Marisa disse que o Jardim do Vale está abandonado, os nossos serviços empenham-se para que o Jardim do Vale tenha as melhores condições para cumprir a sua missão. Naturalmente que aquele jardim tem condições para ter outro papel, nós sabemos disso. Por isso, Senhora Deputada, uma boa notícia, no âmbito das candidaturas que fizemos ao PRR, uma delas é precisamente para um projeto que temos para o Jardim do Vale, para criar lá uma ponte de madeira, criar umas mesas, uma zona de parque, plantar mais árvores para embelezar o Jardim do Vale.*

*É verdade que o campo polidesportivo, aquele campo que lá está, foi um projeto antigo com a Federação Portuguesa de Futebol que merece ser requalificado e está diagnosticado. O resto do jardim está bem tratado. Quando chove, como a via é de terra, ficou enlameada, mas é um jardim. Naturalmente, podemos estudar outras hipóteses e houve um projeto antigo, cuja candidatura ficou deserta, de, em vez de terra, colocar outro piso, mas é um jardim e nós precisamos em Pombal, nos centros urbanos, de jardins com terra e com verde.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Vão ter boas notícias, vamos ter grandes jardins e vamos ter parques verdes urbanos em todas as Freguesias, vocês vão ver, isso é estratégia e vamos trabalhar para isso e com o vosso apoio, porque já disseram que davam apoio a este tipo de iniciativas e vamos ver os próximos orçamentos municipais a ser aprovados também com o vosso voto, mas estamos empenhados nisso, em trabalharmos em conjunto.*

*Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia das Meirinhas, é verdade que o facto de nós sermos o epicentro dos campeonatos nacionais de atletismo em pista coberta, e termos aqui os melhores atletas a nível nacional, aumenta a nossa responsabilidade.*

*Este ano, e nós agora temos prevista uma reunião com a Federação Portuguesa de Atletismo, que tem sido um parceiro incondicional do Município de Pombal, e estamos empenhados em melhorar as condições de realização destes eventos desportivos, que nós queremos que se mantenham em Pombal durante muitos e bons anos.*

*Estamos a analisar, com os nossos serviços, que intervenções podem ser feitas naquele pavilhão, naquele gigante pavilhão para melhorar as condições de apoio, nomeadamente destes eventos de grande dimensão. Agradeço a sua preocupação que sei que é genuína e aproveitar para dizer que este ano tivemos uma prova inédita, nunca se tinha realizado no nosso País, realizou-se em Pombal o Meeting Internacional em homenagem ao Prof. Moniz Pereira e assinamos um Protocolo, uma parceria com o Sporting Clube de Portugal para, que nos próximos 3 anos, se mantenha esta prova. No âmbito do Protocolo o Sporting Clube de Portugal assume o compromisso de promover a evolução desta prova, atraindo cada vez mais atletas internacionais para participarem. E creio que isso é muito importante, acho que nós devíamos ficar satisfeitos, quando, este tipo de iniciativas, no âmbito desportivo, independentemente dos fervores clubísticos, nos colocam com grandes marcas a nível nacional e que projetam o nosso Concelho a nível internacional e este tipo de eventos e iniciativas cumprem essa missão.*

*Naturalmente, com o trabalho desenvolvido pelos nossos clubes desportivos na nossa região, na formação de jovens atletas, criamos condições para que, nesta área do atletismo e do desporto em geral, Pombal se assuma com uma dinâmica desportiva extraordinária. Isto é estratégia, significa que nós, com eventos desportivos vamos atrair cada vez mais pessoas ao nosso território e isso é muito positivo.*

*Também é verdade que o facto de termos infraestruturas desportivas de qualidade e diferenciadoras também vai fazer com que pessoas, quando se quiserem fixar no território, se o elemento da componente desportiva for um elemento relevante para os seus projetos, de vida, pensem em Pombal para implementar os projetos de vida. isso também contribui, tal como a cultura e outras dimensões.*

*Relativamente ao Senhor Deputado Gabriel Oliveira, não vinha na informação, mas percebi a tentativa de provocação, da medalha e do edifício em homenagem ao Professor Carlos Alberto da Mota Pinto.*

*Percebi a provocação e, como ando aqui há alguns anos, percebo qual é a intenção de trazer este assunto, é tentar criar algum tipo de clivagem entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal. Percebo e respeito e até compreendo, porque, na falta de outros argumentos e outras coisas, vão-se buscar estes faits divers.*

*Mas, já agora, enquanto falamos em prédios devolutos, saiu uma notícia, a semana passada, que o Estado tem mais de 700 prédios devolutos e nós temos um prédio que está devoluto mas que já temos projeto para a sua requalificação, só que nós somos um bocado mais ambiciosos e, Senhor Deputado Gabriel Oliveira, vou-lhe dar a informação de que nós estamos, neste momento, em fase de negociação com o proprietário do terreno contíguo à Casa Alberto da Mota Pinto, no*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*sentido de promover uma intervenção conjunta e com envergadura que honre a homenagem que é merecida ao Professor Carlos Alberto da Mota Pinto e esse é o ponto da situação relativamente a esse projeto.*

*Em relação ao Plano Estratégico Pombal 2030, “não tem uma estratégia, não tem um documento, subcontrata”, tenho ouvido aí as opiniões todas e é superinteressante ouvir-vos, porque uma coisa é quando nós nos candidatamos a uma eleição e temos um projeto, temos um conjunto de ideias, depois a população – que é uma população no nosso Concelho altamente esclarecida – que vota em quem quiser e os partidos políticos cada um apresenta as suas ideias. A partir do momento em que eu fui eleito Presidente de Câmara, deixei de ser o Presidente do PSD, o meu partido passa a ser Pombal, sou Presidente da Câmara de Pombal e de todos os pombalenses, dos que votaram em mim e dos que não votaram em mim, dos que votaram em mim e daqueles que nem sequer foram votar e o meu objetivo é que, daqui a 3 anos, mais pessoas possam participar nos atos eleitorais.*

*A partir do momento em que sou Presidente da Câmara Municipal de Pombal a minha estratégia não é a estratégia do PPD/PSD, essa ficou nas eleições, agora a minha estratégia é municipal, é agregadora, é envolvente e é por isso que, quando nós definimos este plano de ação, que é um plano estratégico de desenvolvimento do nosso Concelho até 2030, fazemos esse plano de ação porque queremos envolver a comunidade e foi o exemplo dos inquéritos.*

*E vou-lhe dar a novidade, nós tivemos mais de 300 participações nesses inquéritos, é bom, é positivo sentir que as pessoas aderiram, deram o seu contributo, deram a sua opinião e quiseram desenvolver a comunidade. Por isso é que nós fizemos um projeto participativo, envolvemos as pessoas, continuamos a estar recetivos, envolvemos todos os partidos políticos, independentemente de terem, ou não, assento na Assembleia Municipal, o Oeste Independente, o PCP, a Iniciativa Liberal, o Bloco de Esquerda, o CDS, todos os partidos políticos, o único partido que não quis participar, vocês sabem qual é e eu respeito a vossa opinião, respeito a posição do Partido Socialista de não querer dar opiniões, respeito isso. Agora, vocês também têm de respeitar aquilo que está a acontecer em Pombal, que é a definição de um Plano Estratégico de Desenvolvimento a médio/longo prazo, que nunca aconteceu com a participação da população como estamos a fazer hoje e isso é altamente positivo e significa que nós estamos a fazer um plano estratégico que é alinhado, naturalmente, com aquilo que nos comprometemos com as pessoas porque eu sou de respeitar os meus compromissos.*

*Foi por isso que nós dissemos que íamos plantar uma árvore por cada pessoa que tivesse ido votar e, das 24.000 pessoas que foram votar, 24.000 árvores já foram plantadas no nosso Concelho e, naturalmente, que aquilo que foram os nossos compromissos que eu vou concretizá-los, mas eu quero ir para além disso, eu quero que as pessoas se envolvam, as entidades se envolvam na construção coletiva deste nosso futuro. É por isso que aparece, neste momento, este plano de ação estratégico porque, quando me candidatei, quando vossas excelências se candidataram, o PRR ainda estava para arrancar e não havia Portugal 2030, o Portugal 2030 ainda não começou, as grandes linhas de financiamento do nosso País e do nosso Concelho nos próximos anos ainda não existem. É natural que a nossa estratégia tenha de estar integrada, alinhada com estes instrumentos de financiamento comunitário, não é dependente, é alinhada com... É por isso que estamos a fazer este plano estratégico nesta altura e é um plano estratégico que vai beneficiar quem cá continuar, e eu espero que quem continue, a seguir neste órgão Câmara Municipal, quem vier para este órgão Câmara Municipal, eu tenho a certeza que vão ter um documento maduro, orientado, um documento estratégico que vai colocar em alinhamento aquilo que são os vários programas de investimento para o nosso território.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Isto é positivo e veremos, naturalmente, o produto deste Plano Estratégico, que é de todos e é para todos.*

*Em relação à Carla Longo, ainda bem que passamos a maior parte desta Assembleia Municipal, fora o faits divers inicial, a falar de obras, e a Senhora Presidente da Junta falou da requalificação da Rua da Indústria, da asfaltagem de estradas mas nas Freguesias e há sempre um longo caminho a percorrer porque nunca está tudo feito, mas estamos a fazer várias - e muito importantes e reclamadas há muitos anos, algumas delas - a intervenção no IC2, a zona do Travasso, porque, às vezes, em relação ao IC2 nos focamos nos problemas, quando nos devíamos focar nas soluções.*

*Nesta intervenção do IC2, há um conjunto de soluções de conflituosidade rodoviária que vão ser resolvidas, onde continua a haver cada vez mais acidentes rodoviários e que nós vamos, com esta intervenção fazer com que diminua fortemente esse nível de sinistralidade. Ainda bem que falou dessas obras todas, a Senhora Deputada Carla Marisa também falou das obras, hoje falamos aqui muito de obras, o que é altamente positivo e agradecer às pessoas que são, normalmente, afetadas por este tipo de obras, a sua compreensão.*

*Humberto Lopes, saúde, falta de profissionais, neste momento há uma discussão muitíssimo relevante a realizar-se no nosso território, com a construção da Unidade local de saúde. Nesse sentido vamos acompanhando e percebendo quais é que são os seus efeitos. Mas queria dizer só que, em relação ao projeto do polo da USF, que vamos adjudicar brevemente esse projeto.*

*Em relação à Carla Leitão, no âmbito do 3-ESC, este é um projeto que é focado em cidadãos de etnia cigana e cidadãos brasileiros e a ideia é ajudá-los no combate ao insucesso escolar. Essas iniciativas que salientou são nesse âmbito.*

*Em relação ao programa de apoio à atividade desportiva, houve um clube interessado e que deu contributos e que está a ser analisado pela nossa equipa técnica. E creio que o CDS também reuniu com a nossa equipa no sentido de dar alguns contributos.*

*E creio que respondi a todos.”*

### **Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e GOP's 2023/2027.**

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.8.2. 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e GOPs 2023/2027*

*Foi presente à reunião a Proposta n.º 54/2023, ínsita na informação n.º 5/DAFM/23, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 13-02-2023, que a seguir se transcreve:*

*ASSUNTO: 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e GOP's 2023/2027*

*1 – Enquadramento*

*Nos termos da NCP 26 (Norma de Contabilidade Pública), anexa ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, conjugado com o ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o Orçamento pode ser objeto de aumento global da despesa dando lugar a uma Alteração Orçamental Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL), por contrapartida:*

- do saldo apurado na gerência anterior;*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

- pelo excesso de cobrança em relação às receitas previstas no orçamento, ou;
- outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.

### 2 - Saldo da Gerência Anterior (SGA)

O Saldo da Gerência corresponde ao saldo de caixa à data de relato de 31 de dezembro de 2022, apurado no montante de Eur 14.726.677,04.

Nos termos do nº 6 do Artº 40 da Lei 73/2013 de 03 de setembro (Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais-RFALEI), e com a aprovação do Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental pelo Órgão Executivo, em 04/01/2023, o saldo de gerência da execução orçamental consignada, no montante de Eur. 5.127.793,12, já foi incorporado em duas alterações orçamentais.

Nessas alterações, o saldo consignado assegurou:

- a transposição do saldo de compromissos de 2022, no valor de 3,730M€, garantindo a suficiência financeira para o cumprimento dos mesmos no início do ano. Os compromissos eram referentes a Contratos GOP (3,375M€, dos quais 3,150M€ do PPI) e a aquisição de bens e serviços (0,355M€).
- o reforço parcial das dotações orçamentais necessárias para aquisição de bens e serviços no domínio da energia (1,398M€).

Com a aprovação do mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental (Fluxos de Caixa nos termos do POCAL), propõe-se que o valor remanescente do SGA, no valor de Eur. 9.598.883,92, incorpore o Orçamento da Receita, antes da aprovação dos documentos de prestação das contas, desde que se recorra à figura da alteração orçamental modificativa, a aprovar pelo Órgão Deliberativo, como determina o Artº 104º da Lei 12/2022 de 27 de junho (LOE 2022).

### 3. Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita

No Orçamento da Receita, além do SGA que se destaca nesta alteração pelo valor acima referenciado, foi reforçada a dotação inscrita para a candidatura do Centro Saúde do Louriçal, no montante de 623.141,91, ajustando-a ao valor efetivamente recebido no corrente ano:

Com o SGA e com o aumento da receita do projeto atrás referenciado, o Orçamento da Receita é reforçado no montante de Eur. 10.222.025,83.

### 4. Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa

De igual montante, é reforçado o Orçamento Global da Despesa.

#### 4.1. Despesa sem Plano

O orçamento da despesa corrente sem plano, que contempla essencialmente as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, cedeu parte das verbas que lhe estavam atribuídas, para as GOP's, verbas que agora vê serem repostas com a presente alteração, assegurando assim o regular funcionamento do Município, designadamente:

- Iluminação pública e – 1.500.000,00
- Energia (contrato transitado de 2022 e abertura de novo procedimento) – 4.200.000,00
- Outros bens – 300.000,00
- Conservação de bens – 300.000,00
- Encargos de cobrança de receita – 200.000,00

Nesta alteração modificativa propõe-se, também, dotar a rubrica económica 06020301-Outras Restituições que, por lapso, ficou com valor zero, aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Esse reforço, cifrado em Eur. 6.967.625,83 foi distribuído pelas rubricas identificadas no mapa, anexo à presente proposta.

### 5. Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### 5.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

A proposta de alteração ao PPI contempla, essencialmente, o reforço das dotações dos restantes projetos que acolheram compromissos transitados de 2022, por pagar, garantindo, nestes moldes, verba suficiente para a sua execução durante o ano corrente, designadamente:

- Aquisição de imóveis – 420.000,00
- Redes de Água (Remodelação da rede da Redinha e execução de ramais e reparação de roturas) – 346.000,00
- Zona de Interface de transportes – 100.000,00
- Cadastro Predial Simplificado – 82.000,00
- Construção de emissários e redes saneamento da Redinha – 76.000,00
- Beneficiação da Casa Mortuária do Casal Velho -75.000,00- Aquisição de conteúdos para o Explore Sicó – 56.000,00

A alteração ao PPI traduz-se num reforço global de Eur. 1.443.000,00, distribuído pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

### 5.2. PAM – Plano de Atividades Municipal

A proposta de alteração ao PAM visa, também, reforçar das dotações de projetos que acolheram compromissos transitados de 2022, por pagar, designadamente:

- Apoios ao investimento nas freguesias e às coletividades, deliberados em 2022 – 498.000,00
- Programação do Teatro Cine – 58.000,00
- Comunicação e divulgação municipal – 50.000,00
- Encaminhamento de resíduos das ETARs – 50.000,00

bem como, restabelecer as dotações necessárias para a execução de projetos com encargos permanentes, durante o ano de 2023, designadamente:

- Limpeza de Edifícios e Infraestruturas municipais – 450.000,00
- Reciclagem de RSU + TGR – 400.000,00

O valor global da alteração proposto para o PAM é de Eur. 1.811.400,00, distribuído pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

A revisão às Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) traduz-se no reforço global de Eur. 3.254.400,00.

## 6. Proposta

Para proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores impõe-se que proceda-se, em conformidade com a NCP 26 do SNC-AP conjugado com os pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, à aprovação da:

- a) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento 2023, e
- b) Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano 2023-2027.

### 6.1. A alteração modificativa consubstancia-se:

#### a) Do lado do Orçamento da Receita para 2023:

- Em incorporar no Orçamento, o valor remanescente do SGA no valor de Eur. 9.598.883,92 a inscrever nas rubricas, 16.01.01 – “Saldo Orçamental \ Na Posse do Serviço”;
- Reforçar a rubrica 1003070122-Centro de Saúde do Louriçal, com a dotação de Eur. 623.141,91.

#### b) Do lado do Orçamento da Despesa para 2023:

- Incorporar no orçamento, o reforço de despesa corrente não inscrita nas Grandes Opções do Plano, assente nas rubricas identificadas nos mapas em anexo, no valor total de Eur. 6.967.625,83;



## MUNICÍPIO DE POMBAL

c) *Do lado das Grandes Opções do Plano 2023-2027:*

- *Em incorporar no PAM, o reforço global de Eur. 1.811.400,00 para o ano de 2023, de acordo com o Relatório das Alterações Orçamentais, em anexo, e;*
- *Em incorporar no PPI, o reforço global de Eur. 1.443.000,00 para o ano de 2023, de acordo com Relatório das Alterações Orçamentais, em anexo.*

6.2. *É da competência da Assembleia Municipal, autorizar:*

a) *a Alteração Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL) na moldura que define a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

6.3. *Termos por que se impõe, pondere o Órgão Executivo:*

a) *Deliberar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Art.º 104.º da Lei 12/2022 de 27 de junho, submeter ao Órgão Deliberativo, a referida Alteração Modificativa, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da referida Lei 75/2013, e;*

b) *Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."*

*A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e GOP's 2023/2027, com o pedido da deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução."*

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, abriu as inscrições para uso da palavra sobre este assunto, tendo-se inscrito:

**Luís Couto (OI):**

*"Muito obrigado Senhor Presidente.*

*Relativamente à questão de alteração ao orçamento, seria coerente da nossa parte, naturalmente, continuar a votar no mesmo sentido, visto que é um reforço, trata-se de uma transferência de saldos relativamente ao ano de 2022 para 2023, só de notar aqui algumas coisas que me preocupam, mais uma vez, e que queria deixar registado relativamente a isto. Desta transição de saldos, nós temos aqui cerca de € 10.000.000,00 para despesa corrente, sendo que desses, aproximadamente € 3.200.000,00 para recursos humanos e há aqui uma questão que eu coloco, há duas rubricas relativamente à aquisição de equipamentos, € 1.500.000,00 para serviços não discriminados, ou seja, destes € 10.000.000,00 há cerca de € 1.500.000,00 de reforço de financiamento para serviço não discriminado, sendo um valor extremamente elevado carecia, da parte do Executivo, de um cuidado relativamente à definição destes valores, um pouco de forma mais detalhada do que nós recebemos.*

*É de notar, naturalmente, que deste bolo global de reforço, apenas a rubrica ou a área menos reforçada será o plano plurianual de investimento, ou seja, obra e isto preocupa-nos relativamente ao futuro. Sim, temos uma questão de aumento de custos em termos de despesas correntes, mas não justifica tudo.*

*Outra questão, também queria deixar registado que não é só nesta alteração, relativamente aos gastos com cultura, o Concelho de Pombal, per capita, tem quase o dobro dos gastos relativamente ao Concelho de Leiria e estes aqui são aspetos que acabam por mudar drasticamente o estilo e forma de implementação deste estudo. Preocupa-me que, a nível de obra estrutural, de longo prazo e de planeamento, não tenhamos aqui um bocado mais de cuidado, relativamente ao corte de custos da despesa corrente, e de que forma conseguimos precaver os resultados e a saúde financeira a que este Concelho sempre nos habituou.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Finalmente, a última coisa que eu queria aqui referir é uma questão que começa a ser cada vez mais premente, já foi referida, relativamente à questão da habitação, e cada vez mais, havendo aqui uma lacuna de programas nacionais de habitação a baixo de preço ou de preço controlado, naturalmente aqui os Municípios começam a tomar esta iniciativa, só dar aqui um exemplo, e já foi referido aqui que não tivemos ainda financiamento, mas aqui bem próximo ao nosso Concelho, o Concelho da Figueira da Foz, estamos a falar que houve aqui uma aprovação de um projeto para 145 habitações para preço controlado, um orçamento de €7.000.000,00 e isso seria claramente, na minha opinião, focando aqui nas prioridades que nós sempre referimos em termos de crescimento económico, se nós tivermos crescimento económico, ainda vamos criar mais pressão habitacional para o Concelho, significa que precisamos de casas. Casas a preços cómodos para a nossa juventude. Neste momento, em termos práticos, temos, ao contrário do Concelho da Figueira da Foz, um apoio à renda jovem que vai abranger cerca de 50 habitações em termos de arrendamento.*

*Não é suficiente e, obviamente que, em sede de revisão orçamental, durante 2023, era este o nosso foco, que, quer em termos de crescimento económico, quer em termos de apoio social, faria todo o sentido reforçar verba para estas rubricas.*

*Muito obrigado.”*

**João Coelho (PS):**

*“Muito obrigado Senhor Presidente.*

*Eu queria começar a intervenção por ler uma parte da ata da reunião anterior, precisamente quando se discutia o orçamento para 2022 e as Grandes Opções do Plano e a parte que vou ler é citando a Senhora Vereadora Isabel Marto, que se sentiu com necessidade, na altura, de fazer uns esclarecimentos em relação à intervenção do Partido Socialista como justificativa para um ponto que nós entendíamos que era o grande ponto de divergência sobre o qual se construía a diferença de perceção em relação à viabilidade do orçamento para os fatores decisivos de desenvolvimento para o nosso Concelho.*

*A Senhora Vereadora alertava o Partido Socialista e a Assembleia Municipal que: “os Municípios têm uma capacidade de endividamento máxima e nós estamos muito aquém dessa capacidade de endividamento máxima. Mas a lei também diz que o incremento anual de endividamento do Município está limitado a 20% dessa capacidade. Isso dá, para o ano de 2023, €5.000.000,00, que é o que estamos a utilizar”, disse a Senhora Vereadora.*

*O problema é que 20% de €45.000.000,00 não dá €5.000.000,00, dá €9.000.000,00 e €45.000.000,00 era a capacidade de endividamento da Câmara, o incremento anual que nós teríamos disponível era de €9.000.000,00 e não os €5.000.000,00 que a Câmara Municipal está a utilizar.*

*Parece-me que este primeiro erro, este erro de premissa de lançamento do orçamento, que aliás nós denunciámos, na altura, que era feito conjuntamente com outros erros de premissas, nomeadamente nos considerandos de natureza económica, condicionantes externas, nomeadamente taxa de inflação, taxa de crescimento e o PIB nacional que podiam ter sido revistos para esta alteração de orçamento e não foram revistos por decisão política.*

*Temos aqui um primeiro erro no lançamento destas alterações ao orçamento que é o de não correção dos erros do orçamento anterior, tanto na sua ambição, a ambição advinda pela capacidade de investimento da Câmara, como também nas suas condicionantes externas que não foram revistas, logo por aqui há uma diferença abissal entre aquela que podia ser a posição do Partido Socialista e a posição que o PSD ou o Executivo mantém de estruturar a sua ação sobre dados insuficientes.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Depois, corroborando aquilo que foi dito anteriormente, lamentamos que, nesta alteração ao orçamento não façam um esforço de esclarecimento de algumas rúbricas de grande montante e que omitam alguma informação, ou não são transparentes nalguma informação sobre os gastos a que se destinam.*

*Nós tínhamos valores avultados, €2.000.000,00, €1.500.000,00 no orçamento e agora aqui que não estão identificadas, não estão cabalmente explicadas as razões da sua utilização.*

*Lamentamos que o orçamento não faça este esforço de transparência, ainda que possamos obter a informação por outros meios. Mas entendemos que os pombalenses mereciam que estes documentos estruturantes trouxessem já essa informação discriminada.*

*Por fim, acho que esta é a razão fundamental, atendendo à insuficiência dos valores disponibilizados, pela capacidade de investimento da Câmara, atendendo à falta de ambição e à desculpa que é dada permanentemente para a ação da Câmara ser condicionada por espera permanente de PRR, de financiamento externo, entendemos que estas alterações não respondem àquilo que são as necessidades do Concelho, nomeadamente o investimento mais apressado, mais intenso em algumas obras que foram definidas pelo próprio Executivo como sendo estruturantes, e aqui falamos do desenvolvimento dos parques industriais. Refiro que hoje não sabemos onde é o pretense polo do IPL, portanto ainda hoje não sabemos onde é que o Senhor Presidente da Câmara o queria instalar e já era para funcionar em 2023, não temos sobre as estratégias locais de habitação à ambição de outros Concelhos à nossa volta, refiro sempre a palavra ambição porque foi essa a palavra estruturante em sede de campanha eleitoral.*

*Em relação à estratégia local de habitação, continuamos a perceber que não há ambição de acelerar o investimento em algo que todos nós reconhecemos que é fundamental, que é a criação de mais parque habitacional disponível para a população e até para beneficiar de medidas, como aquelas que foram aprovadas, de apoio ao arrendamento jovem. Ou então alguns equipamentos e algumas obras que foram aqui reclamadas, nomeadamente o Partido Socialista tem falado abundantemente no caso do Pavilhão do Oeste, já referido aqui, entre outros.*

*Atendendo aos erros de premissa iniciais, atendendo à falta de clareza de algumas rúbricas de grande relevância e atendendo à falta de capacidade de decisão e à falta de ambição no investimento que o orçamento continua a manter, nós não podemos votar a favor desta alteração ao orçamento.*

*Muito obrigado.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, cumprimento os presentes, mais uma vez.*

*Eu tinha aqui uma intervenção preparada, vou fazê-la, não se preocupem, mas não resisto à tentação de responder, em certa medida, àquilo que o Senhor Deputado João Coelho aqui disse, porque eu, efetivamente, estive a ouvir atentamente, juro que estive a ouvir atentamente, mas fiquei na mesma, ou seja, não percebi quais eram os motivos que a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal aqui apresentava para efetivamente votar contra - parece-me que é esse sentido de voto, fiquei na dúvida - esta proposta que aqui vem à Assembleia Municipal.*

*Em primeiro lugar, falou na questão da eventual capacidade de endividamento do Município.*

*Bem, o que nós temos aqui em cima da mesa, e olhando para aquilo que é o retrato financeiro do nosso Município é que, efetivamente, o Município de Pombal está muito bem financeiramente, recomenda-se. E por estar muito bem financeiramente, por se recomendar, fruto de uma gestão Social Democrata de muitos anos, tem sido uma gestão cautelosa, que não tem prejudicado investimento, mas que tem tratado bem aquilo que é a tesouraria e as finanças do Município, ao*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*contrário daquilo que tem sido feito no Governo nacional. Dizer que temos essa capacidade de endividamento fruto desse nosso trabalho, fico satisfeito e agora digo-vos, - há pouco o Senhor Presidente da Câmara também o disse -, fico satisfeito com a disponibilidade que o Partido Socialista tem para, futuramente, e espero que possa ser já na Assembleia de abril, ou eventualmente de junho, virmos aqui à Assembleia Municipal de Pombal e, eventualmente, apreciar uma proposta do Município que proponha à Assembleia aprovar eventual financiamento para que possam ser desenvolvidos e para que possam ser executados projetos estratégicos para o Município.*

*Fico satisfeito com a disponibilidade socialista e espero que, nessa altura, sejam coerentes e que votem a favor desse endividamento, que, obviamente, esperamos que venha a trazer retorno, mas esse endividamento só é possível porque as contas efetivamente, ao dia de hoje, estão bem e recomendam-se, e o Município de Pombal está bem financeiramente.*

*Depois, falou também da questão de existirem umas rúbricas e falou em valores de 1 milhão, 2 milhões de euros que, segundo o Senhor Deputado João Coelho, não lhe transmitiram a clareza, e até disse a transparência, acho que utilizou o termo transparência, que deviam ter.*

*Eu gostava que dissesse quais é que são essas rúbricas porque falar em rúbricas no geral e depois não concretizar, se eventualmente estamos a falar de eletricidade ou energia, Senhor Deputado, quer que se descrimine o quê? O número de contadores municipais que existem? Os Kilowatts que os postes de iluminação gastam? Por amor de Deus! Ou seja, tem de concretizar aquilo que diz, não basta dizer que existem rúbricas que não estão bem discriminadas e não estão bem concretizadas.*

*E pareceu-me que, em certa medida, no final da intervenção do Senhor Deputado João Coelho, que procurou confundir alhos com bugalhos, ou seja, falou de um conjunto de projetos, alguns deles - e é uma questão de compararmos - têm dotação no orçamento que foi aprovado para o ano de 2023 e agora tentou confundir tudo colocando em causa que esses projetos, efetivamente, vão ser uma realidade, confundindo esses projetos e essas dotações já estavam previstas, com aquilo que hoje estamos aqui a apreciar e vai ser aqui votado.*

*E agora, indo àquilo que me levou a inscrever, de forma mais concreta, dizer que, efetivamente, olhando aqui para o ano de 2023 porque é isso que nos interessa, efetivamente, nós aprovámos um orçamento, em dezembro, de cerca de € 52.000.000,00 e agora foi reforçado para cerca de € 67.000.000,00. Temos um orçamento robusto, um dos maiores orçamentos de sempre, não sei se eventualmente será, acredito, não tenho a certeza, mas será um dos maiores orçamentos de sempre e que representa esta ambição que este Executivo tem para o Município e tem para o Concelho de Pombal.*

*Realçar aqui uma rúbrica muito importante, que é a rúbrica relacionada com o PPI, que, como todos sabem, tem a ver com aquilo que são investimentos que vão acontecer no Concelho de Pombal, que passa aqui de uma previsão inicial de € 17.000.000,00 para uma previsão atual, corrigida após esta dotação, de € 23.000.000,00, ou seja, há aqui um incremento de cerca de quase € 6.000.000,00, que vem reforçar esta rúbrica. Isto significa, obviamente, que o Município tem aqui uma exigência acrescida, e como eu disse, numa primeira intervenção, que fiz no início desta sessão, num contexto difícilíssimo, que nós sabemos que é difícil que os concursos não fiquem desertos, há falta de mão-de-obra, os preços estão altíssimos e estamos a poucas horas do primeiro dia do mês de março de 2023, e também faço este apelo ao Executivo, para que, junto dos técnicos do Município, para os sensibilizar para a necessidade de que temos destes projetos arrancarem este ano, e possam acontecer neste mandato, que efetivamente venham a arrancar o mais rápido possível, venham a ser tratados o mais rápido possível porque, tendo em conta a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*exigência atual, e tendo em conta estes €23.000.000,00, efetivamente para investir, é importante que todo o Município, e toda a Casa, esteja empenhada nesse foco, que todos nós queremos para Pombal, que haja mais projetos, haja mais investimentos e haja obra realizada. Obrigado.”*

### **João Pimpão (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD)**

*“Eu estou a tomar da palavra por uma questão ideológica. Eu sou Social Democrata, não sou comunista nem socialista comunista, nem Costa Socialista Comunista, muito menos socrático. Eu não posso aceitar que obriguem a Câmara a fazer habitação porque a Câmara não tem na sua vocação ser proprietário de prédios e proprietário de casas. Esta é uma discussão meramente teórica porque todos sabem onde é que isto vai dar, quem não tem habitação por não ter condições para habitação, tem de ser o Estado a providenciar que a pessoa tenha acesso aos meios adequados para poder ter a sua habitação.*

*Agora o Município de Pombal tem muito mais competências noutras áreas, aliás, as competências na área da habitação até são reduzidas, agora vamos tratar as coisas como elas são, nesta Casa, todos falamos da habitação, nós somos um Concelho de construtores, somos um Concelho da construção, porque é que temos este problema?*

*Se calhar, temos de encarar o assunto verdadeiramente como ele é. Não temos habitação porque não estamos a usar as prerrogativas que o PDM nos permite, nem toda a sua potencialidade. Eu, como Presidente da Junta de Freguesias das Meirinhas, não consigo entender como é que o PDM, na zona central da Freguesia que eu presido, permita rés-do-chão mais 3, mas, por outro lado, os técnicos do Município de Pombal não aprovam nenhum projeto de rés-do-chão mais 3, só aprovam rés-do-chão mais 2 e vêm justificar-se dizendo que “é o que existe na zona, não podemos subir”. Mas se não pudéssemos subir, porque é que o PDM o permite? E permite para isso mesmo, para diminuir os custos dos investimentos, permitindo mais área habitacional por metro quadrado, permitindo que os construtores e as empresas ligadas à construção tenham empreendimentos economicamente mais rentáveis porque pôr mais um piso é muito mais rentável do que não pôr.*

*E depois assistimos aos prédios que vamos vendo construídos e vê-se a cidade com mais densidade de construção porque permite outros índices e porque a Câmara não ressarcia o investimento privado, permite na Cidade outro tipo de ocupações, e nós, nas localidades, em Vermoil, Abiul, no Louriçal, nas outras Freguesias, com certeza nos núcleos urbanos centrais, queremos construção em altura e a Câmara não nos permite o rés-do-chão mais 3. Querem resolver o problema da habitação, que sejam os privados a contribuírem para este problema, e aqui sim, o público tem que abrir a possibilidade que o PDM permite do rés-do-chão mais 3. Não venho aqui dizer que é a Câmara que tem que construir para permitir dar mercado, quando, por outro lado, a Câmara e os técnicos têm instrumentos capazes para dar um choque no mercado e permitir que o mercado tenha outra liquidez nos seus investimentos, e aí sim, vamos ter muitos prédios.*

*E peço desculpa, porque essa teoria comunista de que o Estado é dono de tudo, o Estado dá a casa, o Estado dá o subsídio, o Estado faz isto e faz aquilo, não pode ser aceitável nos dias de hoje, e muito menos em Portugal.”*

### **João Coelho (PS):**

*“Muito obrigado Senhor Presidente.*

*Realmente a minha nova experiência de paternidade tem-me dado uma lição de humildade bastante grande, nomeadamente nestes momentos daquilo que eu chamo do telefone estragado, em que eu digo alguma coisa à minha filha de 2 anos e ela me responde com algo completamente*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ao contrário, e eu tenho vivido aqui esse tema, em que eu falo de um assunto e depois tenho uma resposta, pela pessoa errada, e num sentido claramente contrário àquilo que eu disse. Mas enfim, já venho experimentado, tenho que reforçar, primeiro, em esclarecimento do Senhor Deputado João Pimpão, Presidente da Junta das Meirinhas, que a Estratégia Local de Habitação é que defende a necessidade da Câmara fazer investimento no parque habitacional do nosso Concelho, Estratégia Local de Habitação essa que, penso eu, teve o seu voto a favor, não sei se terá sido num dia em que o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas foi cumprir as suas obrigações familiares a Lisboa e nesse dia não pode estar, mas tenho ideia que foi num dia que o Senhor Presidente terá estado presente e votou a favor.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quería pedir se podiam fazer um esforço por discutir os temas que interessam aos pombalenses e se deixem de provocações pessoais.*

*Peço desculpa, eu sei que podem haver aqui inimizades, pessoas que não gostam umas das outras, mas deixem-se de provocações pessoais e discutam os temas porque é isso que os pombalenses querem, é que discutam os temas e não façam provocações pessoais.”*

### **João Coelho (PS):**

*“Se o Presidente da Junta das Meirinhas considera que isto é algo contrário à sua ideologia, então peço que reveja o seu posicionamento ideológico e também as suas votações na Assembleia Municipal.*

*Em relação àquilo que foi dito por parte do Senhor Deputado João Antunes dos Santos, apenas lamentar que não tenha ouvido esta intervenção na última Assembleia Municipal de dezembro, que passo a citar: “ o orçamento de despesa continua a ter um valor sem identificação, devida ao bom princípio da transparência, nomeadamente nas rúbricas “Outros trabalhos”, com € 1.420.000,00 e “Outros serviços” com €2.000.000,00, o que torna a discricionariedade a regra, quando devia ser a exceção, confundindo os cidadãos e, por exemplo, impossibilitando o trabalho de fiscalização deste órgão.” Fim de citação. Foi a bancada do Partido Socialista que o disse na altura com toda a objetividade, e agora que estas rúbricas são reforçadas, reforçamos o argumento de então, inclusive corroborado por outro membro da Assembleia Municipal.*

*É uma prática que nós não desejamos ver no orçamento, principalmente quando se fala desta magnitude, e, portanto, decidimos reforçar novamente o argumento e faremos isso em todas as vezes que os documentos vierem apresentados desta forma. Junto a esta denúncia todo o raciocínio que já foi feito em dezembro, e agora nesta alteração modificativa porque, a verdade, não modifica nem a falta de ambição nem a falta de resposta aos problemas do Concelho, portanto junto todos os argumentos que já tínhamos trazido em dezembro, nomeadamente a questão de que, uns falam em capacidade de endividamento, outros falam em capacidade de investimento por parte da Câmara, que não é assumida para acelerar aquilo que é necessário para os pombalenses poderem ter outras condições de vida.*

*Muito obrigado.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Muito rápido, Senhor Presidente.*

*Só para dizer que, num orçamento de €67.000.000,00, é natural que existam rúbricas genéricas que preveem os tais “Outros”, que efetivamente também correspondem àquilo que é a imprevisibilidade da vida do dia-a-dia. Naturalmente que um orçamento é isso mesmo, é uma previsão, tal como um plano de atividades, aqui não é o caso de uma empresa, de uma associação, do que quer que seja, é uma previsão e é natural que existam rúbricas um pouco*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mais genéricas, para que possam ocorrer a eventuais imprevistos que possam acontecer ao longo do exercício.*

*Muito obrigado.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com 6 votos contra dos membros do Partido Socialista e um do Oeste Independente.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2022 - Lei 08/2012 de 21/02.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.8.1. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2022 - Lei 08/2012 de 21/02*

*Foi presente à reunião a informação n.º 7/DAFM/23, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 13-02-2023, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2022 - Lei 08/2012 de 21/02*

*Sr. Presidente*

*A Lei 22/2015 de 17 de março que veio alterar e republicar a Lei 8/2012 de 22 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA) estabelece, no n.º 1 e n.º 2 do Art.º 15º, que os dirigentes devem, até 31 de janeiro de cada ano:*

*Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, e;*

*Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.*

*Essas declarações, nos termos da alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, devem ser enviadas até ao limite do prazo referido acima, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.*

*No caso concreto dos pagamentos e recebimentos em atraso, o DL 127/2012 de 21 de junho (que regulamenta a LCPA), através do seu Art.º 17º, estabeleceu as regras para a sua elaboração.*

*Dita o n.º 1 do referido artigo que, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações: que os mesmos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a Eur. 5.000,00 ou o devedor ou credor seja uma pessoa individual.*

*O disposto, acima referido, não se aplica aos recebimentos e pagamentos existentes entre as entidades do sector público administrativo, segundo o n.º 2 do mesmo artigo.*

*Face ao exposto, proponho que sejam submetidos à Câmara Municipal, as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de Dezembro de 2022, no sentido de as aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artº 15º da Lei 08/2012 de 22 de Fevereiro, na sua atual redação."*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2022, à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos propostos na informação supratranscrita.”*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com um voto contra do membro Luís Couto, do Oeste Independente.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de procedimentos concursais para provimento do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau - Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – Designação de Júris.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.14.1. Abertura de procedimentos concursais para provimento do cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau - Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – Designação de Júris*

*Foi presente à reunião a informação n.º 68/DGDRH/23, da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, datada de 10-02-2023, que a seguir se transcreve:*

***"Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURAS, OBRAS E EQUIPAMENTOS E DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE – DESIGNAÇÃO DE JÚRIS***

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,*

*Por reporte ao assunto mencionado em epígrafe e considerando:*

*I. A criação das unidades orgânicas municipais, Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, por ocasião da redefinição da estrutura organizacional do Município de Pombal, operada no ano de 2018, por deliberações do Órgão Assembleia Municipal, de 25 de setembro de 2018, e do Órgão Câmara Municipal, de 13 de setembro de 2018;*

*II. Não terem as referidas estruturas sofrido qualquer alteração com a reestruturação da estrutura orgânica interna dos serviços municipais, operada no ano de 2022;*

*III. O provimento do cargo de direção intermédia do 1.º grau, Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, primeiro em regime de substituição, desde o dia 16 de outubro de 2018 até ao dia 4 de abril de 2019, e depois, na sequência de procedimento concursal, em regime de comissão de serviço, desde o dia 5 de abril de 2019 até ao dia 4 de abril de 2022, data em que a mesma cessou pelo seu termo, nos termos previstos na*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação;*

*IV. Não asseguradas em regime de gestão corrente ou de substituição as funções daquele dirigente, a sua assunção, desde o dia 5 de abril de 2022, pelos Vereadores Isabel Maria Rodrigues Marto e Pedro Navega Ferreira, que nele haviam subdelegado competências, e pelos dirigentes que na sequência da não renovação da comissão de serviço do Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, passaram a ser providos em 1.ª linha hierárquico-funcional, Artur Jorge Patrício Gaspar, Chefe da Divisão de Obras Públicas, e Nuno Elias Morgado Mota Ferreira Gomes, Chefe da Divisão de Gestão e Conservação de Edifícios e Equipamentos Municipais, por delegação de competências do Presidente da Câmara Municipal;*

*V. O provimento do cargo de direção intermédia do 2.º grau, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, primeiro em regime de comissão de serviço, em resultado de procedimento concursal, tendo a mesma cessado, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, a requerimento do titular do cargo e depois em regime de substituição;*

*VI. Encontrarem-se as funções inerentes ao cargo a ser asseguradas através deste último mecanismo, temporalmente limitado, conforme previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro;*

*VII. O despacho por V. Exa. exarado no despacho n.º 032/2023, a 24 de janeiro de 2023, para se proceder à abertura de procedimento concursal para provimento do referido cargo de direção intermédia de 2.º grau; e*

*VIII. Ter manifestado a Vereadora com o Pelouro da Gestão de Recursos Humanos, Dra. Catarina Pascoal Silva, a necessidade de se proceder também ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos,*

*E considerando, também:*

*IX. Nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, que veio adaptar à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e do n.º 1 do artigo 20.º da mesma Lei n.º 2/2004, efetivar-se por meio de procedimentos concursais, o provimento dos cargos de Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde;*

*X. Determinar o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, para prossecução daqueles procedimentos concursais, a necessidade de serem designados os respetivos júris de recrutamento, a operar por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal; e*

*XI. De acordo com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ser o júri de recrutamento composto por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e por dois vogais, designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica,*

*E considerando, ainda, que, não obstante o facto de na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se verificar uma omissão no que respeita à previsão da figura da suplência, designadamente nos casos em que se verifique ausência, falta, e ou impedimento de qualquer dos membros que integram o júri de recrutamento, revelar-se pertinente / prudente, com arrimo no preceituado no*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*n.º 1 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação, a designação de dois vogais suplentes, por forma a obviar à ocorrência de eventuais situações de falta de quórum, causando inevitáveis constrangimentos na prossecução dos procedimentos concursais,*

*Propõe-se a V. Exa. que, concordando com a abertura de procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus a que alude a presente informação, assim o determine, e submeta a decisão da Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento reportados aos referidos cargos de direção e com a composição infra enunciados:*

*Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos:*

*Presidente do Júri - Agostinho António Gonçalves Lopes, Diretor da Direção Municipal de Gestão Integrada do Município de Pombal;*

*1.º Vogal Efetivo - Anabela Barosa Lourenço, Diretora do Departamento de Obras Municipais do Município de Cantanhede;*

*2.º Vogal Efetivo - Valter Miguel Gaspar Rainho, Diretor do Departamento de Ambiente e Obras Municipais do Município de Figueira do Foz (em regime de substituição);*

*1.º Vogal Suplente - Nuno Eduardo Ferreira Valente, Diretor do Departamento de Intervenção Territorial do Município de Torres Novas; e*

*2.º Vogal Suplente - Joaquim Manuel Rodrigues Costa, Diretor do Departamento Municipal de Águas e Saneamento do Município de Pombal.*

*Para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde:*

*Presidente do Júri - Agostinho António Gonçalves Lopes, Diretor da Direção Municipal de Gestão Integrada do Município de Pombal;*

*1.º Vogal Efetivo - Lucinda Maria Alves Jordão, Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais do Município de Figueira da Foz;*

*2.º Vogal Efetivo - Maria Isabel Cartaxo Pires, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Abrantes;*

*1.º Vogal Suplente - Ana Filipa Mendes Bizarro Sentieiro da Soledade, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Leiria (em regime de substituição); e*

*2.º Vogal Suplente - Sofia Margarida Simões do Carmo, Chefe da Divisão de Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade de Pedrógão Grande (em regime de substituição).*

*À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau - Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, nos termos da proposta supratranscrita."*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto 2.5. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de novo Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Chefe da Unidade de Turismo – Designação de Júri.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.14.2. Abertura de novo Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Chefe da Unidade de Turismo – Designação de Júri*

*Foi presente à reunião a informação n.º 50/DGDRH/23, da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, datada de 30-01-2023, que a seguir se transcreve:*

***"Assunto: ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE TURISMO – DESIGNAÇÃO DE JÚRI***

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,*

*Por reporte ao assunto mencionado em epígrafe e considerando:*

*I.A abertura de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 2.º, 3.º e 4.º graus (chefes de divisão, chefes de unidade e chefes de serviços), através do aviso n.º 17225/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 206, de 25 de outubro de 2019, entre os demais, o de Chefe da Unidade de Turismo;*

*II. A publicitação do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau - Chefe da Unidade de Turismo, conforme exigido no n.º 1 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, na Bolsa de Emprego Público, em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), código da oferta OE201910/0909;*

*III. As deliberações do Órgão Câmara Municipal de 07-12-2018 e do Órgão Assembleia Municipal de 20-12-2018, tomadas, dentro das respetivas esferas de competências, acerca das áreas de recrutamento para esse e outros cargos dirigentes, dos métodos de seleção a aplicar e dos júris de recrutamento desse e de outros procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes;*

*IV. O período de candidaturas ao procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe da Unidade de Turismo, decorrido entre 28-10-2019 e 12-11-2019;*

*V. Em resultado de reunião do respetivo Júri, ocorrida no dia 18-12-2019, para verificação dos requisitos formais de provimento e perfil exigidos ao nível das duas candidaturas recebidas no âmbito do procedimento concursal, a admissão de um candidato e a não admissão de um outro, por não ter comprovado, de forma integral, a reunião dos referidos requisitos;*

*VI. Devido a contingências internas, a decisão tomada pelo Órgão Câmara Municipal, em reunião celebrada em 08-05-2020, e pelo Órgão Assembleia Municipal, em sessão celebrada em 30-06-2020, de alterar os júris de recrutamento de vários procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes, cujas composições haviam sido deliberadas pelos órgãos municipais naquelas reuniões de 07-12-2018 e de 20-12-2018 (ponto III. da presente informação);*

*VII. Ter passado o Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe da Unidade de Turismo a ser constituído por Paula Maria Ganhão, Chefe da Subdivisão de Desenvolvimento Comunitário, Cultura, Juventude e Turismo do Município de Óbidos, na*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*qualidade de Presidente do Júri; por Sílvia Cristina Silva Ferreira, Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana do Município de Pombal, na qualidade de 1.ª Vogal Efetiva; por Rui Miguel Borges Cunha, Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Cultura do Município de Batalha, na qualidade de 2.ª Vogal Efetivo; por Olívia Fernandes Sintra, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Comercial do Município de Pombal, na qualidade de 1.ª Vogal Suplente e por Nuno Filipe Pereira Salvador, Chefe da Divisão de Informática, Modernização e Sistemas Inteligentes do Município de Pombal, na qualidade de 2.ª Vogal Suplente;*

*VIII. A aplicação dos métodos de seleção, apreciação curricular e entrevista pública de seleção, ao único candidato ao referido procedimento concursal que comprovou reunir as condições para o efeito, pela Presidente do Júri, pela 1.ª Vogal Efetiva e, por impossibilidade do 2.ª Vogal Efetivo, pela 1.ª Vogal Suplente;*

*IX. Nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a elaboração, a 25 de janeiro de 2021, por aqueles elementos do Júri, findo o procedimento concursal, de proposta de designação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, no caso, no único candidato sujeito à aplicação dos métodos de seleção;*

*X. Entenderem-se reportadas ao presidente da câmara municipal as referências feitas aos dirigentes máximos da Lei n.º 2/2004, de acordo com o definido no artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, que veio adaptar à administração local aquela Lei n.º 2/2004;*

*XI. Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, serem providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou órgão, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, os titulares dos cargos de direção intermédia;*

*XII. Assim sendo, a apresentação da proposta de designação formulada pelo Júri, a que se refere o ponto IX. da presente informação, ao Presidente da Câmara Municipal naquela altura em funções, competente para a decisão de designar, ou não, o candidato proposto, para exercer o cargo de Chefe da Unidade de Turismo;*

*XIII. Nunca ter sido, porém, tomada essa decisão; e*

*XIV. As alterações no executivo municipal, por ocasião das últimas eleições autárquicas, ocorridas em outubro de 2021, designadamente ao nível da presidência,*

*E considerando, ainda:*

*XV. Terem decorrido cerca de dois anos entre a data em que foi subscrita, e imediatamente apresentada a decisão do Presidente da Câmara Municipal, a proposta de designação do Chefe da Unidade de Turismo, e a data de subscrição da presente informação;*

*XVI. Não se encontrar definido nem no Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, nem na sua adaptação à administração local, qualquer prazo para a prática do ato de designação de cargos de direção intermédia;*

*XVII. Não prejudicar, todavia, essa omissão, a observância de outros preceitos que obrigam à prática do ato administrativo que determine um desiderato final no procedimento, designadamente: i) a natureza urgente do procedimento concursal, conforme decorre do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, incompatível com dilações injustificadas; ii) o dever de celeridade previsto no artigo 59.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação, que impõe que o responsável pela direção do procedimento e os outros órgãos intervenientes na respetiva tramitação devem providenciar por um andamento rápido e eficaz, quer recusando e evitando tudo o que for impertinente e dilatatório, quer ordenando e promovendo tudo o que seja necessário a um seguimento diligente e à tomada de uma decisão dentro de prazo razoável; iii) o prazo de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*caducidade de 120 dias previsto no n.º 6 do artigo 128.º do CPA, para os procedimentos de iniciativa oficiosa nos quais se registe uma ausência de decisão;*

*XVIII. Terem sido obtidos pareceres informais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação dos Trabalhadores da Administração Local, dando nota da evidente divergência entre a urgência que o legislador quis imprimir aos procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes e a prática do ato de designação passados dois anos da subscrição da proposta de designação, pelo Júri; e*

*XIX. As consequências, ao nível da validade / eficácia do ato administrativo, que poderiam advir da decisão de designar o Chefe da Unidade de Turismo com base na proposta de designação mencionada no ponto IX. da presente informação,*

*Propõe-se, em face de tudo quanto se acaba de valorar e mantendo V. Exa. a intenção de prover de dirigente a Unidade de Turismo, o seguinte:*

- 1. O encerramento, sem provimento, do procedimento concursal para provimento do cargo;*
- 2. A notificação, através de email, dos membros do Júri de recrutamento e dos candidatos opositores ao referido procedimento concursal;*
- 3. A abertura de novo procedimento concursal com vista ao provimento do cargo, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004;*
- 4. Em linha com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e por se verificar na mesma uma omissão no que respeita à previsão da figura da suplência, designadamente nos casos em que se verifique ausência, falta, e ou impedimento de qualquer dos membros que integram o júri de recrutamento, ainda no n.º 1 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação, ser submetido a decisão da Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a designação do júri de recrutamento reportado ao referido cargo de direção e com a composição infra enunciada:*

*Presidente do Júri - Agostinho António Gonçalves Lopes, Diretor da Direção Municipal de Gestão Integrada do Município de Pombal;*

*1.º Vogal Efetivo - Carlos de Almeida Figueiredo, Chefe de Núcleo de Animação e Informação Turística da Entidade Regional Turismo Centro de Portugal;*

*2.º Vogal Efetivo - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo do Município de Figueira da Foz;*

*1.º Vogal Suplente - Fernando Manuel Paquim Gameiro, Chefe da Divisão de Empreendedorismo e Turismo do Município de Ourém; e*

*2.º Vogal Suplente - Ana Filipa da Silva Correia de Carvalho, Chefe da Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo do Município de Marinha Grande (em regime de substituição).*

*À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento do cargo de Chefe da Unidade de Turismo, nos termos da proposta supratranscrita."*

**João Coelho (PS):**

*"Confesso que esta não é uma intervenção de natureza política profunda, é uma mera curiosidade, permita-me, de alguma forma, que as intervenções também se revistam desta característica de curiosidade. O que nos é informado é que, a 25 de janeiro de 2021, foi entregue ao Executivo anterior, a proposta de designação de uma pessoa para ocupar esta vaga.*

*No entanto, de janeiro de 2021 em diante, não tivemos ocupação da vaga pela pessoa designada e eu gostava de perceber se o atual Executivo, recebeu do anterior Executivo, indicação do*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*porquê de não designar a pessoa que chegou ao final do concurso e o teria ganho, e porque é que, se a Câmara entende que era fundamental ocupar essa vaga, não designou logo, quando chegou à governação da Câmara Municipal, visto que estamos a falar de uma área que ainda carece de objetivação de algo tão simples quanto um produto turístico distintivo, ainda não temos essa concretização por parte do Executivo, a Vereadora responsável ainda não conseguiu construir algo tão simples quanto a isso, é uma área que carece que algum trabalho, esta vaga continua por preencher, apesar de termos uma pessoa com capacidade e com o propósito de preencher essa vaga e porque é que ela não foi designada para ocupar essa vaga, e estamos agora neste processo, novamente, de abrir novo concurso, que, naturalmente, terá a nossa aprovação, porque todos nós concordamos na urgência de ocupar a vaga. A daí a curiosidade. Muito obrigado.”*

### **Presidente da Câmara Municipal de Pombal:**

*“Só para satisfazer a curiosidade do Senhor Deputado João Coelho, relativamente a esta matéria não há nada a esconder, existia um procedimento e nós pedimos um parecer às entidades competentes, para saber se, à data, ainda seria eficaz, e o que nos disseram foi que, àquele procedimento, não poderia ser dada continuidade. E, por isso é que abrimos agora o procedimento, tal como abrimos para outras vagas para dirigentes, nomeadamente para funções que nós achamos da maior necessidade para o nosso Município.*

*Em relação ao candidato que estava proposto para esse procedimento, o candidato, neste momento, está a desempenhar outras funções e, naturalmente que, a partir do momento em que abrimos este procedimento, vai haver outro processo para preencher esta vaga que nós achamos que é primordial para a nossa estratégia.*

*Naturalmente, essa tendência para fazer aquela provocaçãozinha à Senhora Vereadora do Turismo, porque não temos aqui a estratégia para o turismo, nós, neste momento, vamos ter um posto de turismo dos mais modernos e que vai ficar instalado, precisamente, no edifício dos Paços do Concelho, algo que era defendido há muito pelos nossos cidadãos, vamos ter um posto de turismo que vai dignificar aquilo que é a nossa estratégia de dinamização turística no nosso território e, a partir de amanhã, estaremos na maior feira nacional de turismo, com uma presença própria, para divulgar os nossos produtos turísticos.*

*Convido-vos, se quiserem, a ir à FIL e conhecer aquilo que é a nossa presença, até porque foi um desafio lançado, no último ano, pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, termos uma presença mais forte, e vamos tê-la.*

*Estamos a alinhar, neste momento, este procedimento concursal para termos um dirigente na área do turismo e estamos a alinhar com investimentos concretos na área do turismo, quer no posto de turismo no centro da Cidade, mais um dos compromissos que vamos concretizar e com o investimento que estamos a fazer, quer no âmbito do Explore Sicó, quer no âmbito da Praia do Osso da Baleia, quer no âmbito da nova Praia do Urso, em que estamos a trabalhar nos projetos para diversificar a nossa oferta turística e para nos afirmarmos como um território propenso à atividade turística. Naturalmente, esse cargo de dirigente é importante para acompanhar essa estratégia e é isso que estamos a fazer.*

*Senhor Deputado está esclarecida a curiosidade.”*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

**Nesta altura foi feito um intervalo, tendo sido retomada a sessão após quinze minutos.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Concurso Público para a cessão de exploração do Café Concerto - Informação de abertura.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.15.5. Concurso Público para a cessão de exploração do Café Concerto - Informação de abertura*

*Foi presente à reunião a informação n.º 26/GAV/23, do Gabinete de Apoio à Vereação, datada de 14-02-2023, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ CONCERTO - Informação de abertura*

*Senhor Presidente,*

*Fundamentos de oportunidade:*

*O café concerto era um espaço de cultura e convívio valorizado por todos os Pombalenses, que tem estado fechado desde o período de isolamento da COVID19. É agora necessário promover a sua reabertura, para devolver o espaço à comunidade, garantindo simultaneamente a sua sustentabilidade.*

*Justifica-se, ante os fundamentos supra, que se promova um concurso público, para a cessão da exploração do Café Concerto, por 5 anos, renovável automaticamente por igual período, até um prazo máximo de 20 anos.*

*Termos por que proponho seja a presente informação, acompanhada do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, remetida ao Órgão Câmara Municipal para os seguintes efeitos:*

*Para solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos conjugados das alíneas i) e p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, na conformidade com as condições gerais plasmadas nas peças procedimentais;*

*Para aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, e para determinar a abertura do respetivo concurso público; aprovação e determinação condicionada à obtenção da autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea anterior;*

*Para aprovação, sob aquela mesma condicionante, do júri do procedimento, constituído pelos seguintes elementos:*

*Presidente: Isabel Maria Rodrigues Marto, Vereadora da Câmara Municipal;*

*Primeiro vogal: Sónia Patrícia Gameiro Fernandes, Chefe da Unidade de Cultura;*

*Segundo vogal: Joaquim Alberto Rodrigues Gonçalves, Chefe da Divisão de Administração e Finanças;*

*Primeiro suplente: Agostinho António Gonçalves Lopes, Diretor Municipal;*

*Segundo suplente: Diana Correia Figueiredo, Assistente Técnico;*

*Para delegação, no júri do procedimento, da competência para prestar esclarecimentos, nos termos do n.º 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos.*

*À consideração Superior,"*

*A Câmara deliberou, por unanimidade:*

*Aprovar o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos com vista à abertura de Concurso Público, nos termos da informação supratranscrita;*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Delegar no júri a competência para prestar esclarecimentos, nos termos do n.º 2, do art.º 69.º do CCP; e,*

*Remeter o processo à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da cessão de Exploração do referido espaço, bem como para aprovação do júri do procedimento, nos termos da informação supratranscrita.”*

### **João Coelho (PS):**

*“Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.*

*A questão do Café Concerto já nos mereceu algumas intervenções em devido tempo. Logo no início do mandato, precisamente pelo facto do Café Concerto estar fechado durante bastante tempo, no tempo da pandemia, e de não percebermos qual é que era a visão estratégica para o equipamento que a Câmara Municipal previa para a sua utilização.*

*Fomos informados pelo Senhor Presidente da Câmara, através dos seus esclarecimentos na reunião de Câmara, que o Café Concerto iria ser devolvido à esfera da responsabilidade da Câmara e, ao mesmo tempo, já tinha um conjunto de interessados, com projetos bastante interessantes, para a exploração do mesmo.*

*Nós, na altura, fizemos a denúncia de que entendíamos que esse era um erro, mas esperávamos pela oportunidade para participar na definição estratégica daquele equipamento que, na verdade, não é um equipamento que tenha destaque do resto do equipamento onde ele se insere, não tem destaque em relação ao Teatro Cine.*

*Nesse sentido, a posição que a bancada do Partido Socialista tem é que aquele equipamento devia ter a mesma visão que tem o conjunto de equipamentos de índole cultural que estão na responsabilidade da Câmara, ou seja, que devia estar integrado dentro da política cultural, não da agenda cultural, mas da política cultural, algo mais ambicioso que a Câmara definiu para todo o Concelho.*

*Infelizmente não é essa a proposta que a Câmara aqui nos traz. A definição da política cultural devia começar por um diagnóstico em relação à realidade cultural do nosso Concelho, uma definição de quais os objetivos que se deveriam alcançar com uma política cultural, seja na utilização de recursos humanos, seja na utilização dos recursos financeiros, seja na utilização dos recursos físicos, dos imóveis, dos equipamentos que estão ao dispor da Câmara Municipal. E isso também em relação ao Café Concerto. No entanto a Câmara Municipal faz uma decisão de desresponsabilizar-se em relação à definição cabal, completa, total, daquilo que vai acontecer dentro do Café Concerto, o que nós entendemos que é um erro e que é uma questão apriorística, é uma questão estrutural e que antecede este Regulamento que hoje é aqui trazido, ou seja, esta proposta para Regulamento a integrar dentro de um concurso público.*

*O nosso entendimento é que, antes de discutir o modelo do concurso público para a exploração por privados, devíamos discutir se esse equipamento devia ser explorado por privados, ou não. O nosso entendimento, desta Bancada é que ele não devia ser explorado por privados, a não ser na parte, muito específica, do Bar e do mero serviço de bebidas, ou o que fosse, dentro daquele espaço.*

*A definição da agenda cultural não caberia a privados dentro de um espaço que é um espaço cultural, público, e nomeadamente pelas condições de excecionalidade e de concorrência desleal que oferece a qualquer privado que fique com a concessão daquele Café Concerto em relação aos demais.*

*Entendemos que fica em perigo o cumprimento de uma cabal política cultural para o nosso Concelho, em específico pelo abdicar de um equipamento tão importante, tão central como é o Café Concerto, dentro da estrutura do Teatro Cine e dentro da dinâmica da própria Cidade. E*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*entendemos que, apesar do contributo dos Vereadores do Partido Socialista para a melhoria deste Regulamento, na verdade o que deveríamos estar a discutir – e é nesse sentido que nos posicionamos hoje – era se aquele equipamento devia ser exclusivamente a utilizar por privados ou se a Câmara Municipal deveria avocar e concretizar as suas funções principais, nomeadamente a definição de uma agenda cultural para aquele espaço, integrada dentro da política cultural para todo o Concelho.*

*Portanto a Bancada do Partido Socialista anuncia, desde já, o seu voto contra este Regulamento, independentemente do benefício pontual que, por coincidência, por alguma eventualidade, por alguma casualidade, possa advir de um concurso sobre o qual a Câmara não tem o controlo absoluto. 50% da agenda cultural definida por um privado é algo que nós não compreendemos para o espaço que está em causa. E nesse sentido, votaremos contra.*

*Muito obrigado.”*

### **Renato Guardado (PPD/PSD):**

*“Sobre este tema, desta cessão de exploração do Café Concerto, deste Caderno de Encargos e tudo mais que vem a aprovação da Assembleia Municipal, importa aqui fazer um contexto histórico das várias discussões que têm sido feitas sobre este tema, em que, basicamente, olhando para o espaço do Café Concerto, temos quatro caminhos possíveis, podemos ter a manutenção do Café Concerto como tem estado ao longo dos últimos anos, podemos ter o caminho onde procuraremos um modelo inicial da abertura do espaço do Teatro Cine com o Café Concerto, com forte investimento Municipal - à época bastante criticado pelo Partido Socialista - e que é um formato que também já foi experimentado e que tem os seus prós e os seus contras. Tínhamos uma terceira hipótese que é o encerramento do espaço e aquela oferta cultural poder ser feita noutros locais como a Casa Varela, como o Celeiro do Marquês, como em tantos outros sítios que o Município de Pombal tem à disposição da Cidade, mas dizer que a hipótese do encerramento coloca-me sempre bastante pena, mas na discussão digamos onde todas as variáveis vêm para cima da mesa poderia ser uma hipótese ou uma quarta hipótese, que é este caminho que a Câmara Municipal aqui nos traz, que é tentar dar oportunidade aos privados para potenciarem aquele espaço com a vocação que têm para o negócio, que se calhar não é por excelência a vocação do Município de Pombal, ter a gestão de um espaço de cafetaria, de bar, do que seja.*

*E, portanto, esta opção, não é a Câmara a desresponsabilizar-se disso, é uma opção que o próprio PSD, em termos de campanha eleitoral já tinha apresentado e, ao contrário daquilo que se passa no Partido Socialista, nós não temos o PSD 1 e o PSD 2, o PSD da Câmara que defende a cessão de exploração do Café Concerto a privados e o PSD da Assembleia que defende o encerramento ou outro tipo de solução.*

*Naturalmente os debates são feitos no seio dos próprios partidos, as opções em devido tempo são alinhadas e não tem de haver aqui nenhuma reserva mental sobre a opção que tomamos ao dia de hoje. Ou seja, é uma possibilidade que – e é com forte convicção que o afirmo – os privados a explorar o Café Concerto consigam ter retorno económico e dar essa oferta cultural. Sublinho é que a valorização deste concurso, não é maioritariamente, porque é 40%, mas é essencialmente em termos de programa cultural, e, portanto, a parte económica do retorno do aluguer do espaço, da cessão do espaço não é relevante para a Câmara. O que é relevante para a Câmara é o programa cultural que o privado venha a promover. E sim, é relevante que o próprio privado conheça as dinâmicas do espaço que está a explorar e tenha essa liberdade de ter um programa cultural o mais rico possível, para que, numa primeira instância, possa ganhar este concurso e, numa segunda instância, possa ter a casa a funcionar da melhor forma possível.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre isto, termino com um última observação que eu acho curioso, porque nós, ao longo das *Assembleias Municipais*, ouvimos sempre a crítica da parte da oposição relativamente à falta de estratégia ou das opções para a cultura da Câmara Municipal, mas não deixo de achar curioso que, no momento em que a Câmara Municipal decide, de uma forma bastante *Open Mind*, deixar que outros players participem também nesta agenda, o próprio PS, que tanto crítica a Câmara, venha reclamar que seja a Câmara a gerir a agenda cultural, portanto eu fico na dúvida se, quando criticam a agenda cultural da Câmara e a postura política da Câmara perante a cultura, seja uma crítica só porque tem de ser feita política, como aquilo que nos transmitem quando chamamos outros players para a definição do programa cultural do nosso Concelho, afinal estava bem era na Câmara. Portanto eu acho que o PS1 o PS2, devem conversar, devem entender-se e ter uma posição concertada sobre o tema.

*Muito obrigado.”*

**Nuno Oliveira (PS):**

*“Boa noite a todos.*

*Em relação a este ponto, há aqui dois aspetos que eu acho que são importantes e que devem ser aqui sublinhados.*

*Em primeiro lugar, aquilo que nos parece ser uma altíssima improbabilidade de acontecimento, o nosso colega Renato Guardado ainda agora falava sobre a sua expectativa de haver um retorno económico como oferta cultural o mais rico possível. Eu não partilho dessa expectativa Renato, aliás, cingindo a coisa ao ponto de vista económico, se uma oferta cultural o mais rica possível gerasse retorno económico, com certeza que já tínhamos o Black and White, o Scó, e outros bares no centro da Cidade, com essa oferta cultural uma vez que também eles procuram esse retorno económico que aqui referiste.*

*Por outro lado, a questão da falta de estratégia para cultura é algo que, efetivamente, já aqui foi citado e que nós achamos que sai ainda mais reforçado com esta posição do executivo. Reparem que, naquilo que efetivamente deveria ser uma responsabilidade da Câmara - definição de estratégia cultural – o que faz é transferir para o privado uma parte dessa concretização, é deixar que seja um privado a definir aquilo que vai ser a programação cultural daquele espaço. Não é mau, é uma desresponsabilização, portanto o nosso ponto é precisamente no sentido contrário, é que aquela casa e a definição daquela política cultural é uma responsabilidade própria da Câmara, que não tem forçosamente que ser uma opção economicamente rentável, com uma demonstração de resultados com um valor positivo no final do ano, que nós sabemos que é muito difícil viabilizar, do ponto de vista económico, sem subsidiação, a oferta cultural e não acreditamos que seja pela concessão a privados que essa boa oferta cultural chegue àquele espaço.*

*Obrigado.”*

**João Coelho (PS):**

*“Muito obrigado Senhor Presidente.*

*Só para esclarecer aquilo que é uma visão que nós temos para as obrigações da Câmara Municipal em relação ao Concelho, nomeadamente aquilo que nós entendemos que é a definição de uma política cultural. Como disse e reforço, é importante este esclarecimento e manter o raciocínio. A definição da política cultural da Câmara deve começar por algo que a Câmara tem feito noutros setores de intervenção, setores de atividade, que é começar por um diagnóstico cultural e depois definir um conjunto de ações para concretizar os objetivos que esse diagnóstico aponta. E nós, neste momento, temos apenas um conjunto de atividades, extenso, é verdade, que envolve muitos agentes no nosso Concelho, mas que não tem uma organização e não tem uma*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*lógica que aponte um objetivo claro. E isso deve ser tido em conta não só em relação aos recursos humanos, já aqui foi mencionada a exigência que é para os funcionários da Câmara a participação em alguns eventos culturais no Concelho, já aqui também reconhecemos o valor dessa intervenção em alguns eventos culturais no nosso Concelho, no entanto isso também deve ser extensível não só aos recursos financeiros e portanto isso nós discutimos em sede do orçamento e para os equipamentos que nós temos ao dispor para a prática de atividades culturais e sua concretização no nosso Concelho.*

*Nós tememos que aquilo que aqui é dito, que a Câmara não tem capacidade para a definição de uma política cultural para o Concelho, que não tem interesse em definir essa política cultural e que entende que isso deve pertencer aos cidadãos em primeiro lugar a título individual e que depois logo se vê que resultado é que daí vem.*

*Isso, como aqui já foi mencionado é uma divergência, antes de mais, ideológica, e, portanto, nós perante aquilo que nos é convidado a votar, temos obrigatoriamente de votar contra. Não está em causa o contributo que foi dado em sede de reunião de Câmara por parte dos Vereadores do Partido Socialista, que fizeram um esforço bondoso de melhoria de um documento concreto para que ele funcionasse melhor.*

*No entanto, nós entendemos que a discussão é a montante desse ponto, nós não estamos aqui a discutir se o regulamento vai ou não concretizar algum objetivo, que aqui a Câmara entende que será positivo, nós entendemos que isto é sinal evidente que a Câmara se demite de mais uma das suas responsabilidades, passando para o privado, como fez, por exemplo, na subcontratação de um plano estratégico a uma empresa externa.*

*É apenas mais um exemplo.*

*Muito obrigado.”*

### **João Coucelo (PSD):**

*“Vou pedir desculpa por ter de usar da palavra.*

*É apenas para fazer uma pequena resenha histórica sobre este assunto. E vou tentar ser suficientemente bondoso para não agredir ninguém verbalmente e ser demasiado crítico relativamente às posições que ouvi aqui por parte da bancada do Partido Socialista.*

*Eu acho que o Renato Guardado traçou muito bem, em quatro episódios, quatro opções do que poderia acontecer ao Café Concerto.*

*Como eu fui daqueles que foi negociar o Teatro Cine para não cair nas mãos do Reino de Deus, fui a Lisboa com o Narciso Mota e o Gentil Guedes e, na altura, felizmente, conseguimos fechar negócio e, por cerca de 50 e poucos mil contos, comprámos o Teatro Cine, decidimos que aquilo poderia ser Café Concerto ou ter um balcão.*

*Houve um primeiro projeto, depois esse projeto foi posto de parte e finalmente chegou-se à conclusão que teríamos de ter um Teatro Cine com uma zona de Café Concerto, com uma zona de exposições, um “foyer grand” cá em baixo, com um miniauditório, digamos, um espaço pluripotencial, cuja utilização, seria o Município a gerir aquele equipamento.*

*Recordo, numa determinada altura, já com o Café Concerto a funcionar e uma programação teatral com alguma regularidade, dentro de uma política cultural que não se faz em Pombal exclusivamente no Café Concerto, que é uma ínfima parte dos espaços culturais que Pombal tem e da programação cultural que existe há muitos anos e que não é exclusivamente da Câmara, a Câmara é dinamizadora e patrocinadora e é com a colaboração de muitas coletividades e privados que se fazem políticas culturais, porque isto não é um país comunista, é um país que tem a iniciativa, neste caso do Município, mas também de privados. Na programação cultural,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*a maior parte dos teatros e cinemas, que eu saiba, são privados, não são do Estado, tirando o Teatro Nacional Dona Maria, o Teatro da Trindade e pouco mais.*

*Isto para dizer o seguinte: houve aqui, nesta Assembleia, ao longo dos muitos anos que por aqui tenho estado, da parte do Partido Socialista, críticas muito veementes à exploração daquele espaço por parte da Câmara, porque estava a competir com privados. Esta já foi a ideologia dominante na bancada do Partido Socialista, foi, está em múltiplas atas de reuniões de Câmara; depois foi a crítica aos gastos que a Câmara tinha quando tinha uma programação cultural intensíssima, trazia aqui a Pombal a nata dos artistas portugueses ao Café Concerto, claro que isso tem um custo, as pessoas pagavam uma parte, mas quem suportava parte disso era a Câmara, através da PombalViva, por aí, já não interessa, mas tinha custos, eram criticados os custos que se tinham porque vinha cá a Marisa Lis, o Luís Portugal, etc.*

*Quando o Café Concerto teve mais intensa atividade, e estava sempre cheio de gente, estava a concorrer com privados, com certeza que estava e os custos eram suportados pela Câmara. É evidente que se fosse a Câmara a continuar com uma política intensiva de dinamização daquele espaço, dentro daquilo que ele foi pensado, ia ter custos e a Câmara tinha que decidir, e aqui teriam de estar os Senhores Vereadores todos, e nós, a decidir, acham que € 40.000,00, € 50.000,00, € 60.000,00,00, € 70.000,00 ou € 100.000,00 por ano, de investimento da Câmara, tem grande retorno financeiro? Porque o bar, enfim, é só para apoiar as pessoas que lá vão, se justifica, se vale a pena mantermos este tipo de política cultural para o Café Concerto? Claro que isso era uma discussão que se podia ter aqui.*

*Eu, pessoalmente, fui daqueles que defendi, durante muitos anos, que devia ser a Câmara a explorar, mas com custos, com custos que os Senhores deste lado nunca quiseram aceitar, porque a Câmara estava a gastar dinheiro a mais numa programação cultural do Café Concerto. Evidentemente, se me disserem que eu estou numa posição até incómoda por aquilo que defendi durante tanto tempo, mas eu defendi isso com os recursos que estavam associados, como qualquer programação cultural em Lisboa, numa Câmara Socialista ou Social Democrata, ou no norte, ou em qualquer outro lado, tem custos elevadíssimos, basta ver quanto se gasta num final de ano em fogo-de-artifício, quanto se gasta em espetáculos com os melhores artistas portugueses. Tudo isto tem custos e, uma parte dessas iniciativas, não tem retorno financeiro. Eu vou votar, naturalmente, dar esta oportunidade, porque nada é definitivo, tal como a política inicial da Câmara, nada é definitivo.”*

### **Nuno Oliveira (PS):**

*“O que depreendo das palavras do Dr. Coucelo é que ele nota aqui uma mudança de posição desta bancada do PS, se interpretei bem, e eu noto, se me permite, a mesma mudança de posição por parte do PSD, que no passado defendeu a solução da Câmara assumir isto com custos, e agora defende o contrário. A questão da mudança de posição vale aqui da mesma forma para ambas as bancadas. No meu caso particular, eu até acrescento uma outra coisa, é que, na referida posição anterior do PS, eu não estava cá, não sei se todos os que agora mudaram de posição podem dizer o mesmo, e também não estavam cá e agora mudaram de posição.*

*Sendo claro, Dr. Coucelo, e o que eu queria dizer, e o que eu defendo é isso mesmo, é a assunção do espaço pela Câmara com os custos que estão inerentes e tenho plena consciência que isso é uma atividade que não gera retorno financeiro para cobrir esses custos. Não há dúvida nenhuma em relação a esse ponto.*

*Muito obrigado.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **João Pimpão (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):**

*“Senhor Presidente, tudo o que seja para poupar despesa é bem feito, e o PSD não defende mais despesa em cima de despesa. Se há a possibilidade de colocar aquele espaço ao serviço da população, com gestão privada, é um caminho que vamos fazer, é um caminho que se deve fazer, pelo menos, para depois analisar se o caminho foi bom. Se não for bom, a propriedade é nossa, regressa.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado Senhor Presidente.*

*Primeiro queria dizer que, relativamente a esta matéria, houve um compromisso da nossa parte, quando nos candidatamos nas eleições, não sei qual era a vossa posição sobre esta matéria, o vosso programa eleitoral, no meu era reativar o Café Concerto. O que nós queríamos, findo este período de pandemia que fez com que o Café Concerto estivesse encerrado, era reativar o Café Concerto, porque achamos que, do ponto de vista daquilo que é o histórico que este espaço tem, devia ser reativado e devolvido às pessoas e à parte cultural.*

*O que é que nós fizemos? Nunca achamos que era a Câmara que devia explorar o Café Concerto, quem explorava o Café Concerto e quem começou por explorar o Café Concerto foi uma empresa municipal, que tinha no seu objeto a dinamização do Café Concerto, e foi assim que o Café Concerto nasceu com a PombalViva e o mérito do histórico que o Café Concerto tem, é o mérito das pessoas que criaram este conceito em Pombal e que o desenvolveram, ao longo de todos estes anos. Têm esse mérito, lançaram um espaço, que é um espaço, tal como vocês salientaram na vossa intervenção, um espaço de referência e diferenciador na nossa região. E o mérito é dessas pessoas que construíram esse histórico, e por isso, a reativação do Café Concerto tem esta forte matriz cultural.*

*Agora reduzir ou resumir aquilo que é a programação cultural do Concelho a um Café Concerto, sinceramente, é ir demais.*

*Eu compreendo que o Senhor Deputado João Coelho queira criar aqui alguma confusão, começámos com o número do voto de censura à última hora, e creio que agora quer terminar com uma pirueta e qual é a pirueta?*

*Vamos arranjar uma forma de nos distanciarmos e sermos contra aquilo que é um desejo de toda a comunidade, mas não é o maior desejo de toda a comunidade, não é o maior desejo do mundo que o Café Concerto seja reativo, é um desejo nosso, é um compromisso nosso, e é isso que estamos a concretizar e a tomar decisões, e não é desresponsabilizar, é envolver. O que estamos a fazer aqui, e pode ser inédito, mas eu acho que também tem uma parte muito interessante, é que nós estamos a dar oportunidade à sociedade civil, e vamos deixar a parte ideológica do privado e do público e vamos dizer a sociedade civil, as pessoas com quem trabalhamos, vamos deixar que as pessoas tenham um espaço, ou tenham oportunidade de poderem estar à frente do espaço e serem elas copromotoras da política cultural, como acontece em qualquer cidade do país e do mundo.*

*São copromotoras porque a programação cultural não é, nem pode ser, exclusiva das entidades públicas, não é, nem pode ser exclusiva das entidades públicas, e isso é uma questão que nos diferencia. Enquanto as intervenções que fizeram foi no sentido de “temos receio, temos medo”, eu tenho muita expectativa positiva, estou altamente otimista, mas isto, naturalmente, que é um processo em que, quem se candidatar, vamos ver quem é que aparece, vamos ver em que termos é que aparece, mas nós, quando estabelecemos o Caderno de Encargos, há aqui um elemento que é fundamental, é que nós não colocamos o interesse económico à frente, colocamos o interesse cultural e 50% daquilo que há-de ser a análise das candidaturas é, precisamente, a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*atividade cultural. E isso significa o quê? Que quem se candidatar para ter a gestão do Café Concerto, 50% da sua candidatura tem de estar focada na dinamização cultural do nosso território, no envolvimento dos agentes culturais locais. Isto é extraordinário, sim, estamos a abrir a possibilidade da sociedade civil de mobilizar, entrar na programação cultural do nosso território.*

*Isso é mau? Não, é bom. É muito bom, é muito positivo, não podemos é dizer que isso é bom e depois dizer coisas que depois são contraditórias. É aqui a parte da pirueta, porque o Senhor Deputado João Coelho diz “podíamos concessionar a parte de Café e a programação cultural e espéculos fazia o Município” então e isto não era concorrência desleal? Então a pessoas que ia explorar a parte das cervejas pagava um X e nós íamos pagar para lá termos os espetáculos culturais. Então tínhamos de pagar nos outros bares todos, por essa linha, isso é que era concorrência desleal, outra opinião é: “então devia ser 100% público, da Câmara”, a Câmara geria a parte do Café e a parte da programação cultural.*

*Respeito isso, respeito a vossa opinião, mas não é a minha missão, não é a nossa missão, a nossa missão não pode ser gerir cafés. Se tivermos que fazer, e temos algumas infraestruturas onde temos que o fazer, seja na Praia do Osso da Baleia, seja no Explore Sicó, temos de definir um modelo como é que vamos fazer essa parte das cafetarias, agora no Café Concerto, naturalmente, nós vamos experimentar este envolvimento da sociedade civil que parece altamente positivo. E se não houver gente interessada, temos de escolher outra alternativa sem nenhum condicionalismo. Agora, dizer isso e depois dizer outra coisa.*

*Senhor Deputado Nuno Oliveira, eu sei que não estava cá noutras Assembleias Municipais, mas a principal crítica que foi sempre feita ao Café Concerto foi de concorrência desleal com os privados, com os outros bares. Sempre, em todas as Assembleias Municipais, isto não é do A, do B ou do C, foi uma linha, então da primeira vez que estamos aqui a assumir com decisões, naturalmente polémicas, até estamos a assumir isto e fizemos uma coisa que ainda é mais extraordinária, nós estamos a assumir mas quisemos envolver toda a gente e a Senhora Vereadora Isabel Marto, que acompanhou este processo, reuniu com todos os Partidos Políticos, mesmo com os Partidos Políticos que não têm acento na Assembleia Municipal, para ouvir os contributos deles, isto é ou não extraordinário?*

*É um processo colaborativo porque naturalmente que o que nós queremos é que aquele espaço volte. Quem vai beneficiar com isto vão ser as pessoas que vão ter no nosso Café Concerto oportunidade de ter uma programação cultural diferenciadora e que, nos termos do Caderno de Encargos, tem de estar em articulação com a nossa agenda cultural. É isso que está lá no Caderno de Encargos. Tudo isto tem depois de coser com as iniciativas que vamos promover para as pessoas e envolver as pessoas nessa programação, nessa dinamização é altamente positivo e creio que, para além de positivo é diferenciador e marca, mais uma vez, aquilo que é uma estratégia que nós temos agregada de envolver a nossa população nos desafios que temos para o futuro, onde a cultura também assume um papel de destaque.”*

### **Rodrigo Escapa (PS)**

*“Eu quero apenas esclarecer aqui duas coisas: as piruetas não fomos nós que demos hoje aqui. As piruetas começaram por ser dadas pela bancada do PSD no início da sessão.*

*O voto desta bancada acerca do Caderno de Encargos do Café Concerto vem à boleia daquilo que é uma falta de ideia de programa cultural, a longo prazo, para o Município. Portanto, este voto de hoje é sobretudo uma consequência daquilo que o Executivo camarário não tem tido, uma falta de ideias para o futuro, sobre aquilo que é pretendido para a cultura pombalense, portanto, não vale a pena estar aqui com as tais piruetas nem com as tais inflexões, tentar*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*confundir a nuvem com Juno e tentar calar a bancada do PS com outras questões perfeitamente laterais, atirar fumo, não é isso o que está aqui em questão, e eu quero apenas fazer essa ressalva para ficarmos todos perfeitamente esclarecidos.*

*Muito obrigado.”*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com 6 votos contra, dos membros do Partido Socialista.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.12.3. Área de Reabilitação Urbana de Almagreira - Proposta de Delimitação*

*Foi presente à reunião a informação n.º 18/DUP/23, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 30-01-2023, que a seguir se transcreve:*

*"Assunto: Área de Reabilitação Urbana de Almagreira - Proposta de Delimitação*

*Exmo. Senhor Presidente,*

*De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (RJRU), alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a reabilitação urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) é promovida pelos municípios e resulta da aprovação da delimitação dessas mesmas áreas e do respetivo programa estratégico intitulado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), podendo ambos ocorrer em simultâneo, ou proceder-se à aprovação a ORU até ao prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU.*

*Considerando a vigilante estratégia municipal no âmbito da promoção da regeneração urbana, que desde 2014 com a aprovação da delimitação da ARU da Cidade de Pombal, tem colocado a reabilitação urbana, em particular pela conservação do edificado privado e pela qualificação dos espaços públicos, uma ferramenta imprescindível aos processos regeneradores, importa dar continuidade a essa política amplificando-a cada vez mais às sedes de freguesia, como de resto tem vindo a ser implementado.*

*No fundo, trata-se de dotar o município, em estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, de instrumentos que assegurem a revitalização coordenada e estratégica das dinâmicas dos centros urbanos, contrariando os efeitos da descaracterização dos objetos arquitetónicos e urbanísticos, da sua degradação e/ou obsolescência.*

*É neste contexto, que se propõe a delimitação da ARU de Almagreira, com uma área de 29,57 hectares, cuja proposta se anexa, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU. Inerente à proposta, e de novo, no seguimento da criação de incentivos à reabilitação do edificado privado que tem vindo a ser implementada pelo município, encontra-se o respetivo quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.*

*Ressalva-se que a proposta de delimitação da ARU de Almagreira foi previamente submetida à apreciação da Junta de Freguesia de Almagreira, a fim de recolher contributos para o seu bom*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*desenvolvimento. Por esta razão, a proposta de delimitação encontra-se concertada às preocupações e objetivos reportados.*

*Nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de delimitação da Área de Reabilitação de Almagreira para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do referido RJRU.*

*Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU. À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana."*

**Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)**

*"Neste ponto tinha mesmo de falar. Primeiro para agradecer, no fundo chegou agora a vez de Almagreira nesta área, e eu já o vinha a pedir há muito tempo e falamos já aqui várias vezes de habitação, só para lembrar, a história deste investimento já vem desde 2014, está escrito na informação, e bem escrita, e eu começo já por agradecer o trabalho dos técnicos do Município, falou-se aqui há um bocadinho das equipas, e aqui tenho de falar da Sílvia Ferreira, da Vera Domingues e do Nelson Mendes, ou seja, técnicos do Município que levam a cabo este trabalho que, para terem uma ideia, no caso de Almagreira, são 29,57 hectares que estão em causa. Este incentivo ao privado, há várias estratégias, e eu digo isto e todos os dias ouvimos falar na falta da habitação, já aqui falámos hoje, mas eu não vejo outra forma de colocar o privado, no fundo, ao serviço da sociedade, porque nós não temos outra forma, ou ocupamos aqueles edifícios, e essa é estratégia a nível nacional - ocupar edifícios que estão, teoricamente, devolutos -, e pode ser uma estratégia, vamos ver se funciona, ou não.*

*Neste caso, e tenho de agradecer ao Município esta confiança que dá ao privado, dizer ao privado que, no fundo, há aqui algum instrumento legal que lhe vai dar alguns incentivos para que se reabilitem os edifícios e as zonas mais centrais nas Freguesias. Também agradeço ao Senhor Vereador Pedro Navega este trabalho de colaboração com as Freguesias por perceber que as Freguesias são um elemento fundamental e por acolherem as nossas propostas e melhorarem a proposta da própria Junta de Freguesia.*

*Faço o apelo publicamente de que os privados aproveitem estas oportunidades, aproveitem a oportunidade do próprio financiamento, dos incentivos fiscais e coloquem os edifícios ao serviço de todos nós.*

*Dou-vos um exemplo, vai abrir, fora do Concelho, uma nova empresa no Concelho de Soure, e eu ando a ser contactado todos os dias por espanhóis, porque é uma empresa espanhola que precisa de habitação. Soure não tem habitação e o Concelho de Pombal, nomeadamente a Freguesia de Almagreira que faz esta fronteira, também não tem. Temos de arranjar uma forma rapidamente de colocar no mercado habitação, seja com requalificação, seja nova. Neste caso vamos apoiar e agradecer uma vez mais.*

*Obrigado."*

**Renato Guardado (PPD/PSD)**

*"Senhor Presidente,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Sobre este tema, aquilo que eu tenho a dizer é abrangente porque é relativamente às ARU's no seu todo, e no fundo, relativamente a estas ARU's que agora aqui apresentamos, basicamente isto dá uma série de ferramentas aos privados para poderem fazer intervenções no seu património.*

*Ainda assim, aquilo que vou sentindo, um bocadinho de feedback dos privados a quem apresentamos este tipo de soluções, é que ainda há algum desconhecimento relativamente à outra parte das ferramentas.*

*Falo concretamente do IFRRU, que é uma ferramenta de financiamento, portanto todas estas ferramentas que aqui aprovamos agora nestas ARU's têm a ver com isenções fiscais, com reduções de IVA, reduções de impostos, essencialmente, mas para dar aquele arranque de passar de um património completamente devoluto para um património que possa ser reabilitado há um músculo de investimento que é sempre necessário. E isto, quando foi pensado em termos nacionais, foi pensado com esta ferramenta do IFRRU, que funciona como um financiamento com os juros muito mais baixos do que o normal, e agora ainda mais, porque as taxas de juro estão a subir, uma parte dessa IFRRU, metade, até tinha dinheiro europeu para que o privado pudesse ter esse músculo.*

*Aquilo que eu tenho notado é que: primeiro há desconhecimento sobre esta ferramenta e portanto, nesta aprovação da ARU deixava esta recomendação, se entenderem como válida, que seja apresentada nas próprias Freguesias e sejam apresentadas não só as ferramentas que a própria Câmara aqui aprova, como também as instituições bancárias que têm a prerrogativa de colocar no terreno esses financiamentos e também se associarem a essa apresentação pública e apresentarem as condições que as pessoas podem ter para recorrerem a esse tipo de financiamentos, para que seja, de facto, não só a parte pública e aqueles com capacidade económica, mas que todas as ferramentas estejam à disposição.*

*Esta recomendação é válida para a ARU de Almagreira, de Meirinhas, para todas as que já existem, também para as da cidade e julgo que, do ponto de vista das instituições bancárias, não há muito interesse em vender este tipo de produto financeiro porque não é do mais rentável. Como tal, acho que, enquanto política, a Câmara deveria também ter um acompanhamento forte sobre a promoção desta ferramenta, uma vez que é a minha perceção, compromete-me a mim, mas na minha perceção não há muito interesse das instituições bancárias em vender este produto financeiro.”*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central das Meirinhas.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.12.2. Área de Reabilitação Urbana da Zona Central das Meirinhas - proposta de delimitação*

*Foi presente à reunião a informação n.º 17/DUP/23, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 30-01-2023, que a seguir se transcreve:*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*"Assunto: Área de Reabilitação Urbana da Zona Central das Meirinhas - proposta de delimitação*

*Exmo. Senhor Presidente,*

*De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a reabilitação urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) é promovida pelos municípios e resulta da aprovação da delimitação dessas mesmas áreas e do respetivo programa estratégico intitulado Operação de Reabilitação Urbana (ORU), podendo ambos ocorrer em simultâneo, ou proceder-se à aprovação a ORU até ao prazo máximo de três anos após a aprovação da ARU.*

*Considerando a vigilante estratégia municipal no âmbito da promoção da regeneração urbana, que desde 2014, com a aprovação da delimitação da ARU da Cidade de Pombal, tem colocado a reabilitação urbana, em particular pela conservação do edificado privado e pela qualificação dos espaços públicos, uma ferramenta imprescindível aos processos regeneradores, importa dar continuidade a essa política amplificando-a cada vez mais às sedes de freguesia, como de resto tem vindo a ser implementado.*

*No fundo, trata-se de dotar o município, em estrita colaboração com as Juntas de Freguesias, de instrumentos que assegurem a revitalização coordenada e estratégica das dinâmicas dos centros urbanos, contrariando os efeitos da descaracterização dos objetos arquitetónicos e urbanísticos, da sua degradação e/ou obsolescência.*

*É neste contexto que se propõe a delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas, com uma área de 81,20 hectares, cuja proposta se anexa, instruída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU. Inerente à proposta, e de novo, no seguimento da criação de incentivos à reabilitação do edificado privado que tem vindo a ser implementada pelo município, encontra-se o respetivo quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.*

*Ressalva-se que a proposta de delimitação da ARU da Zona Central de Meirinhas foi previamente submetida à apreciação da Assembleia de Freguesia de Meirinhas, tendo reunido parecer favorável.*

*Nos termos estabelecidos no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, serve a presente informação para submeter a V. Exa. a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona Central de Meirinhas para, caso seja esse o entendimento, a remeta ao órgão Câmara Municipal para efeitos de apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do referido RJRU.*

*Refira-se que o ato de aprovação deve ser publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República, divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., em cumprimento do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU.*

*À consideração superior."*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Meirinhas à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana."*

**João Pimpão (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):**

*"Senhor Presidente.*

*Antes de tudo, em nome da Freguesia de Meirinhas, quero agradecer aos técnicos do Município o excelente documento que é apresentado e excelentes soluções que são apresentadas. A ARU é*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*importante, dá um bom benefício aos privados, mas a ARU não deve ser o fim, mas sim o começo, e um começo que veja mais longe e que ajude a resolver o problema da habitação.*

*Em 2005, em Portugal, construíram-se 80.000 fogos, em 2010 já só se construíram 35.442 fogos, em 2017 – penso que foi o primeiro ano do Costa -, construíram-se 8.656 fogos, ou seja, esta falta de casas que existe hoje, existe porque o país não criou as condições necessárias para que novos empreendimentos sejam realizados.*

*Numa área de reabilitação urbana, o que se pretende é reabilitação urbana do edificado, rejuvenescê-lo, mas, Senhor Presidente, rejuvenescê-lo tem que trazer um acréscimo de, pelo menos, um piso por cada localização, porque rejuvenescer para ter as casas de tipologias, como temos nas Meirinhas, de rés-do-chão e primeiro andar, no máximo, não vai ajudar a resolver o problema e a Carta Municipal da Habitação do Município de Pombal, aprovada pela Assembleia Municipal, nas suas páginas 86 e 116 fala do interesse dos privados e da intervenção dos privados na colocação no mercado de novos prédios, por isso em nome da Freguesia de Meirinhas, dos seus empreendedores e dos seus habitantes, quero muito agradecer, mas assumir que isto não pode ser um fim, tem que ser um princípio.*

*Muito obrigado.”*

**Colocado o ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto 2.9. Apresentação da proposta da Câmara sobre Envio de processos de aquisição de bens e serviços para conhecimento à Assembleia Municipal ao abrigo da autorização Genérica, deliberada em 20.12.2021.***

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.15.3. Envio de processos de aquisição de bens e serviços para conhecimento à Assembleia Municipal ao abrigo da autorização Genérica, deliberada em 20.12.2021*

*Foi presente à reunião a informação n.º 8/UCP/23, da Unidade de Contratação Pública, datada de 13-02-2023, que a seguir se transcreve:*

*“Assunto: Envio de processos de aquisição de bens e serviços para conhecimento à Assembleia Municipal ao abrigo da autorização Genérica, deliberada em 20.12.2021*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara,*

*Considerando os argumentos apresentados na Informação n.º I-000056/DAFM/21, datada de 06-12-2021 da Divisão da Administração e Finanças,*

*“b) Para os encargos plurianuais com outra despesa corrente:*

*i) que não excedam o limite de €99.759,58 (correspondentes ao limite de 20.000 contos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 197/99 de 8 de junho) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

*ii) que em caso de decisão favorável, seja posteriormente dado conhecimento à Assembleia Municipal, dos contratos de aquisição de bens e serviços, celebrados ao abrigo desta autorização.”*

*Considerando que, a informação supramencionada teve decisão favorável da Assembleia Municipal, em reunião celebrada em 20/12/2021, em cumprimento com a respetiva deliberação para conhecimento, e nos termos da mesma, se remete a V. Ex., em anexo, listagem das aquisições que foram iniciadas na Unidade de Contratação Pública - UCP, ao abrigo da referida*



**MUNICÍPIO DE POMBAL**

*deliberação genérica e que constituem assunção de encargos para os anos seguintes (no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2022).*

*Assim, para efeitos do n.º 1, do Artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na atual redação, sugere-se que o assunto seja despachado à reunião de Câmara, no sentido de enviar os processos de aquisição de bens e serviços, para conhecimento da Assembleia Municipal ao abrigo da deliberação supramencionada.*

*À consideração Superior, "*

*A Câmara deliberou, por unanimidade, dar conhecimento da listagem de bens e serviços à Assembleia Municipal, nos termos da informação supratranscrita."*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto 2.10. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.***

Foi presente à Assembleia a Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, não se tendo verificado qualquer inscrição.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e duas horas e quinze minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: